

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG
INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULACÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC

RELATÓRIO DE PROGRESSO ANUAL – 2021
DO PROGRAMA REDD EARLY MOVERS (REM) ACRE FASE II

Relatório das atividades realizadas no âmbito do Programa Redd Early Movers (REM) Acre Fase II
relativo ao período de **Janeiro a Dezembro de 2021**

Rio Branco - Acre
Fevereiro 2022

Fontes de informações:

As informações aqui compiladas representam uma sistematização das atividades e resultados obtidos da atuação das seguintes instituições estaduais subexecutoras, responsáveis pela implementação das atividades previstas no Programa REM Acre:

- ✓ Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre – IMC
- ✓ Secretaria de Estado de Produção Agronegócio - SEPA
- ✓ Secretaria de Estado de Meio Ambiente e das Políticas Indígenas - SEMAPI
- ✓ Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG
- ✓ Secretaria de Estado de Empreendedorismo e Turismo – SEET
- ✓ Corpo de Bombeiros Militar do Acre - CBMAC
- ✓ Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC
- ✓ Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC
- ✓ Instituto de Terras do Acre - ITERACRE
- ✓ Polícia Militar do Estado do Acre – Batalhão de Policiamento Ambiental - BPA
- ✓ Secretaria de Estado de Educação - SEE
- ✓ Secretaria de Estado de Segurança Pública – Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER)
- ✓ Companhia de Desenvolvimento e Serviços Ambientais – CDSA
- ✓ Secretaria de Estado de Comunicação-SECOM

Sistematização:

Equipe UCP-REM/SEPLAG

Colaboração:

Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre – IMC

Equipe técnica das instituições subexecutoras

Consultoria Internacional

SUMÁRIO

1. RESUMO EXECUTIVO	6
2. CONTEXTO	11
2.1. Atualização do contexto político-institucional no Acre e em relação às políticas públicas relevantes para o Programa (REDD+, PPCDAM entre outras)	11
2.2. Sugestões de respostas adequadas do Programa em relação às políticas públicas.	12
2.3. Análise dos avanços/mudanças na implementação da ENREDD+ e sugestões de respostas adequadas do Programa em relação a implementação da ENREDD+	13
2.4. Análise do contexto de monitoramento e de controle da taxa de desmatamento	13
3. AVANÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	23
3.1. Concepção do Programa REM Acre Fase II	24
3.2. Remuneração de resultados de REDD+	24
3.3. Atividades, avanços, resultados e impactos dos subprogramas	25
3.3.1. Subprograma Território Indígenas.....	29
3.3.1.1. Bolsa para Atuação dos Agentes Agroflorestais	30
3.3.1.2. Formação e Capacitação dos Agentes Agroflorestais.....	30
3.3.1.3. Implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PGTI	30
3.3.1.4. Formação Intercultural Diferenciada Indígena.....	37
3.3.1.5. Apoio a Manifestações Culturais Indígenas – Festivais Indígenas	38
3.3.1.6. Aquisição de Cestas de Alimentação para Comunidades Indígenas.....	41
3.3.2. Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável	41
3.3.2.1. Incentivos aos serviços ambientais – Subsídios da Borracha e Murmuru	44
3.3.2.2. Fortalecimento da Cadeia do Mel	45
3.3.2.3. Fomento à estruturação, coleta, pré-beneficiamento e tecnologia (FUNTAC).....	46
3.3.2.4. Óleos florestais - geração e gestão do conhecimento (FUNTAC)	46
3.3.2.5. Cadeias produtivas a estruturar (bambu, cacau silvestre, óleos vegetais)	47
3.3.2.6. Assistência técnica agroflorestal para comunidades extrativistas das UGAIs.....	47
3.3.2.7. Manejo florestal (SEMAPI).....	48
3.3.2.8. Florestas plantadas em SAFs (SEPA)	49
3.3.2.9. Apoio ao programa de regularização ambiental (PRA).....	50
3.3.2.10. Turismo de base comunitária.....	51
3.3.2.11. Design em produtos madeireiros	52
3.3.2.12. Artesanato florestal	52
3.3.3. Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável	53
3.3.3.1. Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Corte e Leite	56
3.3.3.2. Cadeia Produtiva da Piscicultura	56
3.3.4. Componente Mecanismos de REDD+ e Fortalecimento do SISA	57
3.3.4.1. Ações desenvolvidas no âmbito dos Mecanismos de REDD+	61
3.3.4.2. Monitoramento da Implementação das Ações do SISA/REM	61
3.3.4.3. Formação, Comunicação e salvaguardas	63
3.3.4.4. Estruturação Tecnológica e Operacional do IMC.....	64
3.3.4.5. Consultores (Governança, Comunicação e Coordenação)	64
3.3.4.6. Estudos, Geração e Gestão do Conhecimento	65
3.3.4.7. Estudos Jurídicos do SISA	65
3.3.4.8. Fortalecimento e apoio à Comissão Estadual de Avaliação e Acompanhamento (CEVA).....	65
3.3.4.9. Fortalecimento e apoio a Câmara Temática Indígena.....	66
3.3.4.10. Fortalecimento e apoio ao Grupo de Trabalho Mulher	66
3.3.4.11. Ouvidoria do SISA	67
3.3.4.12. Fortalecimento e apoio ao Comitê Científico	67

3.4. Ações desenvolvidas no âmbito do Fortalecimento do SISA	68
3.4.1. Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimada (CBMAC).....	68
3.4.2. Fiscalização, Patrulhamento e Combate Aéreo (CIOPAER)	69
3.4.3. Fiscalização, Prevenção e Patrulhamento Terrestre e Fluvial (BPA)	69
3.4.4. Fiscalização, Combate e Controle Ambiental (IMAC).....	71
3.4.5. Promover a gestão e difusão das Unidades de Conservação Estaduais e o funcionamento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEMAPI).	71
3.4.6. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – ZEE/AC – Fase III.....	71
3.4.7. Regularização Fundiária (ITERACRE)	72
3.5. Gestão Operacional (Técnica, Administrativa e Financeira) do Programa REM Acre.	73
3.6. Descrição dos desafios/gargalos identificados na implementação	74
4. AVANÇOS E AVALIAÇÃO DA GESTÃO E GOVERNANÇA DO PROGRAMA	75
5. ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS DO PROGRAMA.....	75
5.1. Ouvidoria	75
5.2. Gestão de riscos sócio ambientais, ligados à implementação do Programa	76
5.2.1. Descrição breve do sistema e do funcionamento	76
5.2.2. Resumo dos riscos e medidas de mitigação implementadas.....	77
5.2.3. Desafios encontrados na implementação e na gestão do SGRSA	77
5.2.4. Salvaguardas socioambientais do SISA	77
5.2.5. Monitoramento, avaliação e aprendizagem obtidas (MEL, por sigla em inglês).....	77
6. ANEXOS.....	78

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS TERMOS DE FOMENTOS DO EDITAL 001/2018	31
FIGURA 2 - ASSOCIAÇÕES QUE ESTÃO COM SEUS PROJETOS EM FASE DE EXECUÇÃO	32
FIGURA 3 - FLUXO PEDAGÓGICO E EDUCACIONAL	37
FIGURA 4 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS TERMOS DE FOMENTO DO EDITAL 001/2019	39
FIGURA 5 - QUANTITATIVO DE CESTAS DE ALIMENTAÇÃO PARA INDÍGENAS E RIBEIRINHOS	49
FIGURA 6 - FLUXO DE APRESENTAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES PARA OUVIDORIA	75

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO DESMATAMENTO ACUMULADO	16
QUADRO 2 - INTERVALOS DE TAMANHO, NÚMERO E EXTENSÃO DOS POLÍGONOS DO DESMATAMENTO ACUMULADO NO ESTADO DO ACRE, NO PERÍODO DE 1988 A 2021	17
QUADRO 3 - INTERVALOS DE TAMANHO, NÚMERO E EXTENSÃO DOS POLÍGONOS DO DESMATAMENTO ACUMULADO NO ESTADO DO ACRE, EM 2021	17
QUADRO 4 - DESMATAMENTO NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO EM 2021	19
QUADRO 5 - DESMATAMENTO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM 2021	20
QUADRO 6 - DESMATAMENTO EM TERRAS INDÍGENAS EM 2021	20
QUADRO 7 - DEGRADAÇÃO POR QUEIMADAS NO ESTADO DO ACRE EM 2021	21
QUADRO 8 – PORCENTAGEM DA EXTENSÃO DAS CICATRIZES POR MUNICÍPIO EM 2021	22
QUADRO 9 - TERMOS DE FOMENTO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2018. EM EXECUÇÃO	33
QUADRO 10 - SITUAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS INDÍGENAS	38
QUADRO 11 - TERMOS DE FOMENTO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019. EM EXECUÇÃO	40
QUADRO 12 - DISTRIBUIÇÃO DAS CESTAS DE ALIMENTAÇÃO PARA COMUNIDADES INDÍGENAS	41
QUADRO 13 - PRODUÇÃO 2021 - BORRACHA - SUBSIDIADA POR MEIO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO ASSINADOS EM 2021	44
QUADRO 14 - PRODUÇÃO 2021 – MURMURU – SUBSIDIADA POR MEIO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO ASSINADOS EM 2021	44
QUADRO 15 - PRODUÇÃO 2019 – MURMURU – PAGO POR MEIO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	45
QUADRO 16 - PRODUÇÃO 2020 – MURMURU – A SER PAGO POR MEIO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	45

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - VALORES CONSOLIDADOS DO PDI 01 E PDI 02	26
TABELA 2 - RESUMO DE DESEMBOLSOS DO PROGRAMA REM ACRE FASE II	28
TABELA 3 - EXECUÇÃO GERAL DO SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS INDÍGENAS	29
TABELA 4 - EXECUÇÃO GERAL DO SUBPROGRAMA TERRITÓRIOS DA PRODUÇÃO FAMILIAR SUSTENTÁVEL	42
TABELA 5 - EXECUÇÃO GERAL DO SUBPROGRAMA PECUÁRIA DIVERSIFICADA SUSTENTÁVEL	54
TABELA 6 - AÇÕES, GASTOS E SALDOS APLICADOS PARA AS AÇÕES DE MECANISMOS DE REDD+ E FORTALECIMENTO DO SISA	58
TABELA 8 - NÚMERO DE RAMAIS E LOTES VISITADOS NO MUNICÍPIO DE CAPIXABA	72

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA REM FASE 2, POR SUBPROGRAMA	6
MAPA 2 - AVANÇO DO POLÍGONO DE DESMATAMENTO NO MUNICÍPIO DE FEIJÓ/AC	14
MAPA 3 - DESMATAMENTO NO ESTADO DO ACRE ATÉ 2020	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
MAPA 6 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DO PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL PRA/AC - PROJETO REM ACRE FASE II	50
MAPA 7 - LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DAS AÇÕES DO BPA.....	69
MAPA 8 - EXEMPLO DE MAPA DE DESMATAMENTO DESENVOLVIDO PELO SETOR DE PLANEJAMENTO DO BPA	70

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - VALORES EXECUTADOS POR ANO (2018 - 2021).....	7
GRÁFICO 2 - EXECUÇÃO POR CATEGORIA	7
GRÁFICO 3 - EXECUÇÃO POR SUBPROGRAMA (2018 - 2021)	8
GRÁFICO 4 - CASOS DE COVID-19 NO ESTADO DO ACRE.....	10
GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DO DESMATAMENTO AO LONGO DOS ANOS.....	15
GRÁFICO 6 - ACUMULADO DE DESMATAMENTO DE 1988 A 2021 POR CLASSE FUNDIÁRIA.....	16
GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DO DESMATAMENTO POR MUNICÍPIO EM 2021	18
GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO DO DESMATAMENTO POR CLASSE FUNDIÁRIA EM 2021.....	19
GRÁFICO 9 - EXTENSÃO DAS CICATRIZES DE QUEIMADAS POR MUNICÍPIO EM 2021.....	22
GRÁFICO 10 - PRODUÇÃO 2019-2020 – BORRACHA.....	45
GRÁFICO 11 -QUANTITATIVO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS IMPLEMENTADAS.....	56
GRÁFICO 12 - CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR MUNICÍPIO EM 2021.....	70

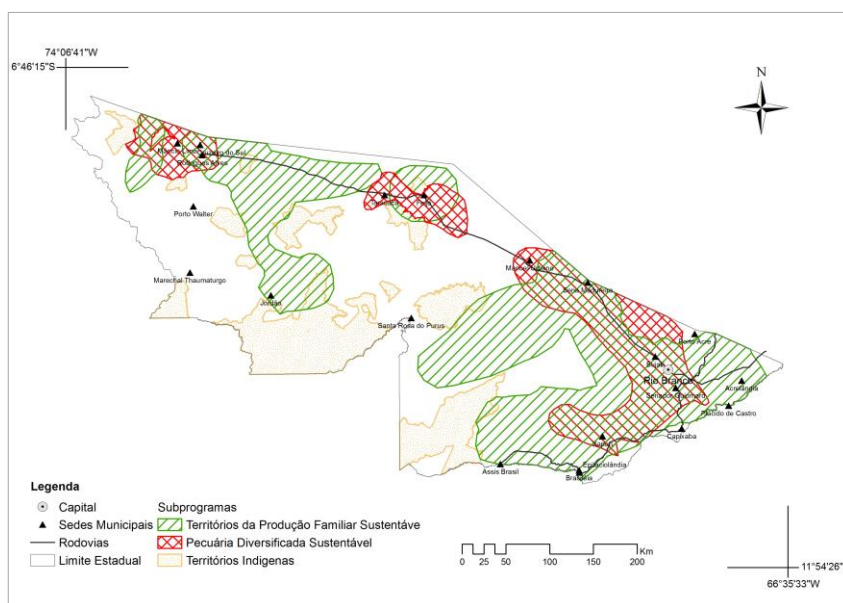
1. RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta os avanços alcançados na implementação do Programa REM Acre Fase II, entre janeiro e dezembro de 2021. O Programa insere-se na iniciativa global *REDD+ for Early Movers* (REM) do governo Alemão, que apoia programas nacionais e subnacionais de REDD+. No Acre, o Programa se materializa mediante compromisso formal entre o Governo do Estado do Acre e os agentes financiadores dos governos da Alemanha (Ministério da Cooperação - BMZ, através do KfW Banco de Desenvolvimento) e do Reino Unido (Ministério para Negócios, Energia e Estratégia Industrial - BEIS), sendo desenvolvido no âmbito do Contrato de Contribuição Financeira (KfW 201669092) e do Contrato Financeiro de Implementação (BEIS).

No Acre, o Programa está inserido no arcabouço político-jurídico do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA (Lei 2.308/2010), que visa a redução do desmatamento através de incentivos a políticas públicas estaduais, que promovem o desenvolvimento sustentável e fomentam cadeias produtivas, gerando renda e promovendo o desenvolvimento social dos beneficiários do SISA.

A estrutura do Programa é baseada na estratégia de Repartição de Benefícios, implementada por meio de duas linhas de apoio. A primeira, de até 30% do total dos recursos, destina-se às ações do subprograma Fortalecimento e consolidação do SISA e seus mecanismos de REDD+. Os outros 70% são destinados aos beneficiários diretos do Programa, seguindo as diretrizes de proteção florestal e fomento às cadeias produtivas sustentáveis, por meio da implantação de três Subprogramas: 1) Territórios Indígenas; 2) Territórios de Produção Familiar Sustentável e 3) Pecuária Diversificada Sustentável. O Mapa 1 localiza estes territórios de atuação.

Mapa 1 - Territórios de atuação do Programa REM Fase 2, por Subprograma

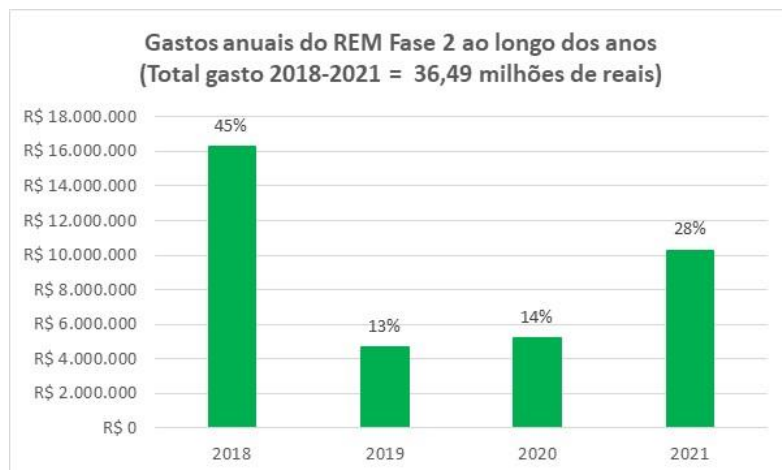


Principais avanços na gestão operacional do Programa

Após uma fase de reestruturação e consolidação, em decorrência da mudança de governo em 2019 e da redução das atividades de campo em 2020, devido às restrições provocadas pela Pandemia de COVID-19, a UCP-REM/SEPLAG encontra-se atualmente fortalecida. Em meados de 2021, foram contratadas, após processo licitatório, tanto a Consultoria Internacional (GFA) como uma equipe de 11 técnicos especialistas (Detzel Gestão Ambiental), ampliando a capacidade de gestão e a eficiência da implementação das medidas. Desta maneira, a

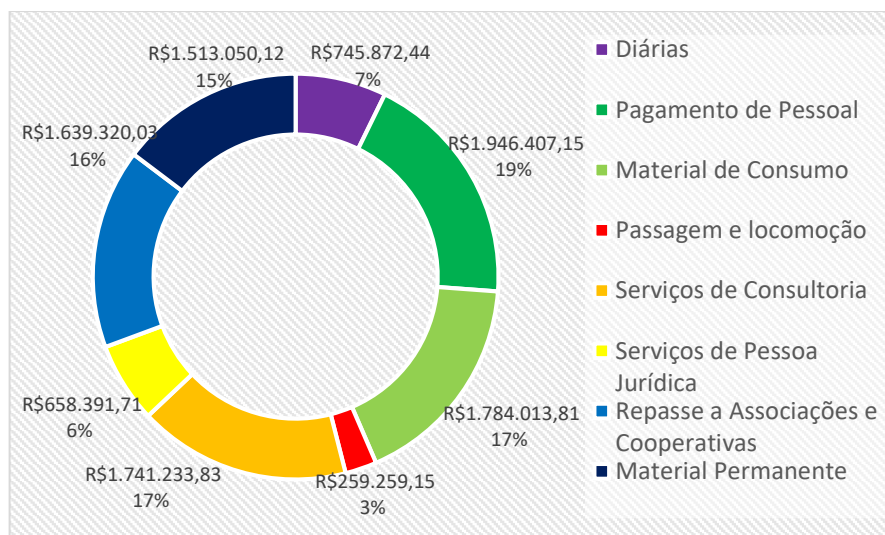
execução financeira aumentou significativamente em 2021, encerrando o ano com R\$ 10.287.548 de execução, apesar da situação de Pandemia ainda em curso. Portanto, a execução financeira em 2021 foi maior do que a execução dos anos 2019 e 2020 juntos, como mostra o Gráfico 1. Considerando os desembolsos repassados desde o início da Fase II do Programa, totalizando R\$ 36,49 milhões, a execução chegou a 40% ao final de 2021.

Gráfico 1 - Valores executados por ano (2018 - 2021)



O Gráfico 2 apresenta o percentual por categoria de despesas. Observa-se que as categorias Pagamento de Pessoal (19%), Material de Consumo (17%), Serviços de Consultoria (17%), Repasse a Associações e Cooperativas (16%) e Material Permanente (15%) dominam.

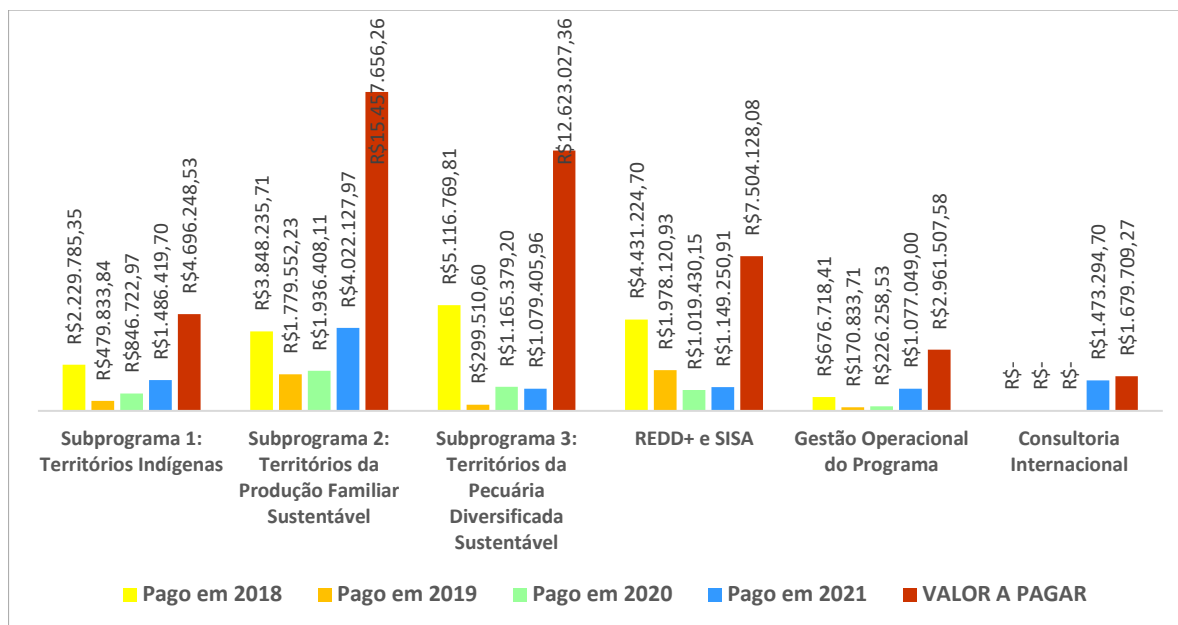
Gráfico 2 - Execução por categoria



Ressalta-se que, embora a maior parte dos recursos ainda não tenha sido aplicado na base dos beneficiários no período, muitos avanços ocorreram na esfera institucional, ao se aperfeiçoar metodologias e tecnologias de trabalho, além de melhorias nos fluxos e na integração interinstitucionais.

O Gráfico 3 apresenta a execução financeira por Subprograma entre 2018 e 2021, mostrando que o incremento da execução em 2021 aconteceu principalmente nos Subprogramas 1 e 2 assim como na âmbito da Gestão Operacional do Programa, incluindo a Consultoria Internacional.

Gráfico 3 - Execução por Subprograma (2018 - 2021)



Principais avanços nos Subprogramas voltados aos beneficiários diretos

Os Subprogramas focados nos beneficiários diretos e que visam a preservação da floresta e o desenvolvimento social dos beneficiários indígenas e comunidades locais foram retomados gradualmente, após as restrições causadas pela Pandemia de COVID-19, entre 2019 e 2021:

- O Subprograma **Territórios Indígenas** conseguiu retomar vários projetos:
 - Apoio à implementação de Planos de Gestão das Terras Indígenas (PGTIs), por meio de planos de fomento, em 10 terras indígenas;
 - Pagamento de bolsas a 109 Agentes Agroflorestais Indígenas, que desempenham um papel importante na gestão sustentável e na proteção de 22 terras indígenas;
 - Capacitação de mais de 500 professores indígenas, beneficiando um total de 6.168 alunos indígenas em 150 escolas, no âmbito da educação intercultural indígena.
- O Subprograma **Territórios da Produção Familiar Sustentável** retomou as seguintes atividades:
 - Pagamento de Incentivos a Serviços Ambientais, no âmbito da Lei Chico Mendes – Borracha (*Hevea brasiliensis*) e Murmuru (*Astrocaryum murumuru*) – resultando no apoio direto a 445 famílias de extrativistas, num total de R\$ 1,45 milhões;
 - Turismo de Base Comunitária, somando 5 Planos de Desenvolvimento do Turismo em fase final de elaboração, com 444 beneficiários capacitados (216 Mulheres; 228 Homens e 216 Jovens);
 - Artesanato Florestal, beneficiando 63 artesãos capacitados, 72 cadastros de artesãos no SICAB, com um faturamento de cerca de R\$ 700.000 em feiras nacionais e regionais.

Todas as medidas mencionadas visam melhorar as condições econômicas e sociais das comunidades locais e fortalecê-las, para proteger seus territórios e a floresta em pé. Desta maneira, os principais requisitos do Programa estão sendo implementados.

Medidas para garantir a sustentabilidade dos impactos do Programa

A fim de **garantir a segurança alimentar dos povos indígenas** em tempos de pandemia, o auxílio emergencial iniciado em 2020 teve continuidade em 2021. Para isso, houve redirecionamento de recursos já a partir de 2019, para ações que garantissem a sobrevivência de muitas famílias. Desta maneira, foram distribuídas 3.410 cestas de alimentação, beneficiando um total de 1.340 famílias em 20 terras indígenas. Estas medidas contribuem para o alcance do objetivo do Subprograma, ao proteger as comunidades indígenas de danos à saúde e ao garantir o seu papel de guardiões da floresta. Este enfrentamento da crise demonstra que a gestão do Programa é capaz de reagir com flexibilidade a riscos imprevistos e que as estruturas operacionais são sólidas.

A **Consultoria Internacional (CI)** iniciou seu trabalho em maio de 2021 e assessora a UCP-REM/SEPLAG, o IMC e as Subexecutoras na implementação do Programa REM Acre II. Neste período, avanços importantes para garantir os impactos esperados do Programa foram alcançados:

- Realização de **Diagnóstico** do processo de gestão e implementação do Programa, para que a Consultoria Internacional possa direcionar melhor as suas estratégias de apoio e assessoria à UCP, ao IMC e às Subexecutoras e implementadoras das atividades;
- Revisão do **Manual Operativo do Programa** em parceria com a SEPLAG;
- Revisão e implementação do **Plano de Monitoramento, Avaliação e Aprendizado** (MEL - *Monitoring Evaluation and Learning*), com treinamento para a implementação do Plano junto ao IMC e a cada Subexecutora, identificando os diferentes aspectos que devem ser monitorados no âmbito do Programa e revisando os Quadros de Resultados de cada Subprograma, com os gestores e técnicos das respectivas Subexecutoras. Os trabalhos de implementação do Plano MEL continuam durante o exercício de 2022 e serão a base para a construção da plataforma de monitoramento;
- Apoio na construção da **Plataforma de Monitoramento Integrado do Programa**, em parceria com a UCP-REM/SEPLAG e o IMC. Com base no Plano MEL, a CI deu início às atividades de desenvolvimento de uma plataforma de monitoramento e verificação do Programa com funcionalidades SIG. Os trabalhos de construção da plataforma continuam durante o exercício de 2022;
- Apoio na revisão e atualização do **Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre – PPCDQ/AC**, com a contratação de um consultor sênior, para coordenar os trabalhos de revisão e atualização.

A **Avaliação de Meio-Termo** do Programa foi realizada entre setembro e dezembro de 2021 por uma equipe de consultores independentes, contratados pela GFA. Mesmo que o relatório final seja concluído apenas no início de março de 2022, há de se esperar, com base nos resultados preliminares e nas discussões com os atores envolvidos na implementação do Programa, que a avaliação forneça uma base importante para ajustes e reestruturações tanto no desenho do programa, quanto no quadro institucional e na estratégia de implementação e contribuirá para um aumento significativo da eficiência das medidas e uma orientação mais focada nos impactos esperados. As eventuais reestruturações serão objeto de uma repactuação entre governo, subexecutoras, beneficiários e sociedade civil, devendo passar pelas instâncias de governança e validação do programa.

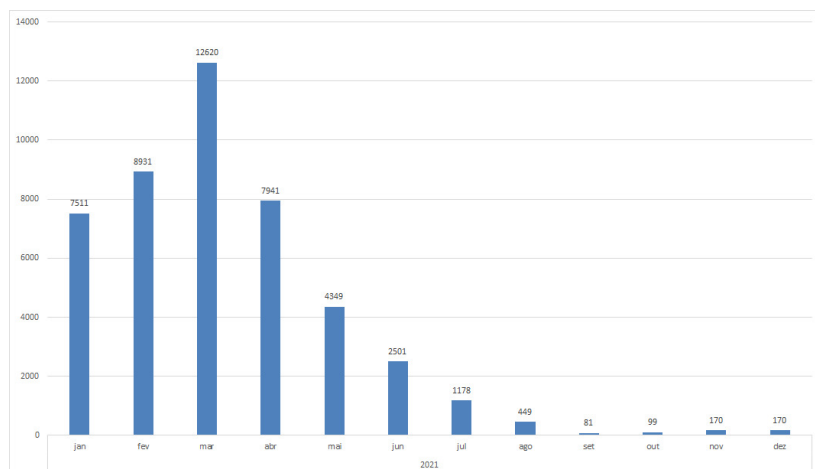
A participação da **sociedade civil** na **Governança do Programa** foi fortalecida com a eleição dos novos membros da **Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento - CEVA** e suas câmaras temáticas para povos indígenas (CTI) e mulheres (CTM). Desta maneira, há de se esperar uma melhora significativa na troca de informações entre a sociedade civil e o governo assim como no acompanhamento atento da implementação do Programa. Além disso, a **GIZ – Cooperação Técnica Alemã** apoiará os processos de participação e capacitação, como parte do novo componente de cooperação técnica REM Brasil, a partir de 2022.

Limitações provocadas pela Pandemia de COVID-19

Os avanços não foram mais significativos em função do cenário de pandemia, que limitou as atividades no âmbito dos pagamentos por serviços ambientais, principalmente no caso das terras indígenas, cujo acesso permanece restrito, devido a normas da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. A FUNAI recomendou a permanência dos indígenas nas suas aldeias e restringiu a entrada de pessoas e serviços nas terras indígenas, exceto os considerados essenciais, como saúde e segurança alimentar (Portaria 419/PRES/FUNAI 17/03/2020, renovada pela Portaria 183/PRES/FUNAI, 05/03/2021).

O Gráfico 4, elaborado pela Secretaria de Estado da Saúde - SESACRE, mostra a evolução do número de casos de COVID-19 no Estado do Acre em 2021.

Gráfico 4 - Casos de COVID-19 no Estado do Acre em 2021



Resgatando o relatado nos últimos relatórios, embora tenha sido verificado uma queda a partir do segundo semestre, uma terceira onda da pandemia iniciou-se a partir de novembro, associada ao surto da variante H3N2 da Influenza, que se iniciou em meados de dezembro de 2021. Com isso, ainda há instabilidade nos regimes de trabalho, sendo ora presenciais, ora teletrabalho, aplicados às diferentes organizações estaduais e federais. Mesmo nessas circunstâncias, o Programa REM Acre manteve-se ativo e a equipe gestora atenta às possibilidades de execução.

Na esfera federal, a FUNAI estabeleceu as restrições necessárias para o acesso aos territórios indígenas, bem como os indígenas estabeleceram barreiras sanitárias em muitas aldeias.

Na esfera estadual, entre os executores, cujo trabalho foi mais impactado pelo cenário pandêmico devido a insegurança sanitária para atuação no campo, pode-se destacar as ações previstas pela SEMAPI, onde houve redirecionamento de recursos para ações que garantisse a sobrevivência de muitas famílias com o fornecimento de cestas básicas.

Ao mesmo tempo, devemos destacar que apesar da ampliação dos desafios frente ao aumento das práticas de desmatamento e queimadas, o Estado do Acre se posicionou com ações integradas de combate aos ilícitos praticados, tanto em áreas de conservação como nas demais áreas onde ocorreram crimes ambientais. Tais ações integram ainda o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm), uma vez que PPCDQ-AC está ainda em fase de revisão e atualização. É relevante destacar que a interlocução entre o governo federal e o estado do Acre segue necessária, para otimizar os esforços de implementação das ações, especialmente nas áreas críticas de desmatamento.

2. CONTEXTO

2.1. Atualização do contexto político-institucional no Acre e em relação às políticas públicas relevantes para o Programa (REDD+, PPCDAM entre outras)

O Governo do Estado do Acre vem buscando inovar e aprimorar as ações estruturantes que tem como foco mitigar os impactos ao meio ambiente através da sua macro política ambiental, expressa no âmbito do Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais (SISA). No entanto, com o contexto da pandemia muitos órgãos tiveram suas ações impactadas em função das limitações de distanciamento social impostas por medidas sanitárias.

Nesse contexto, em relação ao Programa REM Acre Fase II, no período em questão as subexecutoras dispenderam esforços para atuar nas metas e objetivos anteriormente previstos, compartilhando com os beneficiários estratégias, informações viáveis para continuar viabilizando a execução do programa, mesmo com tais limitações. As ações nesse período centraram-se no planejamento, revisão, validação e realinhamento das prioridades para execução no segundo semestre de 2021 e para o ano de 2022.

Como estratégia de atuação para continuar alavancando as ações, por meio dos subprogramas e das ações previstas na Nota Técnica de Repartição de Benefícios as instituições subexecutoras planejaram suas atividades para esse novo momento, com destaque para as relações político-institucionais e retomada dos fóruns de governança que foram importantes para mitigar os efeitos da paralisação.

Mesmo com todos os desafios, buscou-se integração entre os órgãos que participam do programa a fim de ajustar internamente a organização e planejamento operacional, processo que pode ser visualizado por exemplo, com a atualização e início da implementação do Plano Mel (Monitoramento, Avaliação e Lições Aprendidas), como ferramenta atual para ações de monitoramento, a ser coordenada pelo IMC, junto com as subexecutoras do programa.

Por outro lado, diante da amplitude dos desafios frente ao aumento das práticas de desmatamento e queimadas como tendência em todo Brasil, o Estado do Acre se posicionou com ações integradas de comando e controle de combate aos ilícitos praticados, tanto em áreas de conservação como nas demais áreas onde ocorreram crimes ambientais. Tais ações estão em conformidade com o atual Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm).

Entretanto, como observação analítica da realidade, é importante ressaltar a mudança na dinâmica do desmatamento, na qual não existe mais apenas a figura do proprietário de área rural, pequeno ou grande, mas adiciona-se a ação de grupos criminosos que adentram as propriedades gerando um aumento desenfreado do desmatamento.

Outra força tarefa que está sendo viabilizada, considerada como importante nessa área, é a integração dos órgãos federais como o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, que possuem a responsabilidade pela gestão ambiental das áreas de preservação e conservação do estado do Acre.

Em se tratando da capacidade de articulação do Governo do Estado, uma vertente importante de articulação, diz respeito a participação na reunião do Estado do Acre no Espaço Brasil na COP26, que por sua vez foi de fundamental importância, no sentido de nivelar conhecimentos sobre os avanços na implementação da Estratégia Nacional para REDD+ e no cumprimento dos requisitos elencados pelo marco de Varsóvia, além dos

avanços na implementação doméstica e troca de experiências com a participação das partes interessadas e envolvidas na implementação da política ambiental do Acre.

Neste sentido, o Governo do Estado, por meio do IMC buscou no ano de 2021 alavancar as atividades referente a articulação nacional e internacional, no que se refere a troca de informações e experiências com relação ao Programa REM Acre Fase II e o Sistema SISA, e assim alinhar o Programa jurisdicional de REDD+ com Governo Federal e Estados subnacionais.

Portanto, o IMC vem participando de eventos importantes, nacionais e internacionais na busca de integrar interesses dos povos indígenas com os investimentos dos Programas do SISA, com vistas na equidade e os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, extrativistas, ribeirinhos e pequenas unidades de produção familiar, beneficiários do Programa REM.

2.2. Sugestões de respostas adequadas do Programa em relação às políticas públicas.

Nesse período, SEPLAG e IMC coordenaram ações voltadas para procedimentos internos de organização do planejamento, além de processos internos de licitações para garantir serviços e produtos destinados às ações do Programa. Com o avanço da vacinação e o arrefecimento da pandemia no Acre, a expectativa é de que as atividades normais voltem em breve.

Por outro lado, as ações de monitoramento, comando e controle foram realizadas por meio de operações integradas, conforme descrito nesse relatório. Importa destacar que o PPCDQ-AC encontra-se em fase de revisão e atualização e representa o compromisso do Acre com as políticas públicas voltadas para a mitigação dos impactos do desmatamento e das queimadas, além de outras providências que corroboram com os objetivos do Programa:

- Maior integração discursiva e avaliativa entre os órgãos que participam da execução e gestão Programa REM a fim de ajustar internamente a organização e planejamento operacional, processo que foi reforçado com a atualização e início da implementação do Plano Mel (Monitoramento, Avaliação e Lições Aprendidas), como ferramenta atual para ações de monitoramento;
- Fortalecimento das políticas integradas de comando e controle de combate aos ilícitos praticados, integradas com o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm) e o Plano estadual.
- Avanço nas atividades referente a articulação nacional e internacional, no que se refere a troca de informações e experiências com relação ao Programa REM Acre Fase II e o Sistema SISA, e assim alinhamento com o Programa jurisdicional de REDD+ com Governo Federal e Estados subnacionais.
- Reativação e fortalecimento da governança do SISA com aplicabilidade direta e operacional ao Programa REM, com o intuito de garantir a transparência, monitoramento e validação das políticas públicas.
- Execução de iniciativas temporais (curto, médio e longo prazo) para fortalecimento institucional do IMC com vistas ao cumprimento das funções estratégicas de regulação e articulação tanto no âmbito do SISA, quanto especificamente no Programa REM.

2.3. Análise dos avanços/mudanças na implementação da ENREDD+ e sugestões de respostas adequadas do Programa em relação a implementação da ENREDD+.

O Estado do Acre não é mais membro da CONAREDD+, porém ainda é membro do Fórum de Secretários da Amazônia Legal, que integra a Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Floresta (GCF – Task Force), e estiveram reunidos em 2021 para definição sobre os próximos passos que serão adotados pelos Estados para adquirir financiamento pela redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), por meio de REDD+. Durante esse encontro os membros receberam a confirmação de aptidão para integrar a Coalizão Reduzindo Emissões pela Aceleração do Financiamento Floresta (Leaf), trata-se de coalizão global voluntária que reúne empresas e governos para fornecer financiamento para a conservação de florestas tropicais e subtropicais de acordo com a escala do desafio de mudança climática.

Em 2020 o Governo Federal através da Resolução nº 03, de 22 de julho de 2020 considerou a necessidade de complementar e reforçar os investimentos e esforços para a redução de emissões por desmatamento e degradação empreendidos pelos governos federal, estaduais e municipais. Como marco desse momento, o mercado voluntário de carbono de floresta nativa foi reconhecido pela Comissão Nacional Para REDD+ - CONARRED+. Tal destaque gira em torno de sua relevância no âmbito das determinações relativas ao tema REDD+ no Brasil, por mais que o assunto ainda seja incipiente em se tratando de regulação, o mercado voluntário atua fortemente no Brasil com a aprovação e certificação de vários projetos ao longo do território.

No Acre essa demanda para análise, aprovação e certificação de projetos privados de carbono, é latente, o que culminou em 2021 com a revisão da Instrução Normativa de nº 001/2015 em parceria com a Procuradoria Geral do Estado – PGE, que regulamenta os procedimentos de projetos privados no âmbito do Isa Carbono.

Outra referência relevante é a Nota técnica nº 379/2021-MMA sobre a implementação do Programa Floresta + Carbono que descreve o posicionamento do governo federal no âmbito da temática para garantir a credibilidade da estratégia nacional de REDD+ e criar um ambiente de negócios efetivo e favorável permitindo o desenvolvimento de projetos em todo o território nacional, oferecendo alternativas econômicas como parte da solução ao desmatamento ilegal.

Com essas ações o Governo Brasileiro sinaliza para maior valorização das iniciativas de REDD+, potencializa os instrumentos captação de recursos internacionais para investimentos principalmente nas regiões da Amazônia e cerrado, além de promover uma agenda ambiental positiva do Brasil.

2.4. Análise do contexto de monitoramento e de controle da taxa de desmatamento.

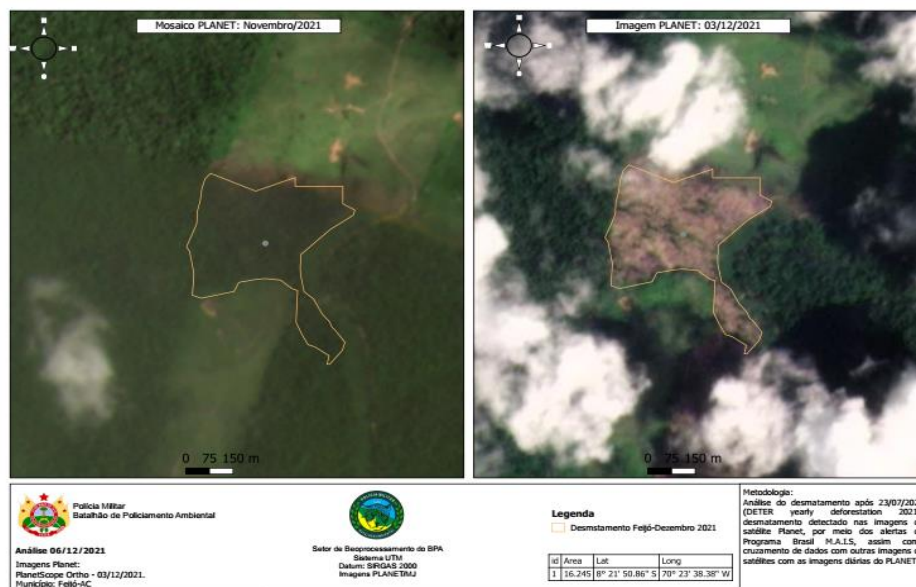
Nesse momento, a forma do governo do Acre atuar sobre o controle e o desmatamento alia o conhecimento tecnológico com o apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Projeto de Monitoramento da Amazônia brasileira por Satélite – Prodes, imagens de satélite Landsat ou similares (INPE), dentre outros. Com isso, determina ações efetivas que contribuem para a redução dos índices, sobretudo a valorização dos recursos ambientais e florestais.

O Geomonitoramento realizado pelo BPA, através de imagens de satélite, permite detectar o avanço do desmatamento por meio de nova metodologia que detecta até 0,3ha desmatados, muitas vezes é possível identificar o início, quando ainda estão “brocando”, limpando o sub-bosque da floresta, para depois cortarem as árvores. O que faz com que possamos agir de forma mais rápida e eficaz.

A nova metodologia aumentou a eficiência do serviço realizado pelo BPA, uma vez que determinando quais áreas estão sofrendo com maior pressão de desmatamento, podemos direcionar as missões para estes locais com a certeza do êxito, onde muitas vezes são realizados os flagrantes de desmatamento ilegal. Quando não há o flagrante são confeccionados relatórios que poderão subsidiar os demais órgãos.

Seguem alguns mapas e alertas de desmatamento utilizados pelas equipes de campo no ano de 2021, desenvolvidos pelo Setor de Planejamento do BPA por meio do Núcleo de Geomonitoramento.

Mapa 2 - Avanço do polígono de desmatamento no Município de Feijó/AC



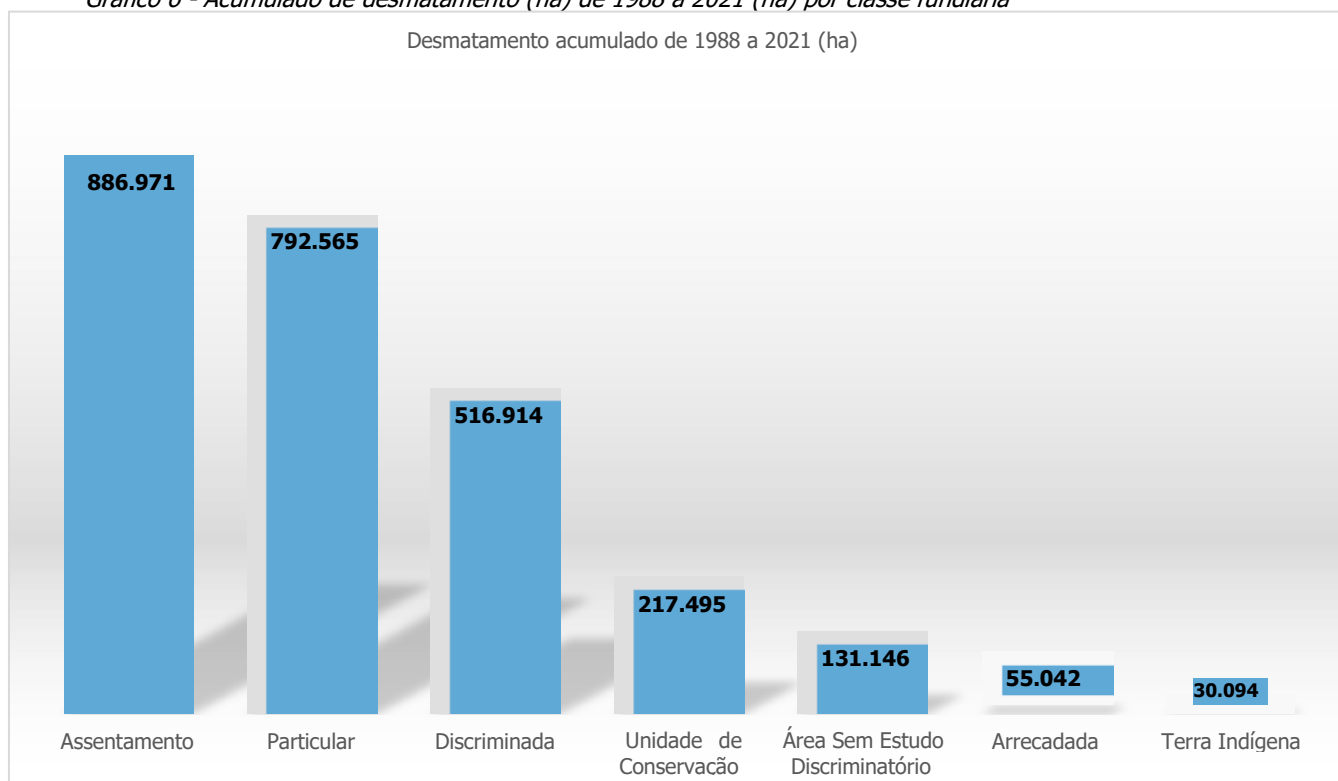
O desafio de manter o compromisso com as taxas de desmatamento em níveis reduzidos depende de um conjunto maior de ações articuladas, tanto por parte do governo do Estado, quanto do Governo Federal e sociedade civil. A seguir um detalhamento maior do contexto atual vivenciado no Acre acerca desses temas.

DINÂMICA DO DESMATAMENTO NO ESTADO DO ACRE

O desmatamento acumulado no Estado do Acre totalizou em 2021 2.630.227,5 hectares, representando 16,02%. O incremento do desmatamento em 2021 no estado totalizou 77.885,7 hectares. O Acre detem aproximadamente 84% de cobertura vegetal.

ACUMULADO DO DESMATAMENTO ATÉ 2021 (ha)

Gráfico 6 - Acumulado de desmatamento (ha) de 1988 a 2021 (ha) por classe fundiária



Quadro 1 – Porcentagem em relação ao desmatamento acumulado

Tipo/Categoria	Desmatamento acumulado de 1988 a 2021 (ha)	% em relação ao desmatamento acumulado
Assentamento	886.971	33,7
Particular	792.565	30,1
Discriminada	516.914	19,7
Unidade de Conservação	217.495	8,3
Área Sem Estudo Discriminatório	131.146	5
Arrecadada	55.042	2,1
Terra Indígena	30.094	1,1

INTERVALOS DE TAMANHO E EXTENSÃO DO DESMATAMENTO EM 2021

Quadro 2 - Intervalos de tamanho, número e extensão dos polígonos do desmatamento acumulado no Estado do Acre, no período de 1988 a 2021

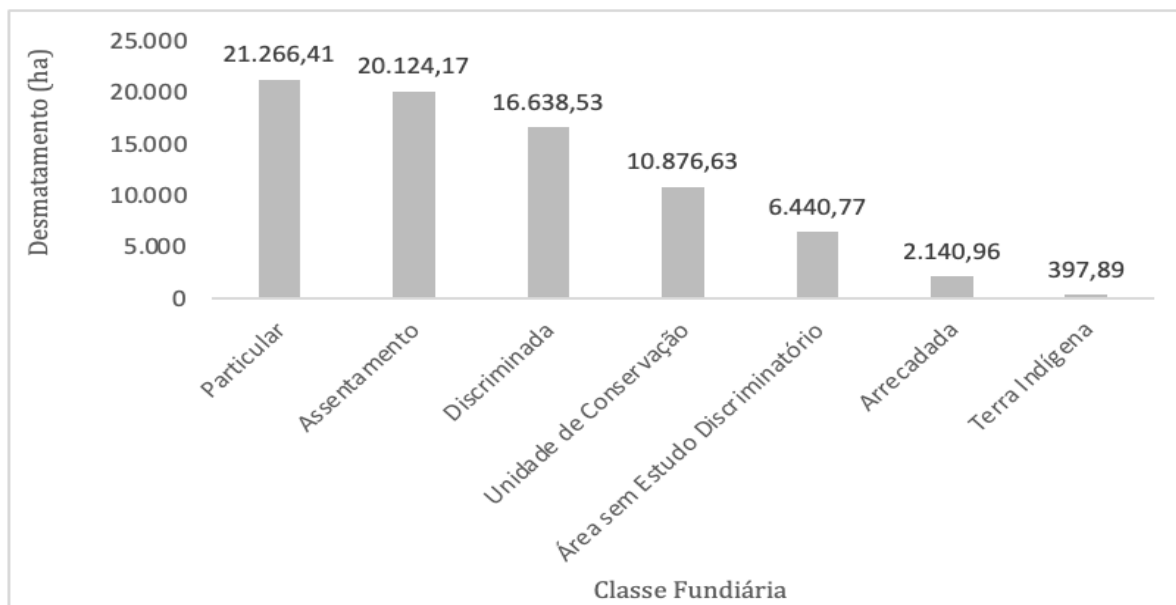
Intervalo de tamanhos	Quantidade de polígonos	Porcentagem de polígonos	Área (ha) de desmatamento	% de Área desmatada
<10 ha	609.525	95,13	1.271.664,89	48,35
10,1 a 60 ha	28.912	4,51	551.131,82	20,95
60,1 a 200 ha	1.786	0,28	173.850,41	6,61
> 200 ha	486	0,08	633.600,53	24,09
Total	640.709	100	2.630.247,63	100

Quadro 3 - Intervalos de tamanho, número e extensão dos polígonos do desmatamento acumulado no Estado do Acre, em 2021

Intervalo de tamanhos	Quantidade de polígonos	Porcentagem de polígonos	Área (ha) de desmatamento	% de Área desmatada
<10 ha	13.915	89,44	43.184,26	55,45
10,1 a 60 ha	1.592	10,23	29.081,96	37,34
60,1 a 200 ha	48	0,31	4.373,13	5,61
> 200 ha	3	0,02	1.246,32	1,6
Total	15.558	100,00	77.885,67	100

DISTRIBUIÇÃO DO DESMATAMENTO POR CLASSE FUNDIÁRIA

Gráfico 8 - Distribuição do desmatamento por classe fundiária em 2021



DESMATAMENTO NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO

Quadro 4 - Desmatamento nos projetos de assentamento em 2021

Projetos de Assentamentos	Desmate (ha)/2021
PAD Pedro Peixoto	1.966,2
PAE Remanso	1.778,7
PAE Santa Quitéria	1.604,6
PAD Boa Esperança	1.370,3
PAD Santa Luzia	1.131,9
PAE Riozinho	1.064,6
PAF Providência Capital	900,3
PAE Porto Dias	867,5
PDS Jamil Jereissati	694,8
PA Figueira	615,4

DESMATAMENTO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Quadro 5 - Desmatamento nas unidades de conservação em 2021

Unidades de Conservação	Hectare
Resex Chico Mendes	7.334,3
Floes Antimary	659,3
Resex Cazumbá - Iracema	648,5
Resex Alto Juruá	642,3
Floes Rio Gregório	559,1
Parna Serra do Divisor	191,5
Floes Mogno	145,8
Resex Alto Tarauacá	100,8
Arie Seringal Nova Esperança	95,1
Resex Riozinho da Liberdade	88,6
Floes Rio Liberdade	67,5
Apa São Francisco	35,7
Flona Santa Rosa do Purus	30,0
Apa Amapá	5,40
Flona Macauã	3,2
Arie Japiim Pentecoste	2,1

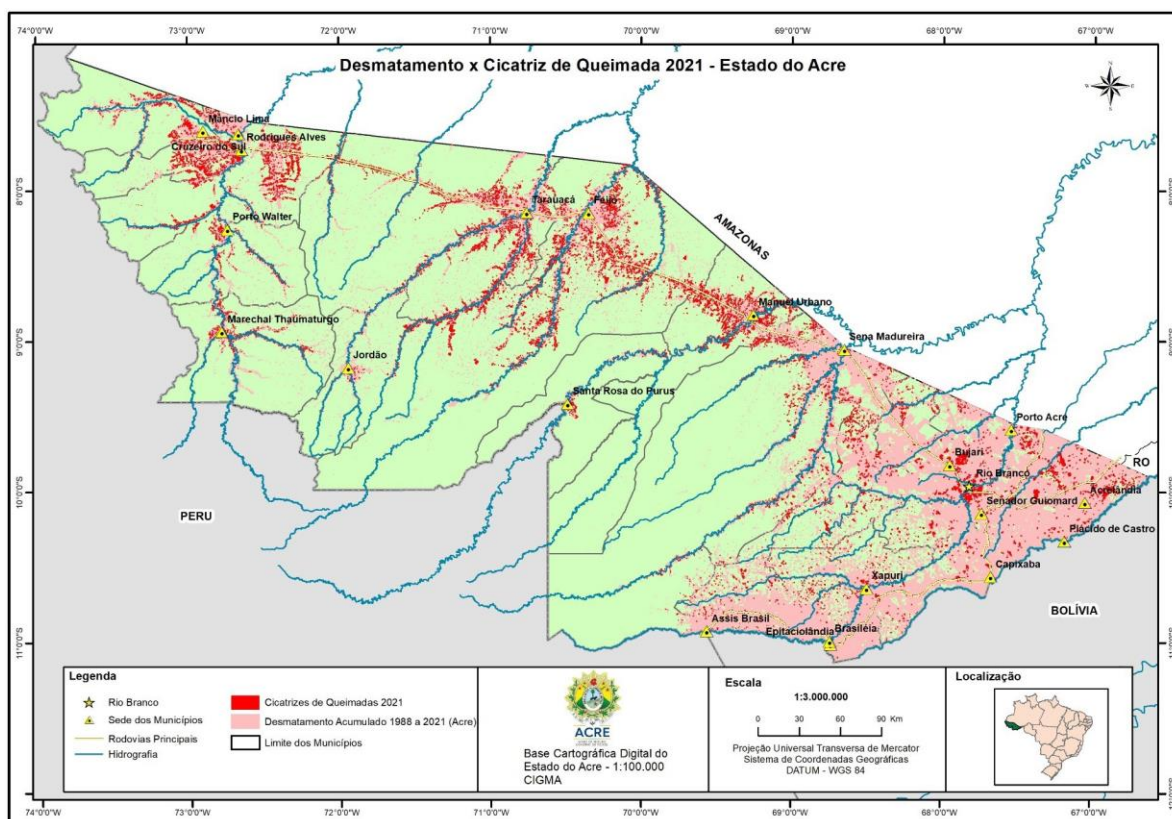
DESMATAMENTO EM TERRAS INDÍGENAS

Quadro 6 - Desmatamento em Terras Indígenas em 2021

Terras Indígenas	Hectare
TI Manchineri do Seringal Guanabara	97,1
TI Mamoadate	77,5
TI Nawa	48,4
TI Nukini	46,2
TI Katukina/Kaxinawa	30,4
TI Kaxinawa da Praia do Carapanã	27,7
TI Cabeceira do Rio Acre	19,2
TI Kaxinawa do Rio Jordão	18,9
TI Kaxinawa do Rio Humaitá	16,9
TI Kampa do Rio Amonea	15,4
TI Jaminawa do Igarapé Preto	11,7
TI Jaminawa do Rio Caeté	11,4
TI Kaxinawa Seringal Independencia	11,0
TI Poyanawa	11,0
TI Kaxinawa Nova Olinda	10,4
TI Arara Igarapé Humaitá	7,8
TI Jaminawa Envira	7,7
TI Kaxinawa do Baixo Rio Jordão	7,3
TI Campinas Katukina	7,1
TI Rio Gregorio	4,7
TI Igarapé do Gaucho	4,5
TI Kulina do Igarapé do Pau	1,7
TI Jaminawa do Guajará	1,2
TI Kampa do Igarapé Primavera	1,0

DISTRIBUIÇÃO DO DESMATAMENTO E QUEIMADAS NO ESTADO DO ACRE

Mapa 5 - Distribuição do desmatamento e queimadas no Estado do Acre em 2021



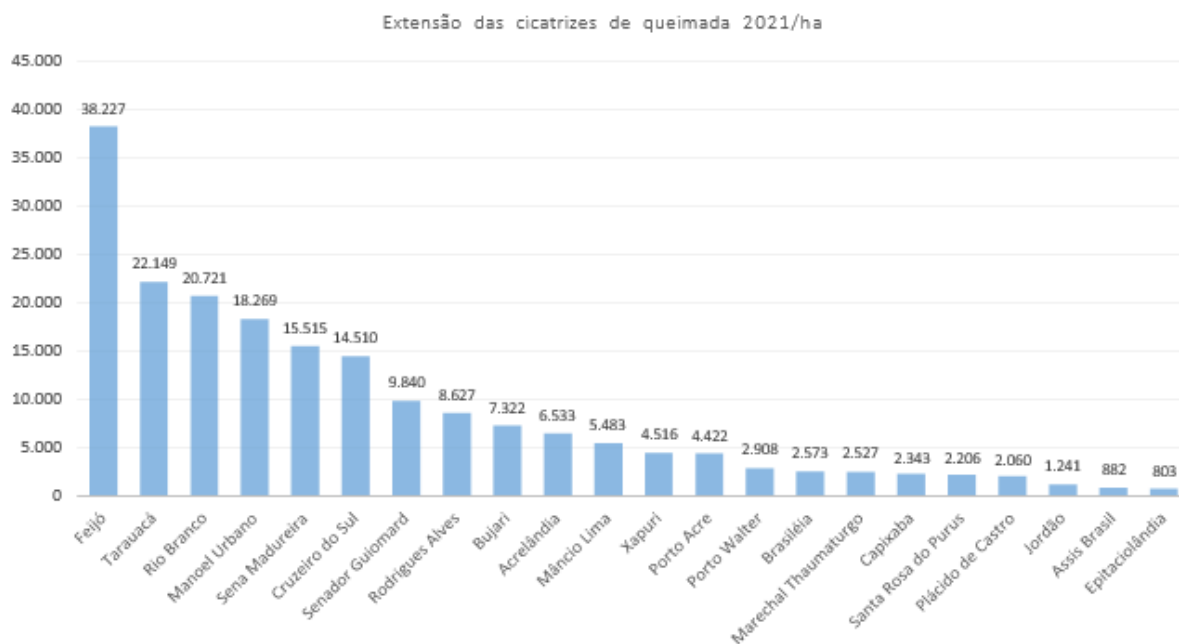
DEGRADAÇÃO POR QUEIMADAS NO ESTADO DO ACRE

Quadro 7 - Degradação por queimadas no Estado do Acre em 2021

Tipo/Categoria	Cicatrizes de queimadas por classe fundiária 2021/ha	%
Particular	52.882,8	27,3
Discriminada	48.590,1	25,1
Assentamento	48.501,3	25,0
Área sem Estudo Discriminatório	20.914,8	10,8
Unidade de Conservação	16.868,3	8,7
Arrecadada	4.031,2	2,1
Terra Indígena	1.887,4	1,00
Total Geral	193.675,8	100

EXTENSÃO DAS CICRATIZES DE QUEIMADAS POR MUNICÍPIO

Gráfico 9 - Extensão das cicatrizes de queimadas por município em 2021



Quadro 8 – Porcentagem da extensão das cicatrizes por município em 2021

Municípios	Extensão das cicatrizes de queimada 2021/ha	%
Feijó	38.227,4	19,7
Tarauacá	22.148,9	11,4
Rio Branco	20.720,9	10,7
Manoel Urbano	18.269,3	9,4
Sena Madureira	15.515,2	8,0
Cruzeiro do Sul	14.509,8	7,5
Senador Guiomard	9.840,2	5,1
Rodrigues Alves	8.626,6	4,5
Bujari	7.321,6	3,8
Acrelândia	6.532,7	3,4
Mâncio Lima	5.483,1	2,8
Xapuri	4.516,3	2,3
Porto Acre	4.422,4	2,3
Porto Walter	2.908,3	1,5
Brasiléia	2.572,9	1,3
Marechal Thaumaturgo	2.526,7	1,3
Capixaba	2.342,6	1,2
Santa Rosa do Purus	2.205,9	1,1
Plácido de Castro	2.060,2	1,1
Jordão	1.240,67	0,6
Assis Brasil	881,9	0,5
Epitaciolândia	802,9	0,4
Total Geral	193.676,1	100

ESTRATÉGIA E AÇÕES DE INICIATIVA DO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

O Governo do Acre tem trabalhado com a gestão ambiental compartilhada, para o desenvolvimento das ações de monitoramento, controle e fiscalização do desmatamento, das queimadas e incêndios florestais, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas nos Planos Estadual e Municipais de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas, com o objetivo principal de reduzir o desmatamento ilegal.

Para a redução do passivo florestal (Lei nº 12.651 de 2012), o Governo traçou estratégias a partir do Cadastro Ambiental Rural – CAR e da implementação do Plano de Regularização Ambiental – PRA. Para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, respeitando a legislação e conservando as florestas, são apoiados os Projetos de Incremento Produtivo Comunitários - IPCs, os Planos de Gestão Territorial Indígena – PGTIs, as Concessões florestais, o Manejo florestal madeireiro e o Manejo não madeireiro nas florestas estaduais, tendo como referência o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado – ZEE.

Através do Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental – Cigma, que reúne a Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Estado do Acre – Ucegeo, a Unidade de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico, Escritório Técnico de Gestão do CAR e PRA e a Divisão de Geoprocessamento (DIGEO) do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), é realizado o monitoramento do uso e cobertura da terra com foco na degradação por desmatamento e queimadas, além do monitoramento das condições hidrometeorológicas das principais bacias hidrográficas do estado.

A Ucegeo tem realizado desde a sua criação o monitoramento das alterações na cobertura do solo com ênfase em desmatamento e cicatrizes de queimadas para o território do estado do Acre, acompanha o incremento do desmatamento com Imagens Landsat em uma série histórica com base no ano de 1988, utilizando imagens Sentinel e Planet para o monitoramento de cicatrizes de queimadas, além dos dados de suporte do Instituto de Pesquisas Espaciais – Inpe (Prodes e Deter B), e mais recentemente do MAPBiomias.

3. AVANÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

O desafio de manter o compromisso com as taxas de desmatamento em níveis reduzidos depende de um conjunto maior de ações articuladas, tanto por parte do governo do Estado, quanto do Governo Federal e sociedade civil. O arranjo institucional do Programa REM (herdado dos marcos legais do SISA), por mais que necessite de ajustes e atualizações, em suma possibilita a vinculação entre ações desenvolvidas pelo programa a estratégias efetivas de valorização dos serviços ambientais.

Dentre essas iniciativas é importante ressaltar a atuação integrada do Governo do Estado nas atividades de comando e controle sobre o desmatamento. Essa ação alia o conhecimento tecnológico em nível local (IMAC, SEMAPI, CIGMA) com o apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Projeto de Monitoramento da Amazônia brasileira por Satélite – Prodes, imagens de satélite Landsat ou similares (INPE), dentre outros. Com isso, é gerado um conjunto de informações que se trabalhadas de forma alinhada contribuem para um maior entendimento da e proposição de medidas efetivas.

Outro avanço relevante que aconteceu em 2021 foi a retomada da atuação das instâncias de governança do SISA e que são aplicáveis à gestão do Programa REM. O fortalecimento da Governança do Programa REM, para o biênio 2021 a 2023, no caso da CEVA, CTI e CTM, tem como finalidade garantir um fórum de discussão para a transparência da implementação e resultados das ações do programa, sobretudo, o impacto de tais ações junto aos beneficiários.

Outra atividade importante foi a revisão, atualização e implementação do documento Plano Mel (Monitoring Evaluation Learning Plan) como instrumento metodológico de monitoramento, avaliação e aprendizado, que objetiva fornecer uma estrutura de planejamento para o Programa REM em relação ao monitoramento, às avaliações periódicas assim como à gestão de conhecimento gerados no âmbito do Programa.

Essa ferramenta, passa a balizar o acompanhamento e monitoramento dos resultados do programa, como metodologia de monitoramento contribuindo com estratégias de atuação do IMC e das subexecutoras.

3.1. Concepção do Programa REM Acre Fase II

A realização das ações do Programa REM no ano de 2021 seguiram ainda sob o contexto da pandemia gerada pelo COVID-19. Com isso as limitações com as quais já fazem parte da realidade foram responsáveis pela paralisação de muitas atividades, principalmente aquelas voltadas para as iniciativas de formação/capacitação, mobilização de beneficiários e realização de eventos coletivos, atividades diretas em campo, sobretudo com populações indígenas, agricultores familiares e extrativistas.

Com a publicação do Decreto Estadual nº 5.496, de 20/03/2020, e atos remissivos posteriores estabeleceram-se as orientações e procedimentos para controle da situação. Diante disso, o diálogo e as relações interinstitucionais entre os órgãos governamentais que participam do programa, assim como a relação direta com os beneficiários foram em função disso afetadas.

Assim, ainda que de forma reduzida no âmbito dos serviços ambientais, cadeias produtivas e comando e controle, foi garantido no contexto de pandemia a realização de atividades nos subprogramas, conforme serão descritas nas sessões deste relatório.

3.2. Remuneração de resultados de REDD+

Com o arranjo de descentralização definido pela CONAREDD+ propiciou aos estados amazônicos a estruturação de suas próprias iniciativas de pagamentos por resultados de REDD+, além dos recursos de REDD+ que já recebem por meio de projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

Os estados do Acre e de Mato Grosso já participam do Programa Global REDD for Early Movers – REM (Programa REDD para pioneiros). O Programa REM é coordenado pelo Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) e fomenta o desenvolvimento sustentável em benefício de agricultores, comunidades indígenas e comunidades extrativistas, com recursos próprios e de outros países doadores.

Inicialmente, a negociação dos acordos tem sido feita de maneira autônoma entre os estados e o governo alemão, tendo cabido ao governo federal apenas o papel de acompanhamento das questões ligadas à ENREDD+. À CONAREDD+, em consonância com suas deliberações, coube aprovar a elegibilidade dos estados para a viabilização dos acordos em harmonia com a Estratégia Nacional

Todavia, o posicionamento do governo federal com portarias e nota técnicas no âmbito da temática do mercado de carbono, vem criando iniciativas para garantir a credibilidade da estratégia nacional de REDD+ e criar um ambiente de negócios efetivo e favorável permitindo o desenvolvimento de projetos de REDD+ em todo o território nacional, oferecendo alternativas econômicas como parte da solução ao desmatamento ilegal.

Essas medidas representam uma mudança de posicionamento do Governo Brasileiro e reconhece a demanda, mas que o mercado voluntário de carbono por sua vez, necessita dessa reestruturação para

operacionalização em função da contribuição que este pode dar para mitigação dos gases de efeito estufa principalmente pela redução do desmatamento florestal.

Com esse reposicionamento, o Governo Brasileiro sinaliza uma maior valorização das iniciativas de REDD+, potencializa os instrumentos de captação de recursos internacionais para investimentos principalmente nas regiões da Amazônia e cerrado, além de promover uma agenda ambiental positiva do Brasil.

3.3. Atividades, avanços, resultados e impactos dos subprogramas

As atividades aqui descritas, com seus respectivos valores executados, foram implementadas por meio de recursos relativos ao primeiro e segundo desembolsos do Banco KFW e o primeiro desembolso do Reino Unido no âmbito do Programa REM Acre Fase II.

A utilização desses recursos foi distribuída no PDI 01 e PDI 02 após alinhamento feito durante a missão de acompanhamento da equipe do KFW e Reino Unido em maio de 2019. Foram consolidadas as planilhas com recursos previstos no PDI 1 e PDI 2, conforme tabela 1, onde são demonstradas também as atividades com seus respectivos valores.

Tabela 1 - Valores consolidados do PDI 01 e PDI 02

PROGRAMA GLOBAL REDD+ PARA EARLY MOVERS – PROGRAMA REM ACRE, FASE II	SECRETARIA	VALOR PLANEJADO PDI 01 E 02 (R\$)
I. ATIVIDADES EM NÍVEL LOCAL (70%)		R\$ 57.067.083,60
SUBPROGRAMA 01: Subprograma Territórios Indígenas		R\$ 9.739.010,39
1.1 Gestão Territorial Indígena		R\$ 9.739.010,39
1.1.1 Bolsa dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs)	SEMA	R\$ 4.147.373,60
1.1.2 Formação e Capacitação de AAFIs	SEMA	R\$ 1.122.372,70
1.1.3 Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs)	SEMA	R\$ 3.309.217,38
1.1.4 Formação Intercultural Diferenciada Indígena (clima, floresta, associativismo, cooperativismo, gestão de projetos)	SEE	R\$ 1.160.046,71
SUBPROGRAMA 02: Subprograma Produção Familiar Sustentável		R\$ 27.043.980,28
2.1 Cadeias Produtivas Extrativistas (Produtos Florestais Não Madeireiros e da Agricultura Familiar)		R\$ 23.235.745,96
"2.1.1 CADEIAS PRODUTIVAS CONSOLIDADAS Borracha a. Incentivos aos Serviços Ambientais: Lei Chico Mendes (CVP, FDL, látex líquido) b. Fortalecimento da produção de preservativos (logística e insumos)"	SEPA	R\$ 5.141.528,97
"2.1.2 Murmuru a. Incentivos aos Serviços Ambientais: Lei Chico Mendes"	SEPA	R\$ 1.157.105,52
"2.1.3 Mel a. Fortalecimento da cadeia (logística e insumos)"	SEPA	R\$ 756.449,95
"2.1.4 CADEIAS PRODUTIVAS A ESTRUTURAR Óleos florestais a. Fomento à estruturação, em processos de coleta, pré-beneficiamento e desenvolvimento tecnológico, garantindo produção sustentável e qualidade da produção	FUNTAC	R\$ 1.753.615,78

b. Formação (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para juventude e gênero"		
2.1.5 Assistência técnica agroflorestal para comunidades extrativistas das florestas públicas estaduais, incluindo a gestão das UGAIs	SEMA	R\$ 1.801.593,66
2.1.6 Apoio Logístico de Coleta e Transporte do Látex e Fabrica de Preservativos	FUNTAC	R\$ 1.329.178,63
2.1.7 Manejo Florestal	SEMA	R\$ 909.759,59
"2.1.8 Florestas Plantadas em SAFs (Fruticultura: açaí, abacaxi, coco, cupuaçu, pupunha) e não madeireiros (seringa e castanha) a. Incentivos à recuperação de áreas degradadas b. Produção de mudas c. Apoio à comercialização d. Capacitação (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para Juventude e Gênero"	SEPA	R\$ 4.329.732,98
2.1.9 Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)	SEMA	R\$ 6.056.780,88
2.2 Economia Criativa	SEET	R\$ 3.808.234,32
SUBPROGRAMA 03: Subprograma Território da Pecuária Diversificada Sustentável		R\$ 20.284.092,93
3.1 Cadeias Produtivas da Pecuária Diversificada		R\$ 20.284.092,93
3.1.1 Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Corte e Leite (Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF))	SEPA	R\$ 8.015.404,00
3.1.2 Cadeia Produtiva da Piscicultura (Fomento às atividades da Piscicultura (ração, tanques, alevinos, assistência técnica e extensão rural, etc.) e capacitação (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para Juventude e Gênero)	SEPA	R\$ 11.365.940,80
3.1.3 Agroenergia	SEMA	R\$ 902.748,13
4: Fortalecimento do SISA e Instrumentos de REDD+		R\$ 24.347.525,97
4.1 Mecanismos de REDD+	IMC	R\$ 7.169.645,59
4.2 Fortalecimento do SISA	IMC	R\$ 8.912.509,18
4.3 Gestão Operacional (Técnica, Administrativa e Financeira) do Programa	SEPLAG	R\$ 5.112.367,23

4.4 Consultoria Internacional	SEPLAG	R\$ 3.153.003,97
TOTAL		R\$ 81.414.609,58

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

Obs: Os valores previstos no Plano de Investimento - PDI 01 e 02 foram consolidados conforme acordo realizado na missão do KFW em 2019.

Tabela 2 - Resumo de desembolsos do Programa REM Acre Fase II

DESEMBOLSOS PDI 1		
1º DESEMBOLSO	€ 5.000.000,00	R\$ 19.665.000,00
2º DESEMBOLSO	€ 7.937.756,44	R\$ 35.450.020,26
3º DESEMBOLSO	€ 2.499.925,00	R\$ 11.164.665,05
4º DESEMBOLSO	€ 3.926.086,10	R\$ 24.757.898,95
TOTAL	€ 19.363.767,54	R\$ 91.037.584,26

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

A diferença de valor R\$ 9.622.974,68 no total das tabelas 1 e 2, refere-se a última internacionalização de recursos ocorrida em setembro de 2021, quando verificou-se um ganho de variação cambial em relação ao inicialmente previsto no PDI. Esse valor deverá ser redistribuído conforme definições estratégicas após Revisão de Meio Termo.

A seguir a descrição das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa REM Acre Fase II, conforme previstas no Plano de Aplicação - PDI.

3.3.1. Subprograma Território Indígenas

Este Subprograma tem como objetivo fortalecer em cada Território e Zona definidos pelo ZEE, projetos produtivos sustentáveis desenvolvidos por produtores tradicionais. Os órgãos subexecutores SEMAPI e SEE são os responsáveis pelas seguintes atividades:

Tabela 3 - Execução geral do Subprograma Territórios Indígenas

Ações/Atividades	ÓRGÃO	VALOR PDI (R\$)	VALOR CONTRATADO (R\$)	VALOR PAGO (R\$)	SALDO DE CONTRATO (R\$)	SALDO A CONTRATAR (R\$)
Gestão Territorial Indígena		R\$ 9.739.010,39	R\$ 8.035.567,07	R\$ 5.042.761,86	R\$ 2.992.805,21	R\$ 1.703.443,32
Bolsa dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs)	SEMA	R\$ 4.147.373,60	R\$ 4.097.586,84	R\$ 2.858.435,71	R\$ 1.239.151,13	R\$ 49.786,76
Formação e Capacitação dos AAFIs	SEMA	R\$ 1.122.372,70	R\$ 1.089.417,79	R\$ 684.026,96	R\$ 405.390,83	R\$ 32.954,91
Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTis)	SEMA	R\$ 3.309.217,38	R\$ 2.354.466,20	R\$ 1.334.568,25	R\$ 1.019.897,95	R\$ 954.751,18
Formação Intercultural Diferenciada Indígena (clima, floresta, associativismo, cooperativismo, gestão de projetos)	SEE	R\$ 1.160.046,71	R\$ 494.096,24	R\$ 165.730,94	R\$ 328.365,30	R\$ 665.950,47
TOTAL SUBPROGRAMA		R\$ 9.739.010,39	R\$ 8.035.567,07	R\$ 5.042.761,86	R\$ 2.992.805,21	R\$ 1.703.443,32
TOTAL SUBPROGRAMA EM PERCENTUAL SOBRE 100%		12%				

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

3.3.1.1. Bolsa para Atuação dos Agentes Agroflorestais

Segundo a subexecutora SEMAPI, a prestação de contas do primeiro desembolso foi rejeitada e estão no momento aguardando a deliberação do ordenador de despesas. Mesmo com esses percalços, os agentes vêm desenvolvendo nas suas aldeias as atividades de gestão territorial tais como:

- Proteção e vigilância de seus territórios;
- Implantação de sistemas agroflorestais;
- Boas práticas produtivas;
- Educação ambiental e;
- Valorização de suas culturas tradicionais.

Estava previsto o pagamento de 145 agentes agroflorestais de 14 povos, que residem em 117 aldeias de 24 terras indígenas, localizadas em 11 municípios do Estado (Assis Brasil, Sena Madureira, Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima), contudo. No ano de 2021 foram pagas 109 bolsas aos agentes. Esses pagamentos estavam sendo realizados na medida em que os agentes saiam de suas Terras e se dirigiam até a área urbana do município e entravam em contato com a AAMAÍAC, que realizava a transferência para as suas contas bancárias. Os critérios utilizados para a seleção dos bolsistas foram residir na aldeia, ser maior de 18 anos e ser associado. Os Agentes Agroflorestais Indígenas precisam ter feito no mínimo três cursos de formação técnica oferecido pela CPI- Acre, no Centro de Formação dos Povos da Floresta.

3.3.1.2. Formação e Capacitação dos Agentes Agroflorestais

Foi formalizado o 3º Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 002/2018 do Chamamento Público nº 002/2018, com nova vigência de 18/09/2020 a 18/04/2021.

As metas 3 (Criação de proteína animal ampliada nas terras indígenas, impactando a segurança alimentar. Foram construídos 92 galinheiros completos, incluindo o plantel) e 4 (Formação dos AAFI definidas com a nova Proposta Político Pedagógica da Formação dos AAFI elaborada, sendo atualizada a carga horária e o número de cursos e encaminhada ao Conselho Estadual de Educação) do plano de trabalho foram realizadas, sendo elas a publicação de um documento confeccionado no âmbito do trabalho realizado pelos AAFIs (Criação e Manejo de Aves nas Terras Indígenas do Acre) e a realização de um diagnóstico do percurso formativo e da demanda por formação para os próximos anos. (Diagnóstico sobre a Formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre).

A Comissão Pró-Índio, seguindo o cronograma de execução do Plano de Trabalho, apresentou o Diagnóstico sobre a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – Comissão Pró Índio do Acre e o Relatório de Criação e Manejo de Aves nas Terras Indígenas, porém não houve a realização dos 02 (dois) cursos de formação previstos para o segundo semestre.

3.3.1.3. Implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PGTIS

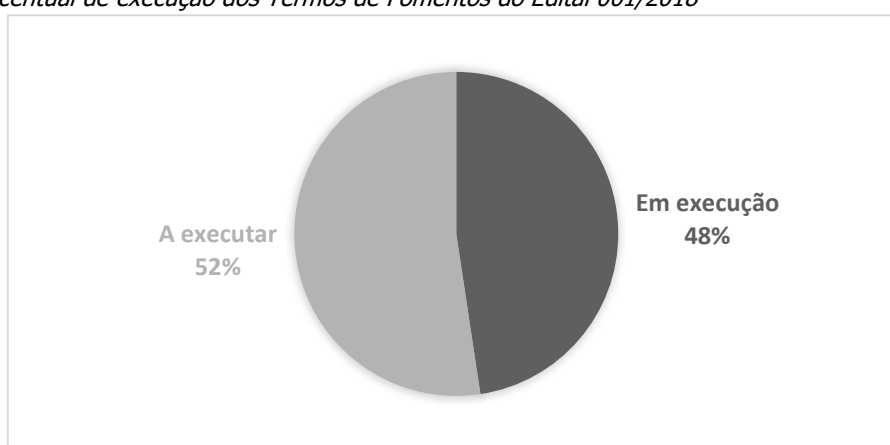
Devido a Pandemia por COVID-19 os projetos ficaram parados durante o ano de 2020. Em abril de 2021 a SEMAPI contratou Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica que deu início a Implementação dos dois editais, Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs), Chamamento Público 001/2018 e Apoio à Valorização de Manifestações Culturais Indígenas (Festivais), chamamento público 001/2019.

Um grande desafio encontrado pela equipe foi a falta de comunicação e de reuniões para a atualização de documentos (Atas e certidões) e dos planos de trabalho devido a impossibilidade de aglomeração que culminou

com a proibição da entrada de não indígenas em Terras Indígenas por meio de portarias lançadas pela FUNAI, a exemplo da Portaria nº 183 de 05 de março/2021 nos primeiros meses do ano, sendo praticamente tudo tratado por e-mail, telefone e WhatsApp. Com advento da vacina, houve um avanço significativo, pois conseguimos nos encontrar com as lideranças nas cidades próximas a suas aldeias possibilitando darmos início a execução dos projetos. Vale ressaltar que a Equipe técnica da SEMAPI tomou todos os cuidados necessários, como uso de máscara, álcool em gel e distanciamento.

Dos 21 Termos de Fomento do edital de chamamento público 001/2018 formalizados, a equipe contratada pela SEMAPI deu início a execução de 10, cujos projetos contemplaram desde aquisições de instrumentos musicais a construções. Até o momento, os projetos referentes a Implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras indígenas – PGTIs tem 47,6% em fase de execução em diferentes estágios (Figura 1), perfazendo um valor R\$ 566.717,78. Os municípios que se encontram as aldeias beneficiadas com os projetos são Feijó, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Rio Branco, Sena Madureira e Tarauacá.

Figura 1 - Percentual de execução dos Termos de Fomentos do Edital 001/2018

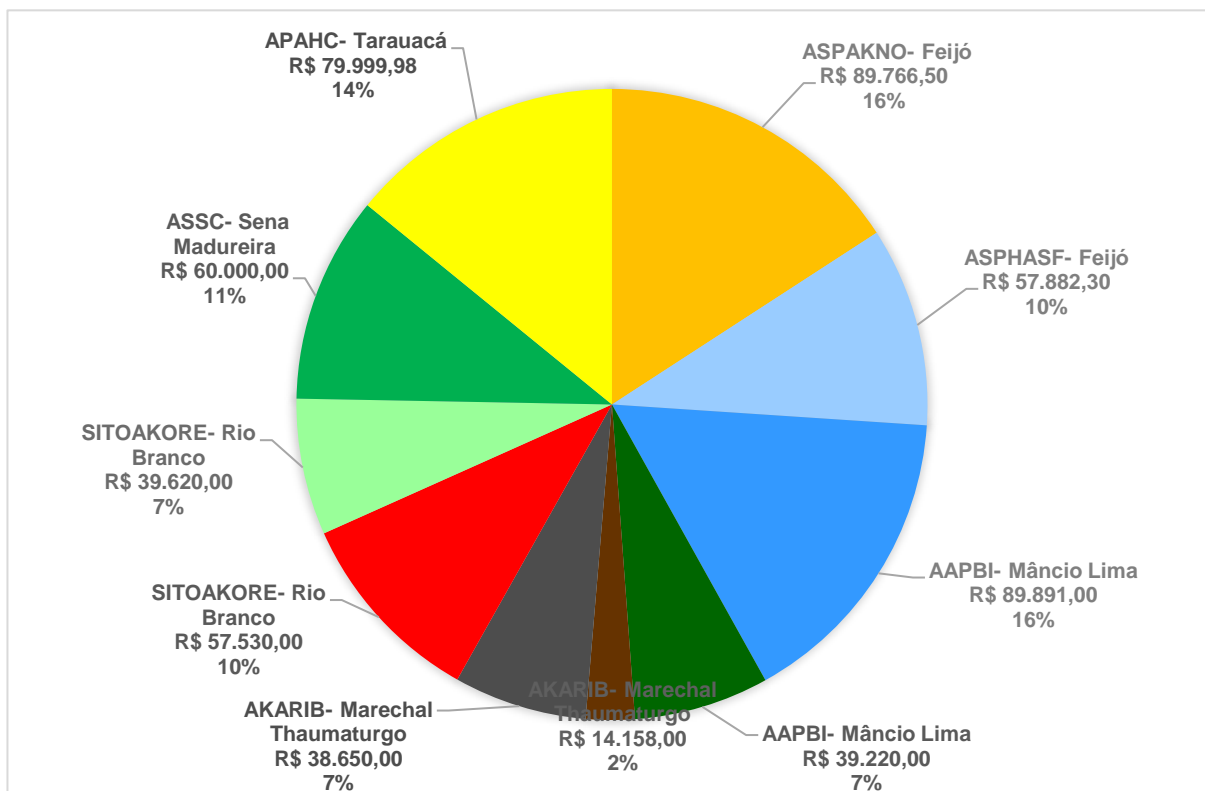


Os beneficiários dos projetos em execução pertencem às aldeias das seguintes Associações:

- Associação dos Seringueiros, Produtores e Artesão Kaxinawá de Novo Olinda - ASPAKNO;
- Associação dos Produtores Huni Kui da Aldeia São Francisco- ASPHASF;
- Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga- AAPBI;
- Associação dos Produtores e Agroextrativistas Hunikui do Caucho – APAHC;
- Organização das mulheres indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia- SITOAKORE;
- Associação dos Kaxinawas do Rio Breu- AKARIB;
- Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá- ASSC.

A figura 2 abaixo mostra as associações dos povos indígenas beneficiadas, os municípios que se encontram, os valores de seus projetos e a porcentagem que o mesmo representa do valor R\$ 566.717,78, equivalente aos 10 projetos em execução. Com exceção da Organização das mulheres indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia- SITOAKORE, que teve seus recursos divididos em dois desembolsos, sendo o primeiro no valor de R\$57.530,00, os demais foram pedidos na sua integralidade. Algumas associações possuem mais de um projeto contemplado.

Figura 2 - Associações que estão com seus projetos em fase de execução



Quadro 9 - Termos de Fomento Edital de Chamamento Público 001/2018. Em execução

NºFomento	Proponente	Projeto	Beneficiários	Valor global	Liberação Financeira	Aquisições e entregas	Prestações de Contas
015/2020	Associação dos Kaxinawás do Rio Breu-AKARIB. Marechal	Fomento ao artesanato para mulheres indígenas	Essa atividade beneficiou em torno de 40 (quarenta) jovens indígenas de forma direta.	R\$ 14.158,00	x	x	x
004/2020	Thaumaturgo	Oficina de Arte e Ofício com madeira derrubada de roçado	20 jovens das comunidades Aldeia Jacobina, Japini, Cruzeiroinho, São José, Aliança, Vida Nova, São José 2, Morada Nova, Glória a Deus e São Francisco.	R\$ 38.650,00	x	x	x
011/2020	Associação dos Produtores Huni Kui da Aldeia São Francisco-ASPHASF. Feijó	Desenvolvimento e produção Huni Kui da Aldeia São Francisco	1430 indígenas distribuídos em 5 aldeias: Aldeia Paroá, Aldeia novo natal, Aldeia belo monte e Aldeia São Francisco. Aldeia São Francisco.	R\$ 57.882,30	x	x	x
012/2020	Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá-ASSC.Sena Madureira	Transporte e Produção Agroextrativista dos Jaminawa do Rio Caeté.	Quatro aldeias, com aproximadamente 620 índios, sendo elas: Boca do Canamari; Buenos Aires; Extrema e igarapé Preto e colocação vai-quem-quer.	R\$ 60.000,00	x	x	x
021/2020	Organização das mulheres indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia-SITOKORE. Rio Branco	Fortalecimento e estruturação da política socioambiental das mulheres indígenas aprimorando sua capacidade de comunicação e governança no apoio a gestão participativa dos territórios indígenas.	O projeto contemplará diretamente 65 mulheres indígenas e indiretamente oito mil indígenas, considerando sua jurisdição no Estado do Acre.	R\$ 99.280,00	x	x	

016/2020	Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia - SITOAKORE. Rio Branco	Fortalecimento das aptidões artesanais coletivas dos territórios indígenas Katukina Campinas, Katukina/kaxinawá e Kulina Alto Purus	Promover a capacitação de 20 (vinte) Artesãos Indígenas na Aldeia Morada Nova Terra Indígena Katukina Kaxinawá.	R\$ 39.620,00	x	x	
003/2020	Associação dos Seringueiros, Produtores e Artesão Kaxinawá de Novo Olinda - ASPAKNO. Feijó	Fortalecimento e desenvolvimento sustentável da TI Kaxinawá de Nova Olinda	635 pessoas de forma direta da Terra Indígena Kaxinawá de Nova Olinda	R\$ 89.766,50	x	x	x
002/2020	Associação Agroextrativista Poyanawa do barão do Ipiranga AAPBI. Mâncio Lima	Recuperação agroflorestal de áreas alteradas na TI Puyanawa	Aproximadamente 50% das 130 famílias de forma direta e, indiretamente, todas as famílias que vivem em duas aldeias (Barão e Ipiranga), na TI Puyanawa.	R\$ 89.891,00			
018/2020		Artesanato para fortalecimento cultural e empoderamento da mulher Puyanawa	20 artesãs na TI Poyanawa e indiretamente 30% das mulheres jovens que vivem em duas aldeias (Barão e Ipiranga).	R\$ 39.220,00			
010/2020	Associação dos Produtores e Agroextrativistas Hunikui do Caucho - APAHC. Mâncio Lima	Construções	850 Hunikui da TI Caucho e indiretamente cerca de 1500 pessoas entre indígenas, vizinhos e convidados.	R\$ 79.999,98			
Total				608.467,78			

Com a implementação desses projetos constatou-se, em conversa com os indígenas, que houve um fortalecimento entre os membros das aldeias das Terras Indígenas a que cada um pertence. Verificou-se, segundo os presidentes das associações que realizaram encontros, o compartilhamento dos saberes tradicionais dos Agentes Agroflorestais e mestres Artesãos com os demais moradores.

Associação dos Kaxinawá do Rio Breu- AKARIB que teve dois projetos contemplados, sendo uma Oficina de Arte e Ofício com madeira derrubada de roçado e o outro Fomento ao artesanato para mulheres indígenas. Os projetos foram realizados através de oficinas, onde contou com a participação das famílias de 09 aldeias das 11 existentes na Terra, sendo elas: Aldeia Japim I, Aldeia Japim II, Aldeia Cruzeiroinho, Aldeia São Jorge, Novo Criativo, Aliança, Vida Nova (Local da oficina), Aldeia São José e Glória de Deus. As famílias das aldeias São Francisco e Novo Pensamento foram convidadas, mas não participaram devido a logística. No total 127 famílias se reuniram, com aproximadamente 635 pessoas, das aldeias da Terra Indígena Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu. As oficinas foram realizadas entre os dias 11 e 15 de novembro de 2021. Optou-se por fazê-las juntas devido à facilidade da logística dos moradores. O encontro entre as comunidades aconteceu na aldeia Vila Nova e proporcionou uma maior interação, com valorização cultural e troca de experiências.

Projeto Oficina de Arte e Ofício: agentes Agroflorestais detentores do conhecimento em Arte Ofício compartilharam seus saberes com os jovens das 09 aldeias, com a perspectiva de que cada participante reproduza as técnicas utilizadas e ensinem aos demais membros de suas aldeias que não puderam participar. O projeto possibilitou, além da troca de conhecimento, o ensinamento das técnicas e manuseio das ferramentas para os mais jovens. Foram 05 dias de oficina no total, resultando em um trabalho belíssimo, a madeira bruta retirada do roçado deu lugar a desenhos da flora e esculturas da fauna. As peças confeccionadas na oficina foram levadas para a cidade de Cruzeiro do Sul- Acre, onde ficaram expostas, em um local destinado pela Prefeitura, para venda.

Projeto Fomento ao artesanato para mulheres indígenas: houve a participação de 40 mulheres, sendo estas responsáveis por disseminar os conhecimentos sobre confecção artesanal para as demais. O intuito foi ampliar o protagonismo e empoderamento das mulheres indígenas da aldeia, através do ensino intergeracional, repassando o uso de técnicas já utilizadas para as mais jovens, além de possibilitar, de forma sustentável, a autossuficiência da comunidade por conta da venda do artesanato produzido.

Associação de Seringueiros, Produtores e Artesãos Kaxinawá de Nova Olinda – ASPAKNO também realizou um grande encontro interno. O Projeto Fortalecimento e Desenvolvimento Sustentável da Terra Indígena Kaxinawá de Nova Olinda contou com a participação de 125 famílias, com aproximadamente 625 pessoas, sendo estes beneficiários diretos. O projeto previu 04 metas, sendo elas:

Fomentar organização produtiva de sistemas agroflorestais (SAF): foram construídos três viveiros, com isso buscou-se aumentar a oferta e a qualidade de alimentos a fim de auxiliar a segurança alimentar e nutricional da população Huni Kui, podendo, ainda, ser comercializado. Foi realizado um intercâmbio, em que a ação proporcionou o fortalecimento cultural, principalmente pela realização da Feira de sementes na Aldeia Nova Olinda que recebeu várias etnias num período de três dias de eventos, onde cada participante visitante de outras TI foi instruído a levar para a Feira de Sementes uma certa quantidade e variedade de sementes, ou mudas de espécies diversas para compartilhar e trocar com outros participantes. A ênfase foi o aumento e diversificação de produção agrícola, frutas, legumes e plantas medicinais. Ainda para essa meta, foram adquiridas 05 roçadeiras para as atividades de roçados, agroflorestas, quintais agroflorestais e demais ambientes, incluindo o entorno das moradias, devidamente manejados, com roçagens periódicas realizadas, sendo que a matéria-orgânica proveniente das roçadas foram utilizadas nas áreas de plantio. Com isso, espera-se melhoria da produtividade de espécies alimentícias e solo protegido.

Incrementar a cadeia de artesanato: realizou-se uma oficina de cerâmica com 240 mulheres, tendo como principal objetivo o fortalecimento da atividade do artesanato de cerâmica, através do conhecimento dos tipos de

solos mais adequados, preparo das argilas, técnicas de moldagem e de cozimento, tinturas naturais e pinturas de kene nas peças produzidas. Com a oficina, o artesanato ganhou ainda mais força na Terra Indígena, pois houve a troca de conhecimentos, a fabricação de peças com maior qualidade e gerou renda para comunidade, uma vez que as peças fabricadas foram vendidas. Espera-se com essa atividade aumentar o empoderamento das mulheres, melhorando o equilíbrio dos papéis de gênero na Terra Indígena Kaxinawá de Nova Olinda, com ênfase no fortalecimento Cultural Huni Kui. Ainda na cadeia de artesanato, foi realizado também uma oficina de arte e ofício. Esta proposta ofereceu um curso/oficina o qual contemplou os jovens da Terra Indígena, tendo, como objetivo, criar novas alternativas de ocupação e renda, ao mesmo tempo em que fortaleceu os aspectos culturais e criou mais uma forma de serviço ambiental, na medida em que se é melhor aproveitado os recursos florestais madeireiros e não madeireiros. Participaram dessa atividade 110 jovens.

Promover o fortalecimento cultural foram construídos dois Shubuã, sendo um na Aldeias Boa Vista e outro na aldeia Porto Alegre, onde as populações, em especial as mulheres da TI irão se reunir para realizar oficinas de artesanatos, seminários para planejamentos de seus movimentos e outros, como forma de garantir o fortalecimento cultural e segurança alimentar. Buscando o fortalecimento cultura musical dos Kaxinawá de Nova Olinda foram feitas aquisições de instrumentos musicais de modo a incrementar a musicalidade durante os eventos culturais diversos da comunidade, aliando esse aspecto da vida cultural das comunidades à conservação da floresta e à produção de alimentos, já que a maioria das canções tradicionais ou compostas pelos seus membros enfatiza a importância da ligação entre os Kaxinawá, a floresta e os alimentos tradicionais.

Apoio a gestão da Terra Indígena Kaxinawá de Nova Olinda com aquisições de materiais de informática, proporcionou uma estrutura para que a ASPAKNO, juntamente com toda a comunidade, tenha condições de fazer uma gestão adequada, com ferramentas para elaboração de documentos, prestação de contas, troca de informações e apresentações em reuniões e eventos diversos.

Associação dos Produtores HUNI KUI DA ALDEIA SÃO FRANCISCO-ASPHASF, teve apoiado o projeto Desenvolvimento e produção Huni Kui da Aldeia São Francisco, por meio do qual foi adquirido um barco tipo batelão com capacidade de oito toneladas. O objetivo principal foi o escoamento da produção agrícola. O projeto ajudou de forma direta na logística de escoamento da aldeia São Francisco, onde moram 30 famílias, equivalente a 121 indígenas. O primeiro transporte realizado foi de 50 sacas de milho, proveniente de 10ha de roçado da aldeia. Cada saca foi vendida a 100 reais na cidade de Feijó. De forma indireta, o projeto atingirá 270 indígenas das aldeias Pupunha e Belo Monte. As mulheres na aldeia têm um papel importante, cuidam da casa, ajudam na plantação, limpam o roçado, criam galinha e fazem artesanato. Após o projeto, a participação delas nas atividades da aldeia aumentou, pois, além dos afazeres habituais, elas passaram a ajudar mais no roçado e fazer artesanatos para levar para a cidade e vender, incrementando mais a renda da comunidade. Vale ressaltar que o feitiço do artesanato era feito antes apenas para o uso próprio das comunidades, já que não tinha como levar para a comercialização na cidade. Os jovens da aldeia também passaram a interagir mais com a produção e com a comercialização, impulsionados pelo fortalecimento da autonomia financeira da comunidade.

A aldeia São Francisco ficou muito feliz, pois foi a primeira vez que receberam recursos de projetos do Governo (Parceria REM FASE II, KFW). O batelão supriu a primeira necessidade que foi o transporte para a produção, não havendo mais perdas, e também ajudou os vizinhos (aldeia próximas) na ida à cidade e na locomoção aos festivais realizados entre eles, na Terra Indígena Katukina Kaxinawá.

A Associação dos Produtores e Agroextrativistas Huni kui do Caucho – APAHC, teve executada a construção de um refeitório na aldeia do Caucho, demanda solicitada pelo projeto Construções. A falta de espaço adequado para o preparo de alimentos para os dias de eventos coletivos da comunidade era um dos grandes problemas, solucionado após o projeto. O espaço ainda não foi inaugurado. Estima-se que serão beneficiados

diretamente cerca de 850 hunikui da TI Caucho e indiretamente cerca de 1500 pessoas entre indígenas, vizinhos e convidados. Com a construção do refeitório a comunidade poderá ter suas reuniões mais bem organizadas.

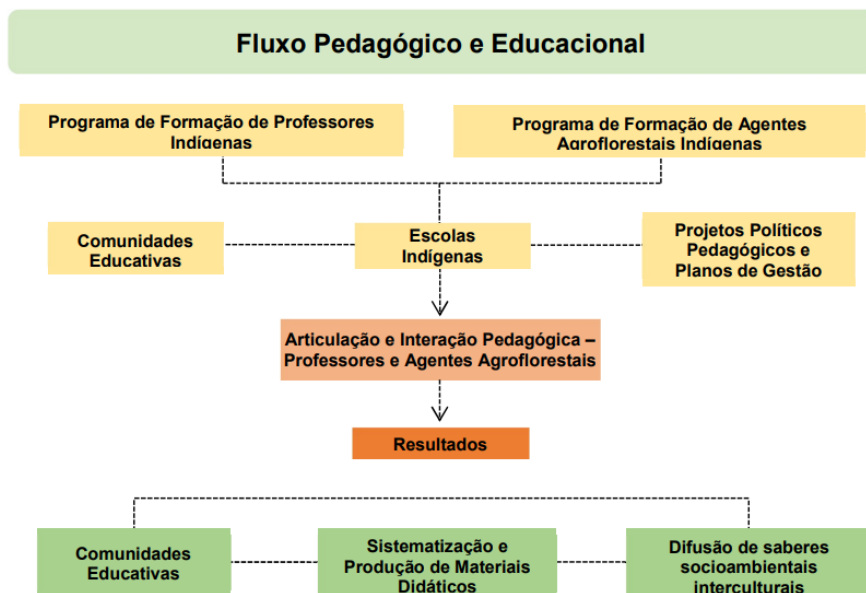
As associações SITOAKORE, ASSC e AAPBI ainda não tiveram atividades internas realizadas após a implementação dos projetos.

3.3.1.4. Formação Intercultural Diferenciada Indígena

É importante ressaltar que na ocasião em que o projeto do DEEIND foi definido, haviam 132 escolas na rede estadual de ensino. No entanto, atualmente há 150 escolas nas terras indígenas com acréscimo de 18 escolas, e 6.168 alunos matriculas.

Em 2021 houve a reprogramação das ações do DEEIND no âmbito do Programa REM com a exclusão da “Meta: Realizar um encontro em Rio Branco com 48 professores, agentes agroflorestais e lideranças Jaminawa” onde nossas prioridades são as ações em terras indígenas. Também, ressaltamos que já há metas específicas para professores e agentes agroflorestais Jaminawa, com a realização de oficinas e acompanhamentos pedagógicos às terras indígenas habitadas por esse povo – Assis Brasil, Sena Madureira e Rodrigues Alves.

Figura 3 - Fluxo Pedagógico e Educacional



Com a construção dos Projetos Político-Pedagógicos (propostas pedagógicas) das escolas indígenas estamos inserindo os temas relacionadas ao Programa REM (socio-biodiversidade, territorialidade, mudanças climáticas entre outras) importante indicador de implementação do referido programa.

Quadro 10 - Situação dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Indígenas

Ord.	Etnias	Aprovado/Re-Estudo Pelo Conselho Estadual De Educação	Em Análise No Conselho Estadual De Educação	Em Estudo Pelo Deeind	Total
1	Escolas Huni Kuĩ	0	2	11	13
2	Escolas Jaminawa	0	0	11	11
3	Escolas Manchineri	0	0	17	17
4	Escolas Nawa	0	0	3	3
5	Escolas Noke Koĩ	0	6	0	6
6	Escolas Nukini	0	0	3	3
7	Escolas Puyanawa	1	0	0	1
8	Escolas Shanenawa	0	12	0	12
9	Escolas Yawanawa	0	8	0	8
Total		1	28	45	74

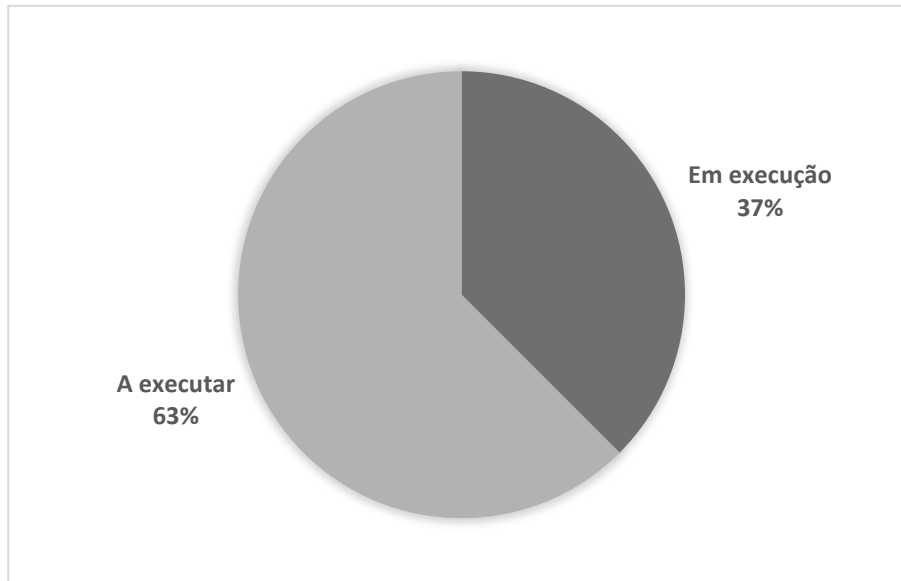
Com a participação na Comissão de Alimentos Tradicionais do Acre – CATRAPOACRE, inserimos os temas relacionados à sociobiodiversidade e segurança alimentar nas oficinas e acompanhamentos às escolas e professores indígenas de acordo com o planejamento proposto para as terras indígenas, com o objetivo de fortalecer os sistemas agroflorestais das aldeias as quais as escolas estão inseridas.

O tema de Segurança Alimentar e Nutricional é uma demanda dos povos indígenas do Estado. Importante observar, nesta temática, a valorização de aspectos culturais e ambientais na produção de alimentos, para garantir o acesso a alimentos de qualidade e, em quantidade suficiente, para a subsistência das comunidades. A aquisição e entrega de cestas básicas realizada pontualmente pelo Programa foi vista como fundamental, devido ao tempo necessário para a reorganização social das comunidades, uma vez que a pandemia ocasionou interrupções em atividades produtivas nos roçados, plantios, pesca, caça, coletas de produtos florestais e criação.

3.3.1.5. Apoio a Manifestações Culturais Indígenas – Festivais Indígenas

As organizações indígenas estão realizando tratativas junto a FUNAI e SESAI para realização de festivais internos com as comunidades. Ainda não se tem data para realização, contudo, primando pelo princípio da economicidade, a equipe do REM FASE II, ao se deslocar para fazer as licitações dos projetos já mencionados do edital de chamamento público 001/2018, já realizou a licitação de 03 Termos de fomentos dos 08 contemplados pelo Apoio a Manifestações Culturais Indígenas – Festivais Indígenas, edital de chamamento público 001/2019 correspondendo a 37,5% em fase de execução em diferentes estágios (Figura 4). Os municípios que se encontram as aldeias beneficiadas com os projetos são Feijó, Mâncio Lima e Tarauacá.

Figura 4 - Percentual de execução dos Termos de Fomento do Edital 001/2019



Quadro 11 - Termos de Fomento Edital de Chamamento Público 001/2019. Em execução

NºFomento	Proponente	Projeto	Beneficiários	Valor global	Certidões	Plano de Trabalho e Memória de Cálculo	Licitação	Pedido de Liberação Financeiro
029/2020	Organização dos Agricultores Kaxinawá da Colônia 27- OAKAT 27 Tarauacá	IV Festival Nuku Manã Ibbubu	200 indígenas da Aldeia Pinuya	R\$ 10.000,00	x	x	x	x
024/2020	Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga – AAPBI Mâncio Lima	IV Festival Atsa Puyanawa	750 indígenas das Aldeias Barão e Ipiranga	R\$ 10.000,00	x	x	x	x
022/2020	Associação dos Produtores Kaxinawá da aldeia Paroá- APROKAP Feijó	Feira de Artesanato Huni Kui da Aldeia Paroá- Baixo Rio Envira	850 indígenas Huni Kui da Aldeia Paroá, abrangendo os grupos Novo Paraíso, Huni Kui Yube, Central, Novo Natal, Boa União, Novo Lugar e Nova Aliança	R\$ 10.000,00	x	x	x	x

3.3.1.6. Aquisição de Cestas de Alimentação para Comunidades Indígenas

De modo a ajudar nesse momento tão difícil de pandemia, a SEMAPI distribuiu 3.410 cestas básicas à 20 Terras Indígenas distribuídas em 10 municípios, atingindo diretamente 6.700 indígenas, correspondendo a 1.340 famílias. Essa ação foi realizada com recursos remanejados das linhas Implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas e da Capacitação de Agentes Agroflorestais Indígenas.

Quadro 12 - Resumo da distribuição das Cestas de Alimentação para Comunidades Indígenas

MUNICÍPIO	TERRA INDÍGENA	Nº FAMILIAS	TOTAL
Jordão	Kaxinawa do Jordão	200	400
Tarauacá	Kampa do Igarapé Primavera	76	200
	Kaxinawa do Carapanã	47	141
	Caucho (Rio Muru)	63	190
	Aldeia Colônia 27	60	60
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre (Jaminawa)	20	60
	Mamoodate (Jaminawa)	30	90
	Mamoodate (Manchineri)	22	66
	Riozinho do Iaco (Jaminawa)	20	60
Feijó	Ashaninka do Alto Envira	87	261
	Kulina do Alto Envira	79	238
	Aldeia Paroá	132	132
Cruzeiro do Sul	Katukina	94	282
	Igarapé Preto	17	51
Mâncio Lima	Nawa	25	75
	Nukini	41	120
	Polo Base Indígena	-	03
Marechal Thaumaturgo	Jaminawa Arara do Bagé	53	159
	Apolina	63	189
Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano	Jaminawa do Estirão	30	90
	Alto Purus (Kulina)	181	543
TOTAL		1.340	3.410

As cestas básicas distribuídas para os indígenas tinha em sua composição: 05kg de Arroz tipo 1; 02 kg de Açúcar; 02 kg de Farinha de mandioca; 02 unid. de Café; 02 kg de Feijão tipo I; 02 pcts de biscoito salgado; 02 pct de Leite em pó integral; 01 kg Sal refinado; 01 unid. de Óleo de soja; 03 latas de sardinha; 01 pct Macarrão tipo espaguete; 02 pcts flocos de milho.

3.3.2. Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável

O Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável possui como objetivo fortalecer em cada Território e Zona definida pelo ZEE, projetos produtivos sustentáveis desenvolvidos por produtores tradicionais, extrativistas e agricultores familiares que possam receber pagamentos monetários pelos serviços ambientais na redução das emissões, manutenção ou aumento do estoque de carbono florestal. Este Subprograma é de responsabilidade das seguintes subexecutoras: SEPA, FUNTAC, SEMAPI e SEET.

Tabela 4 - Execução geral do Subprograma Territórios da Produção Familiar Sustentável

Ações/Atividades	ÓRGÃO	VALOR PLANEJADO (R\$)	VALOR CONTRATADO (R\$)	VALOR GASTO (R\$)	SALDO DE CONTRATO (R\$)	SALDO A CONTRATAR (R\$)
Incentivos aos Serviços Ambientais - Lei Chico Mendes - Borracha	SEPA	R\$ 5.141.528,97	R\$ 5.141.528,97	R\$ 2.931.417,59	R\$ 2.210.111,38	R\$ -
Incentivos aos Serviços Ambientais - Lei Chico Mendes – Murmuru	SEPA	R\$ 1.157.105,52	R\$ 770.002,72	R\$ 390.425,22	R\$ 379.577,50	R\$ 387.102,80
Fortalecimento da cadeia do Mel	SEPA	R\$ 756.449,95	R\$ 152.433,30	R\$ 83.733,30	R\$ 68.700,00	R\$ 604.016,65
Florestas Plantadas em SAFs (Fruticultura: açaí, abacaxi, coco, cupuaçu, pupunha) e não madeireiros (seringa e castanha).a. Incentivos à recuperação de áreas degradadas, b. Produção de mudas, c. Apoio à comercialização, d. Geração e Gestão de Conhecimento (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para Juventude e Gênero.	SEPA	R\$ 4.329.732,98	R\$ 3.286.601,16	R\$ 2.619.371,22	R\$ 667.229,94	R\$ 1.043.131,82
Fomento à estruturação, em processos de coleta, pré-beneficiamento e desenvolvimento tecnológico, garantindo produção sustentável e qualidade da produção de Óleos florestais.	FUNTAC	R\$ 981.354,87	R\$ 522.892,74	R\$ 283.552,27	R\$ 239.340,47	R\$ 458.462,13
Óleos florestais - Geração e gestão do conhecimento (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para juventude e gênero.	FUNTAC	R\$ 772.260,91	R\$ 374.467,16	R\$ 165.832,67	R\$ 208.634,49	R\$ 397.793,75
Apoio Logístico de Coleta e Transporte do Látex e Fabrica de Preservativos	FUNTAC	R\$ 1.329.178,63	R\$ 268.477,99	R\$ 77.211,33	R\$ 191.266,66	R\$ 1.060.700,64

Assistência técnica agroflorestal para comunidades extrativistas das florestas públicas estaduais, incluindo a gestão das UGAIs	SEMA	R\$ 1.801.593,66	R\$ 1.095.162,10	R\$ 1.052.127,07	R\$ 43.035,03	R\$ 706.431,56
Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para prestar serviços de apoio as ações de fortalecimento do setor de base florestal no estado do Acre	SEMA	R\$ 909.759,59	R\$ 183.377,20	R\$ 183.377,20	R\$ -	R\$ 726.382,39
Apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)	SEMA	R\$ 6.056.780,88	R\$ 5.225.236,45	R\$ 1.999.265,88	R\$ 3.225.970,57	R\$ 831.544,43
Turismo de Base Comunitária	SEET	R\$ 1.956.392,80	R\$ 1.030.718,06	R\$ 639.931,82	R\$ 390.786,24	R\$ 925.674,74
Designer em produtos madeireiros	SEET	R\$ 928.608,17	R\$ 898.544,72	R\$ 722.000,00	R\$ 176.544,72	R\$ 30.063,45
Artesanato Florestal	SEET	R\$ 923.233,35	R\$ 673.789,14	R\$ 438.078,45	R\$ 235.710,69	R\$ 249.444,21
TOTAL SUBPROGRAMA		R\$ 27.043.980,28	R\$ 19.623.231,71	R\$ 11.586.324,02	R\$ 8.036.907,69	R\$ 7.420.748,57
TOTAL SUBPROGRAMA EM PERCENTUAL SOBRE 100 %		33%				

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

3.3.2.1. Incentivos aos serviços ambientais – Subsídios da Borracha e Murmuru

O primeiro semestre de 2021, foi marcado pela assinatura de 05 Termos de Colaboração, para pagamento do subsídio da borracha e murmuru.

Os Termos de Colaboração preveem o desembolso trimestral, no total de 08 parcelas até o final de 2022, mediante apresentação da prestação de contas da parcela anteriormente liberada. Entretanto, devido às dificuldades de documentação (regularidade fiscal) das Cooperativas, obteve-se a liberação financeira da primeira parcela no final do mês de junho de 2021. De acordo com as parcelas desembolsadas até o presente momento, alcançamos os seguintes números:

Quadro 13 - Produção 2021 - Borracha - Subsidiada por meio dos Termos de Colaboração assinados em 2021

Cooperativa	Produtores atendidos	Parcelas liberadas	CVP		Observação
			Cultivo	Nativo	
Cooperativa Agroextrativista de Tarauacá - CAET	79	2/8	-	34.918	Liberação da 3ª parcela em tramitação.
Cooperativa dos Produtores Agroextrativista Santa Fé - COPASFE	18	1/8	28.767	385	Liberação da 2ª parcela em tramitação.
Cooperativa Agroextrativista Libertadora - COOPERLÍBER	9	1/8	8.601	244	Análise da prestação de contas da 1ª parcela
Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre - COOPERACRE	184(*)	1/8	39.109	48.654	Liberação da 2ª, 3ª e 4ª parcela em tramitação. (*). Dados relativos à prestação de 50% do valor liberado da primeira parcela. Aguardando envio da documentação relativa aos 50% restantes do valor liberado.
TOTAL	290		76.477	84.201	

Quadro 14 - Produção 2021 – Murmuru – Subsidiada por meio dos Termos de Colaboração assinados em 2021

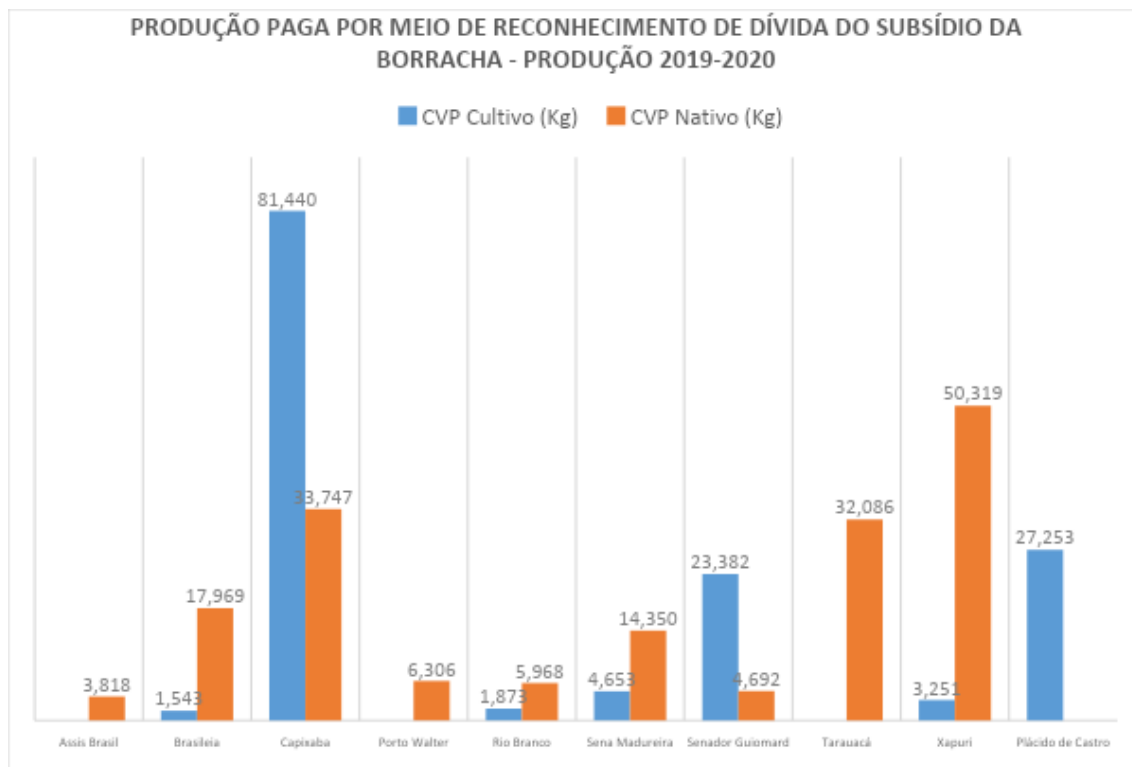
Cooperativa	Produtores atendidos	Parcelas liberadas	CVP		Murmuru	Observação
			Cultivo	Nativo		
Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar e Economia Solidária Nova Cintra - COOPERCINTRA	-	-	-	-		Aguardando envio da documentação relativa à prestação de contas.

A equipe técnica coordenada pelo Departamento de Produção Familiar está planejando para meados de fevereiro realizar visitas, *in loco*, com aplicação de questionário, a todas as Cooperativas e produtores (por amostragem), com intuito de averiguar a eficácia e eficiência do pagamento dos subsídios, bem como identificar os impactos do subsídio na vida dos extrativistas.

Enquanto os Termos de Colaboração estão sendo executados, a SEPA tratou de instruir os processos de pagamentos da produção residual de 2019 e da produção de 2020, por meio do instrumento jurídico intitulado "Reconhecimento de Dívida".

Por meio do pagamento de R\$ 575.083,70 (quinhentos e setenta e cinco mil, oitenta e três reais e setenta centavos) a título de Reconhecimento de Dívida, foram aferidos os seguintes números de atendimentos:

Gráfico 10 -Produção 2019-2020 – Borracha – Pago por meio de Reconhecimento de Dívida



Quadro 15 -Produção 2019 – Murmuru – Pago por meio de Reconhecimento de Dívida

Município	Produtores atendidos	Tipo	Peso (Kg)
Porto Walter	21	Murmuru	8.825,50
Cruzeiro do Sul	69	Murmuru	47.291,27
Total	90		56.116,77

Quadro 16 -Produção 2020 – Murmuru – a ser pago por meio de reconhecimento de dívida

Município	Produtores atendidos	Tipo	Peso (Kg)
Porto Walter	27	Murmuru	12.171,75
Cruzeiro do Sul	112	Murmuru	146.045,30
Total	139		158.217,05

3.3.2.2. Fortalecimento da Cadeia do Mel

Por meio da Cadeia de Valor do Mel foram realizados 03 (três) cursos de capacitação, um em Rio Branco, Epitaciolândia e Jordão, somando 60 (sessenta) pessoas capacitadas.

Em Rio Branco o Curso de Criação e Manejo das Abelhas sem Ferrão ocorreu com um grupo de 20 pessoas, no núcleo União do Vegetal, no período de 28 a 30 de outubro de 2021, conforme relatório elaborado pela Divisão de Produção Familiar e Indígena.

O Curso para Técnicos e Produtores Rurais ocorrido em Epiteciolândia, no período de 18 a 20 de novembro de 2021, contou com a presença de 19 pessoas. Durante o curso os participantes realizaram manuseio das caixas (ninho, sobreninho, melgueira e tampa) para criação das abelhas sem ferrão (melíponas), o manejo correto, forma de captura, extração do mel, higienização, embalagem, armazenamento e comercialização.

Em Jordão, o curso realizado no período de 13 a 15 de dezembro de 2021, contou com a presença de 21 pessoas. Na oportunidade, foram distribuídas 50 caixas verticais modelo INPA para ampliação da criação de abelhas nativas.

Os cursos são os primeiros passos para que a Cadeia de Valor possa ser fortalecida com a futura implantação de "Casas do Mel", unidades que servirão de referência para o processamento e envasamento do mel para a comercialização.

3.3.2.3. Fomento à estruturação, em processos de coleta, pré-beneficiamento e desenvolvimento tecnológico, garantindo produção sustentável e qualidade da produção de óleos florestais (FUNTAC)

Para este projeto foi firmado 1 (um) acordo de cooperação técnica entre Funtac e prefeituras de Porto Walter/AC e Tarauacá/AC.

Foram realizadas 06 oficinas de produção de fitoterápicos e fitocosméticos a base de óleos vegetais com qualificação de 131 pessoas de comunidades beneficiárias dos municípios de Tarauacá/AC, Jordão/AC, Santa Rosa do Purus/AC e Sena Madureira/AC.

Levantamento da necessidade de cursos e oficinas para 60 manejadores de 08 organizações/comunidades para o desenvolvimento de 05 (cinco) produtos à base de essências e/ou óleos nativos da Amazônia.

Levantamento de demanda de equipamentos e mobiliários junto a Associação Saboaria Xapuri, Coopercintra, Associação Igarapé Branco e Associação Mamoré, Coapex, Amuralha.

Diagnóstico, cadastramento e mapeamento geográfico de 08 organizações/comunidades totalizando 1.037 famílias manejadores de espécies florestais cocão, açaí, buriti, patauí e murmurú para a produção de óleos vegetais.

3.3.2.4. Óleos florestais - geração e gestão do conhecimento (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para juventude e gênero - (FUNTAC)

Quanto aos óleos vegetais, o atendimento com transferência de conhecimento para a extração e processamento destes será mantido e ampliado, ao mesmo tempo que serão realizadas ações de desenvolvimento de novos produtos que possam ser assimilados pelo público alvo. Será realizada também consultoria para orientar as comunidades na melhor forma de gerir seus empreendimentos. Neste período, considerando as limitações impostas pela pandemia, as seguintes atividades foram desenvolvidas:

Realização de 01 curso de uso de GPS com qualificação 20 pessoas de comunidades beneficiárias do Município de Jordão-AC.

Levantamento de demanda de cursos e oficinas para 180 membros de organizações, lideranças locais e pessoas de comunidades interessadas para 240 manejadores de 08 organizações/comunidades para contratação de consultoria para a realização de 12 (doze) cursos de capacitação, sendo 04 (quatro) cursos de cooperativismo

e gestão de negócios com foco em produtos florestais não madeireiros Amazônia, 04 (quatro) em gerenciamento administrativo, fiscal e tributário de associações e cooperativas rurais e 04 (quatro) de uso de ferramentas de tecnologias de comunicação (internet, mídias e redes sociais) para a divulgação e comercialização de produtos florestais não madeireiros.

3.3.2.5. Cadeias produtivas a estruturar (bambu, cacau silvestre, óleos vegetais)

Resultados alcançados com as atividades realizadas na cadeia produtiva do cacau:

Diagnóstico, cadastramento e mapeamento geográfico de 02 organizações/famílias com potencial de manejo do cacau nativo: Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira – AMOPRESEMA e Cooperativa de Produtores de Agricultura Familiar e Economia Solidaria de Nova Cintra – COOPERCINTRA; identificação de 334 famílias manejadoras. Levantamento de demanda de cursos e oficinas para 60 manejadores de 02 organizações/comunidades para o desenvolvimento de 05 (cinco) produtos à base de cacau nativo da Amazônia.

Resultados alcançados com as atividades realizadas na cadeia produtiva do bambu:

Construção de 01 bambuzeria no Município de Porto Acre;

Diagnóstico, cadastramento e mapeamento geográfico de 02 organizações/famílias com potencial de manejo de bambu nativo: Associação dos Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Assis Brasil, Grupo de Pequenos Produtores de Bambu de Porto Acre, União Municipal das Associações de Moradores de Sena Madureira (UMASEM) e Associação da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema; identificação de 155 famílias manejadoras.

Processo licitatório iniciado para contratação de consultoria para o desenvolvimento de 05 (cinco) produtos à base de bambu nativo da Amazônia, com capacitação de 60 manejadores comunitários.

Realização de Inventário amostral/estudo de potencial realizado nos municípios de Assis Brasil, Rio Branco, Porto Acre e Sena Madureira.

Processo licitatório iniciado para contratação de consultoria para desenvolvimento de cursos e oficinas em cultivo, manejo florestal da espécie e construção de estruturas complexas a base de bambu. Oferta de 400 vagas para produtores rurais (CVT Bambu).

Resultados alcançados com as atividades realizadas na cadeia produtiva da borracha:

Foi finalizado o projeto arquitetônico referente a obra de construção de espaço físico na geração de produtos florestais sustentáveis na comunidade atendida pela Saboaria Xapuri.

Diagnóstico, cadastramento e mapeamento geográfico de Identificação de 02 organizações/comunidades com potencial de produção de látex nativo: Associação dos Pequenos Produtores do Médio Tauari, Pequenos Produtores do Rio Tarauacá, Pequenos Produtores do Rio Jordão, Cooperativa Agroextrativista de Porto Walter – COAPEX e Associação dos Produtores da Comunidade Paraíso com a identificação de 415 famílias manejadoras.

Aquisição de 500 kits de coleta de látex.

Contratação de consultoria para criação de uma cesta de produtos sustentáveis a base de látex.

3.3.2.6. Assistência técnica agroflorestal para comunidades extrativistas das florestas públicas estaduais, incluindo a gestão das ugaís

Com as atividades realizadas em 2021, foram assistidas 103 famílias da CEFERG com capacitação em gestão organizacional comunitária; capacitação para comercialização; elaboração de nas florestas Plano de negócios e elaboração do processo de Licenciamento Ambiental para as serras portáteis na cadeia madeireira e 222 famílias,

associados da Cooperativa Coopermogno, receberam capacitação em gestão organizacional comunitária e capacitação para comercialização.

Atualmente há quatro UGAIs em funcionamento, sendo: uma na Floresta Estadual do Antimary, no município de Sena Madureira; duas no Complexo de Florestas estaduais do Rio Gregório (UGAI do Acuraua e do Liberdade), no perímetro compreendido entre os municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul, e a UGAI do Afluente, localizada no município de Feijó. No ano de 2021, com o apoio do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA Fase II, todas as UGAIs passaram por um processo de reforma. O PDSA e o REM trabalharam em sinergia. Com as 04 Unidades em funcionamento as equipes técnicas de apoio técnico administrativos dos serviços de ATER nas cinco florestas e entorno tiveram e terão escritório operacional para o desenvolvimento de suas atividades, além de serem um ponto de referência e assistência para as comunidades residentes e do entorno das Florestas Estaduais. A exemplo dessa assistência podemos citar os alunos residentes nas comunidades próximas que se direcionam até as unidades de gestão para utilizar a internet como parte da ferramenta de ensino graças a instalação de antenas. Todas as UGAIs possuem internet.

As 9 cooperativas existentes se fizeram assistidas através do acompanhamento dos planos de gestão em suas atividades, madeireiras e não madeireiras, contribuindo na governança da organização e no fortalecimento de sua autonomia. As cadeias fortalecidas foram a madeireira, murmuru, buriti e cocão. Uma ação de suma importância realizada foi a manutenção de 31 km de ramais, permitindo assim o escoamento da produção, antes inviabilizada devido as péssimas condições de trafegabilidade, principalmente em período chuvoso.

Presença de assistência técnica e extensão rural nas florestas estaduais do Mogno, do Rio Gregório e do Rio Liberdade, que compõem o Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório – CFERG, onde residem cerca de 700 famílias, sendo na Floresta Estadual do Antimary, 54 famílias, na Floresta Estadual do Afluente, 141 famílias e na Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim-Pentecoste, 132 pessoa (consoante plano de gestão da unidade). Entre as ações de ATER desenvolvidas com os comunitários estão as visitas de orientações técnicas às unidades produtivas familiares; as oficinas na FEA sobre legislação ambiental e organização social comunitária; e a realização de dias de campos sobre a culturas da bananeira e açaí, resultando em 100 famílias assistidas diretamente, conforme a seguir indicado:

- ✓ Oficina sobre Licenciamento Ambiental - FEAF: 37 participantes;
- ✓ Oficina sobre Organização socioparticipativa comunitária - FEAF: 02 participantes;
- ✓ Orientações Técnicas sobre manejo de culturas perenes – FEAF: 27 comunitários;
- ✓ Orientações Técnicas sobre manejo de culturas perenes – FEA: 05 comunitários;
- ✓ Dia de Campo - Cultura da Bananeira - FEAF: 12 participantes;
- ✓ Dia de Campo - Cultura do Açaizeiro - FEA: 17 participantes;

Todas as ações até aqui citadas foram realizadas com recursos do PDSA FASE II, tendo sua continuidade executada com recursos do Programa REM FASE II.

3.3.2.7. Manejo florestal (SEMAPI)

Embora o projeto não esteja previsto dentro da Nota Técnica de Repartição de Benefícios, o recurso destinado foi utilizado para aquisição de cestas básicas.

Foram entregues 2.000 cestas básicas, sendo 794 destinadas aos indígenas e 1.206 aos ribeirinhos (Figura 05). As entregas foram feitas de duas formas, no primeiro momento se deram individualmente, membro a membro de cada aldeia e ribeirinho e no segundo momento as cestas foram entregues aos representantes das Terras Indígenas e ao Presidente da Colônia de Pescadores. Essa ação foi realizada nos municípios de Assis Brasil,

Brasileia, Cruzeiro do Sul, Feijó e Rio Branco, beneficiando um total de 397 famílias indígenas (aproximadamente 1.985 indígena) e 603 famílias de ribeirinhos.

As cestas básicas distribuídas para os indígenas tinha em sua composição: 05kg de Arroz tipo 1; 02 kg de Açúcar; 02 kg de Farinha de mandioca; 02 unid. de Café; 02 kg de Feijão tipo I; 02 pcts de biscoito salgado; 02 pct de Leite em pó integral; 01 kg Sal refinado; 01 unid. de Óleo de soja; 03 latas de sardinha; 01 pct Macarrão tipo espaguete; 02 pcts flocos de milho.

Figura 5 - Quantitativo de cestas de alimentação para indígenas e ribeirinhos

CESTAS PARA OS INDÍGENAS								
LOCALIDADE	DATA	ENTREGA INDIVIDUALMENTE	QUANT.	DATA	ENTREGUE AO PRESIDENTE/REPRESENTANTE	CPF	QUANT.	TOTAL
ASSIS BRASIL/MOMADATE-MANCHINERI	14/10/21	ENTREGA INDIVIDUALMENTE	41	13/12/21	EDIPAULO SAMARIA MANCHINERI	911.257.072-91	41	82
ASSIS BRASIL/CABECEIRA DO RIO ACRE - JAMINAWA	15/10/21	ENTREGA INDIVIDUALMENTE	50	13/12/21	JOSÉ PAULO ALFREDO JAMINAWA	925.419.172-87	50	100
BRASILÉIA/JAMINAWA	21/10/21	ENTREGA INDIVIDUALMENTE	67	11/12/21	EMILIANA OLIVEIRA DA SILVA	860.708.782-72	67	134
RIO BRANCO/KAXINAWA	05/11/21	ENTREGA INDIVIDUALMENTE	50	23/12/21	MANOEL KAXINAWA	759.618.732-34	50	100
FEIJÓ/KATUQUINA/KAXINAWA	10/11/21	DÉCIO BARBOSA RUNICUIN	15	07/12/21	DÉCIO BARBOSA RUNICUIN	360.148.422-68	65	80
FEIJÓ/KATUQUINA/KAXINAWA - SHANENAWA	18/11/21	CARLOS FCO BRANDÃO SHANENAWA	10	03/12/21	FRANCISCO DE ASSIS BRANDÃO	466.222.522-88	188	198
RIO BRANCO/FUNAI				23/12/21	MANOEL DE NAZARÉ R. DA CRUZ JUNIOR	584.035.742-15	100	100
TOTAL GERAL								794
CESTAS PARA OS RIBEIRINHOS								
LOCALIDADE	DATA	ENTREGA INDIVIDUALMENTE	QUANT.	DATA	RESPONSÁVEL	CPF	QUANT.	QUANT.
ASSIS BRASIL/COLONIA DOS PESCADORES Z-10	14/10/21	ENTREGA INDIVIDUALMENTE	63	13/12/21	ENEAS SALES DA SILVA	478.066.642-20	159	222
BRASILÉIA/RIBEIRINHOS/COLONIA DE PESCADORES Z-12	21/10/21	ENTREGA INDIVIDUALMENTE	111	11/12/21	SEBASTIÃO RONELI DAMASCENO SILVA	555.924.222-53	250	361
RIO BRANCO/COLONIA DOS PESCADORES Z-8	27/10/21	ENTREGA INDIVIDUALMENTE	150		DAMIÃO MOURA DA SILVA	036.072.402-72		150
FEIJÓ/COLONIA DOS PESCADORES Z-4				07/12/21	CHARLES GUIMARÃES DOS SANTOS	791.380.982-53	173	173
CRUZEIRO DO SUL/PESCADORES E PISCULTORES				30/11/21	ADAIAS SOUZA DE OLIVEIRA	666.975.902-97	300	300
TOTAL GERAL								1206
SOMA TOTAL								2000

3.3.2.8. Florestas plantadas em safes (fruticultura: açaí, abacaxi, coco, cupuaçu, pupunha) e não madeireiros (seringa e castanha). A. Incentivos à recuperação de áreas degradadas. B. Produção de mudas. C. Apoio à comercialização. D. Geração e gestão de conhecimento (associativismo, cooperativismo, mercado, gestão de negócios), com destaque para juventude e gênero. (SEPA)

A meta de 70 ha de área plantada, atendendo 70 produtores foi estimada considerando o apoio de outros programas que preconizam o desenvolvimento sustentável. Por meio do PDSA II, que findou em novembro de 2021, foram construídos 26 armazéns para acondicionamento das amêndoas.

Com a distribuição dos kits de sangria, estimado para meados do ano de 2022, buscar-se-á atender 80 famílias com incentivo às florestas plantadas.

Foram realizados 93 diagnósticos de potenciais famílias a serem beneficiadas com a implantação de viveiros para a produção de pupunha. Há previsão de se realizar 120 diagnósticos.

A meta de 4.500 ha foi estimada levando em consideração atividades não financiadas diretamente pelo Programa REM KfW fase II. Atualmente, a cadeia produtiva encontra-se em fase de implementação, com a distribuição de kits de casa de farinha (recurso diverso do Programa REM KfW fase II), que fortalecerá toda a cadeia produtiva.

Concomitantemente, com a modernização das casas de farinha se procederá com as capacitações, buscando atender a meta.

Atualmente, encontra-se em fase de elaboração os Termos de Referência para a licitação dos materiais necessários à construção dos viveiros de mudas de pupunha e de aquisição das sementes.

Quanto às metas relacionadas às Cadeias de Valor da Castanha-do-Brasil e Mandioca, salienta-se que as ações se realizam em paralelo com outras fontes de recursos que vêm a somar-se com as atividades preconizadas pelo Programa REM KfW fase II.

Dessa forma, os resultados a serem aferidos serão computados levando em consideração das atividades realizadas em sinergia com o Programa.

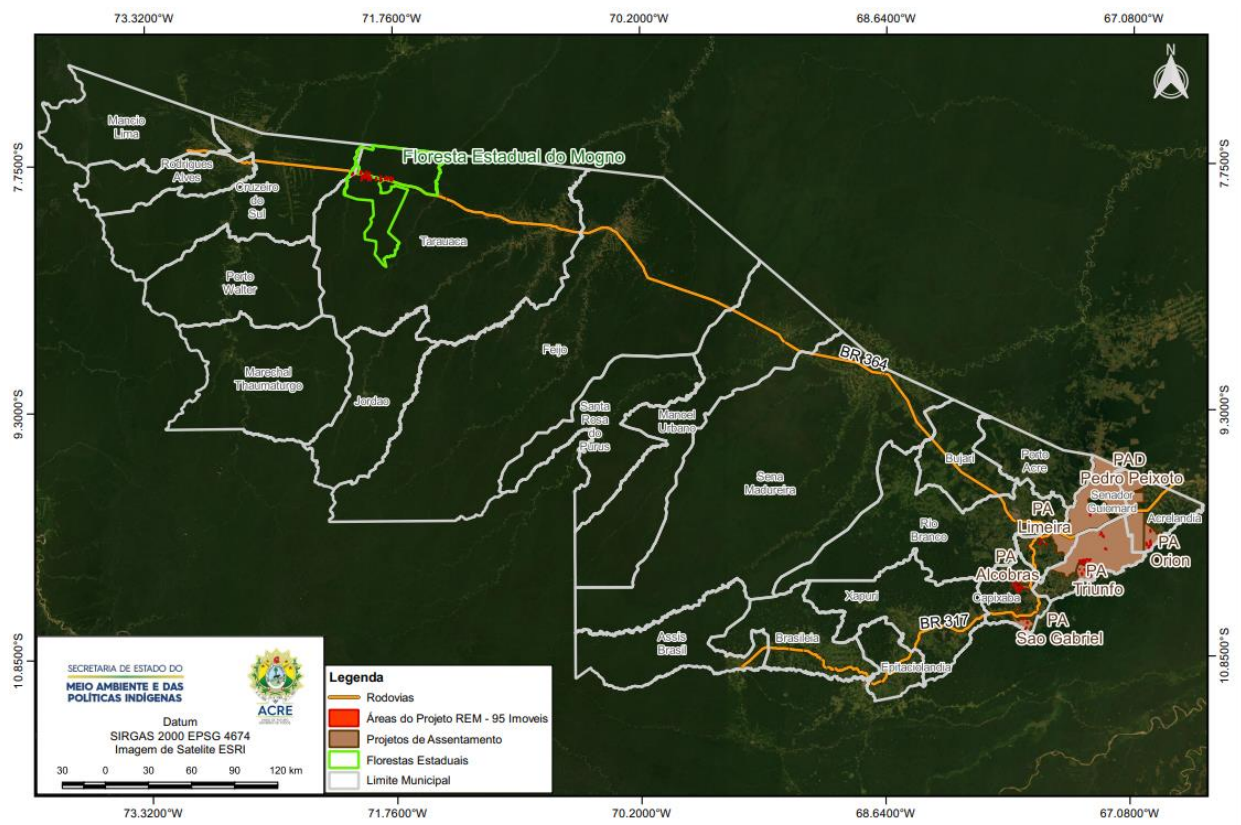
3.3.2.9. Apoio ao programa de regularização ambiental (PRA)

Na etapa de planejamento, o produto integrante do conjunto das ações para o reflorestamento das áreas de passivo ambiental, foi estruturado de forma que fossem inseridos no Plano de Trabalho, a realização de oficinas com os produtores selecionados, a realização de coleta e análise físico-química de solos de todas as áreas objeto do plantio, a elaboração do Plano Operacional Anual – POA e o treinamento dos beneficiários para o recebimento dos projetos de plantio, com os sistemas agroflorestais - SAFs.

No processo de mobilização dos produtores dentro das comunidades e Projetos de Assentamento, nos municípios selecionados (Acrelândia, Capixaba, Plácido de Castro, Senador Guiomard) e no Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório-CFERG, foram ofertadas capacitações e oficinas de apresentação do PRA, dentro de um portfólio de Assistência Técnica previstos nos contratos, para 323 produtores pré-selecionados a partir da aplicação dos critérios definidos no âmbito do Edital do Processo de Licitação.

Durante a realização da etapa de Planejamento foram então selecionados 43 imóveis rurais, distribuídos nos municípios de Acrelândia, Capixaba, Plácido de Castro, Senador Guiomard, perfazendo um total de 86 hectares (ha) de projeto (2 ha por família). Nas áreas no CFERG, foram selecionados 20 lotes de concessionários, aplicando os critérios de seleção específicos para Unidade de Conservação, totalizando 40 hectares de projeto.

Mapa 6 - Mapa de localização das áreas do projetos de regularização ambiental PRA/AC - Projeto REM Acre Fase II



Posteriormente, para o cumprimento da meta de 220 hectares, foram incorporadas aos Lotes do contrato nos municípios supramencionados, 64 hectares de projeto, absorvidos dos imóveis que foram selecionados e não puderam receber os investimentos, no âmbito do Programa de Saneamento Ambiental Integrado e Inclusão Socioeconômica do Acre PROSER (BIRD), pelo encerramento do Programa, ocorrido em dezembro de 2021.

Ao final, cumprida a etapa da atividade de Planejamento prevista nos contratos e o início da execução da atividade de Preparo do Solo, as ações de reflorestamento estão sendo implementadas em 190 hectares de projeto, distribuídos em 20 lotes de concessionários no CFERG e 75 imóveis rurais nos municípios selecionados.

A equipe de técnicos contratados no Escritório do CAR e PRA, responsável em grande parcela pela análise do CAR e pela concepção dos Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADAs e pelos Termos de Compromisso Ambiental – TCAs, instrumentos do PRA, executou no ano de 2021 um total de 557 imóveis analisados, em cumprimento à demanda espontânea e 228 imóveis analisados no âmbito dos projetos de fomento para o reflorestamento de áreas de passivo ambiental com SAFs, em um total de 785 análises realizadas.

Ainda, foram produzidos e formalizados 104 TCAs de demanda espontânea, e mais 95 TCAs de demanda produzida por meio dos projetos, dos imóveis e produtores que foram selecionados, em um total de 199 Termos de Compromisso Ambiental firmados.

A assinatura dos TCAs foi estabelecida como condicionante, o que necessariamente deveria preceder a aplicação dos investimentos, em cada imóvel rural, nas áreas de passivo ambiental dos beneficiários selecionados. Por isso, a meta não foi atingida em sua totalidade, 86%, pois uma parcela significativa de proprietários e posseiros pré-selecionados beneficiários, ao tomarem conhecimento da notificação da análise ambiental dos imóveis rurais, para a formalização dos TCAs, desistiram da adesão ao PRA por entenderem que haveria prejuízo, considerando a diminuição da área de produção de pastagem que necessariamente ocorreria, para a recuperação florestal das áreas identificadas como passivos ambientais.

A meta estabelecida na NTBR previa a recuperação de 200 hectares com Sistemas Agroflorestais nas áreas de passivo ambiental identificadas na análise do CAR, por meio do PRA. Esse quantitativo foi, outrora, ajustado para 250 hectares e, por fim, a meta então pactuada em 220 hectares de projeto. Como estabelecido, o projeto prevê 2 hectares de plantios de SAFs por família selecionada beneficiária, portanto, considerando o realizado em 190 hectares de áreas de plantio, isso representa o atendimento a 95 famílias.

O Viveiro da Floresta tinha como uma de suas metas a produção 936.780 mil mudas de espécies florestais e frutíferas para atender o Programa de Regularização Ambiental – PRA. No entanto, no ano de 2021 foram produzidas 634.000 mudas de espécies florestais e frutíferas, que serão utilizadas na implementação dos PRADAS.

3.3.2.10. Turismo de base comunitária

As ações do Programa Rem KFW – Fase II, possibilitaram o deslocamento de equipes do turismo da SEET, dentro e fora do Estado, contribuindo para divulgar, difundir e promover o Turismo do Estado do Acre, focando nas belezas cênicas do Estado, buscando garantir o aumento do fluxo de turistas para o estado.

A realização de cursos de capacitação na área do turismo de base comunitária, contribuiu para que as pessoas capacitadas passem a desenvolver o turismo de base comunitária em suas comunidades de forma mais organizada e produtiva, com o aumento de ganhos e, principalmente, aumentando a conscientização sobre a preservação da floresta e a atuação sustentável.

A realização da identificação de beneficiários; a divulgação do turismo local no mercado nacional, dentre outras ações realizadas no exercício de 2021 tiveram como objetivo o apoio ao turismo local, contribuindo para a geração de renda, a permanência das pessoas em sua comunidade e o desenvolvimento de um turismo sustentável, buscando a preservação das riquezas naturais de nosso Estado.

Destacamos que as comunidades que desenvolvem o Turismo de Base Comunitária em nosso Estado são compostas por pessoas de baixa escolaridade e pouco ou nenhum recurso financeiro. Sendo assim, todas os esforços para apoiar o desenvolvimento destas comunidades é muito importante. O foco do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Empreendedorismo e Turismo, é tornar o turismo de base comunitária autossustentável e que forneça um serviço de qualidade, de maneira que possa atrair mais turistas para o Acre, contribuindo com a preservação e a sustentabilidade da floresta.

3.3.2.11. Design em produtos madeireiros

O maior volume de investimento desse eixo foi utilizado na contratação do SENAI para dar assessoria técnica dentro das movelarias e marcenarias do Estado, objetivando estimular a produção sustentável e o melhor aproveitamento da madeira pela empresa participante; bem como, a capacitação oferecida aos artesãos para produção de peças artesanais utilizando as sobras de madeira como matéria prima. Essas ações foram realizadas no ano de 2018 e os relatórios foram todos encaminhado nos anos de 2018 e 2019, detalhando as ações desenvolvidas dentro das empresas visando torná-las mais produtivas e sustentáveis, bem como, o registro de todas as peças artesanais produzidas e catalogadas, fotos anexas a este relatório.

No ano de 2021 não foi possível desenvolver ações do Eixo de Design em Produtos Madeireiros, planejamos a realização de cursos de capacitações e aquisição de equipamentos, mas fomos prejudicados pelas consequências trazidas com enfretamento da pandemia da COVID-19 em nosso Estado.

Dificuldades em organizar turmas para capacitações, em licitar equipamentos, equipes de trabalho reduzidas, com deslocamentos, em promover ações e eventos com a participação de muitas pessoas, etc. Mas temos realizado esforços para que as ações pendentes sejam realizadas agora em 2022. No entanto, estamos enfrentando uma nova onda de casos de Covid e de gripe que tem afetado todo o nosso Estado.

A expectativa é que nos próximos meses essa situação se modifique para melhor e possamos retomar todas as ações de maneira mais efetiva.

3.3.2.12. Artesanato florestal

Por meio dos recursos disponibilizados através do Programa Rem KFW – Fase II, foi possível a participação dos artesãos acreanos em feiras regionais e nacionais, estimulando a divulgação e a venda de peças artesanais acreanas; a realização do transporte de peças artesanais, artesão e equipes de trabalho; a inclusão de novos artesãos no cadastro nacional de artesanato brasileiros; a participação em reunião nacional voltada ao planejamento de ações para o desenvolvimento do artesanato local; a realização de cursos de capacitação; a coleta de material para produção de peças, contribuindo para um melhor aproveitamento das sobras do setor madeireiro; a emissão de novas carteiras de artesãos acreanos.

O apoio ao artesanato acreano contribui para a geração de renda local, para divulgação da cultura regional e estimula o desenvolvimento da economia do Estado. E diante dos resultados obtidos, vemos que o eixo do artesanato apresentou bons resultados, apesar das dificuldades trazidas pelo o enfrentamento da pandemia da COVID-19 que tem afetados todo o mundo.

3.3.3. Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável

O Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável objetiva ampliar a oferta de proteína animal no Estado por meio do incremento da produtividade e diversificação da criação de animais; incentivar a recuperação de áreas degradadas do Estado (em cumprimento à Lei Federal 12.651/2012 - novo código florestal); reduzir a pressão sobre novas áreas de florestas, a fim de evitar o desmatamento e/ou queimadas; e fomentar atividades que mantenham e ampliem a oferta dos serviços ecossistêmicos. Dos 70% dos recursos, 36% são destinados a impulsionar investimentos a atividades ligadas à produção de proteína animal, que ocupam uma parte significativa das áreas já desmatadas do Estado.

Tabela 5 - Execução geral do Subprograma Pecuária Diversificada Sustentável

Ações/Atividades	ÓRGÃO	VALOR PLANEJADO (R\$)	VALOR CONTRATADO (R\$)	VALOR GASTO (R\$)	SALDO CONTRATADO (R\$)	SALDO A CONTRATAR (R\$)
Cadeia Produtiva da Pecuária Diversificada Sustentável		R\$ 20.284.092,93	R\$ 8.777.414,03	R\$ 7.661.065,57	R\$ 1.116.348,46	R\$ 11.506.678,90
Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Corte e Leite (Integração Lavoura Pecuária Florestal (ILPF))		R\$ 8.015.404,00	R\$ 4.254.178,10	R\$ 3.137.829,64	R\$ 1.116.348,46	R\$ 3.761.225,90
Extensão, monitoramento e diagnóstico da bovinocultura de corte	SEPA	R\$ 1.426.396,40	R\$ 941.150,59	R\$ 488.041,09	R\$ 453.109,50	R\$ 485.245,81
Fortalecimento da infraestrutura e logística que promovam a eficiência da cadeia da bovinocultura	SEPA	R\$ 1.621.420,42	R\$ 414.128,10	R\$ 414.128,10	R\$ -	R\$ 1.207.292,32
Implantação de unidades demonstrativas em propriedades de referência e recuperação de pastagens degradadas em unidades produtivas familiares	SEPA	R\$ 2.119.118,34	R\$ 1.893.787,47	R\$ 1.732.244,39	R\$ 161.543,08	R\$ 225.330,87
Formação de Atores e transparência	SEPA	R\$ 652.884,09	R\$ 372.720,20	R\$ 126.924,32	R\$ 245.795,88	R\$ 280.163,89
Assistência Técnica para promoção de práticas sustentáveis na bovinocultura	SEPA	R\$ 2.195.584,75	R\$ 632.391,74	R\$ 376.491,74	R\$ 255.900,00	R\$ 1.563.193,01
Cadeia Produtiva da Piscicultura		R\$ 11.365.940,80	R\$ 4.523.235,93	R\$ 4.523.235,93	R\$ -	R\$ 6.842.704,87
Insumos para piscicultura (ração, alevinos e outros)	SEPA	R\$ 4.679.091,71	R\$ 3.847.689,70	R\$ 3.847.689,70	R\$ -	R\$ 831.402,01
Capacitação e assistência técnica aos produtores	SEPA	R\$ 4.606.554,38	R\$ 675.546,23	R\$ 675.546,23	R\$ -	R\$ 3.931.008,15

Apioio à modernização dos sistemas produtivos (equipamentos e infraestrutura)	SEPA	R\$ 2.080.294,70	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.080.294,70
Agroenergia		R\$ 902.748,13	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 902.748,13
Capacitação, Assistência e Monitoramento	SEMAPI	R\$ 232.917,86	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 232.917,86
Implantação e Modernização dos Sistemas de Agroenergia (equipamentos e infraestrutura)	SEMAPI	R\$ 669.830,27	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 669.830,27
TOTAL SUBPROGRAMA		R\$ 20.284.092,93	R\$ 8.777.414,03	R\$ 7.661.065,57	R\$ 1.116.348,46	R\$ 11.506.678,90
TOTAL SUBPROGRAMA EM PERCENTUAL SOBRE 100%		25%				

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

3.3.3.1. Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Corte e Leite

As ações do Subprograma Território da Pecuária Diversificada Sustentável priorizaram atender a demanda de implantação de 16 UD que viraram 18 UD, conforme a demanda apresentada pelos produtores.

As ações realizadas preconizaram a disseminação de informações tanto sobre as práticas a serem adotadas quanto sobre as diretrizes que permeiam as atividades financiadas pelo Programa REM KfW fase II.

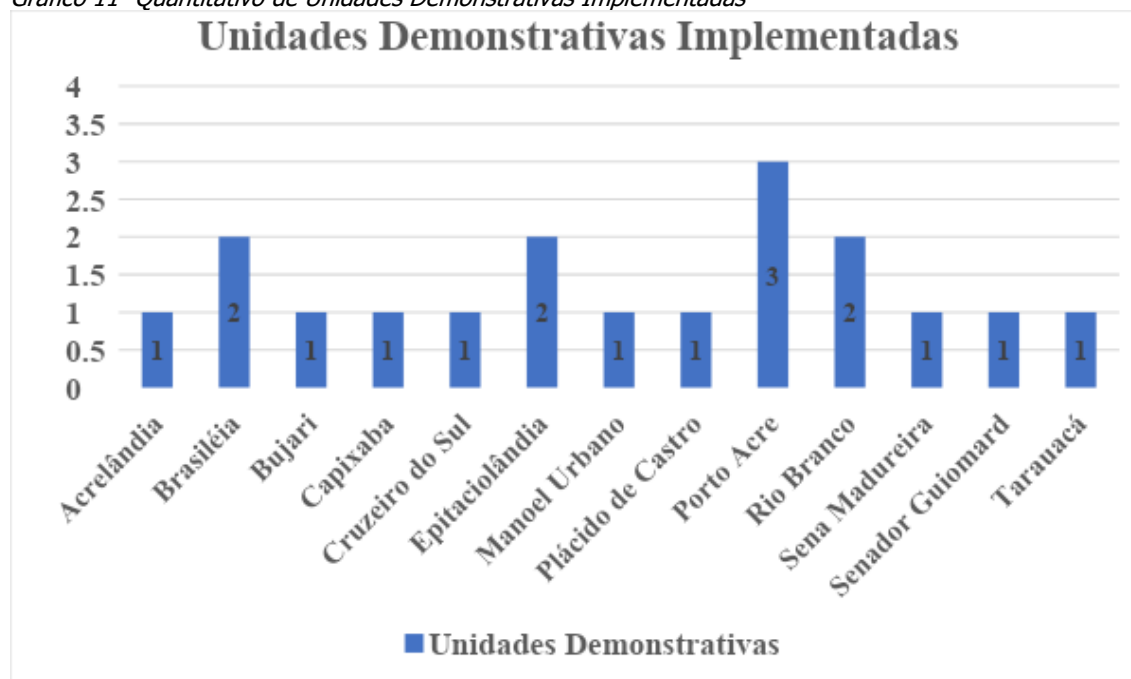
Cada propriedade/produtor foi avaliada levando em consideração o potencial produtivo, capacidade operacional da família e o perfil que deve, necessariamente, estar de acordo com as premissas do REM KfW Fase II.

No segundo semestre de 2021, se realizou a entrega dos insumos a todas as unidades demonstrativas, ficando para o exercício de 2022, realizar visitas técnicas, promover orientações, o acompanhamento e monitoramento da evolução das UDs, o que permitirá ao término do exercício a consolidação das UDs com nivelamento de todas as UD num mesmo estágio evolutivo.

Quanto à meta de atender com ATER 500 produtores e recuperar 5 mil hectares, contaremos com a multiplicação das práticas empregadas nas unidades demonstrativas, bem como com a contratação dos técnicos que irão atuar de forma exclusiva e contínua com os produtores.

Outra estratégia que será amplamente utilizada será a elaboração de material informativo, realização de encontros/eventos (a depender das condições da pandemia COVID-19) sobre boas práticas de desenvolvimento sustentável, aliado às potencialidades mercadológicas da atuação da pecuária + eficiente.

Gráfico 11 -Quantitativo de Unidades Demonstrativas Implementadas



3.3.3.2. Cadeia Produtiva da Piscicultura

Após a migração das atividades para a Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio e analisado as potencialidades e fragilidades da cadeia produtiva da piscicultura, a Secretaria resolveu propor alteração do escopo do Projeto, alterando os recursos ora destinados a cadeia produtiva da

piscicultura para atender a cadeia produtiva da avicultura, por meio da construção de uma Central de Incubação, além de insumos e apoio logístico.

Pretende-se construir 01 central de incubação, a *priori*, no PA Baixa Verde, Rio Branco-Acre, com capacidade de produção mensal de 60.000 pintos de um dia. A produção será auferida por 09 meses, os 03 meses restantes serão utilizados para vazio sanitário (desinfecção e etc.).

Serão comercializados pintos de 01 dia vacinados a preços subsidiados pelo Governo do Estado do Acre. Pretende-se atender cerca de 1.000 pequenos produtores da agricultura familiar por ano, oriundos dos 22 municípios do Estado, com perfil associado as premissas do Programa REM KfW fase II.

3.3.4. Componente Mecanismos de REDD+ e Fortalecimento do SISA

Com a continuidade da Pandemia no ano de 2021 e mudanças de gestão do IMC o planejamento das ações do Instituto e de monitoramento do programa ficou frágil havendo a necessidade de revisão para sua implementação e consolidação.

No primeiro semestre de 2021 o processo de monitoramento da Implementação das Ações do SISA/Programa REM Acre Fase II foi realizado por meio da análise documental dos planos de ação das subexecutoras; visitas técnicas aos Coordenadores do Programa REM e equipe técnica de apenas quatro subexecutoras (FUNTAC, SEET, SEMAPI, SEPA).

É importante considerar que a construção e fortalecimento de parcerias, juntamente com as subexecutoras, UCP-REM/SEPLAG e Consultoria Internacional está sendo de fundamental importância para a viabilidade e conclusão dos processos que foram iniciados.

A CDSA iniciou em dezembro de 2020 processo de regularização e fortalecimento da CDSA que está sendo conduzida de acordo com o Plano Estratégico elaborado em 2020 em consultoria do IPAM contratada com recursos do REM KfW. Com a disponibilização de recursos próprio autorizados pelo governador encontra-se em vigor o contrato de consultoria com o conceituado escritório LLA-Ludovino Lopes Advogados, especialista em normatizações e negociações em ativos ambientais no mundo, com o objetivo de: habilitar, consolidar e fortalecer a atuação plena da CDSA no desempenho de suas funções no âmbito nacional e internacional de forma eficaz e assim cumprir com suas atribuições como instrumento de execução do SISA Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais, conforme Lei nº 2.308/2010.

Os recursos destinados no âmbito do Fortalecimento do SISA objetivam apoiar ações e atividades que contribuam para o fortalecimento do arranjo institucional criado pela Lei do SISA. As atividades planejadas (Tabela 9), os respectivos órgãos responsáveis e todos os valores inerentes ao processo de execução seguem no quadro abaixo:

Tabela 6 - Ações, gastos e saldos aplicados para as ações de Mecanismos de REDD+ e Fortalecimento do SISA

Ações/Atividades	ÓRGÃO	VALOR PLANEJADO (R\$)	VALOR CONTRATADO (R\$)	VALOR GASTO (R\$)	SALDO DE CONTRATO (R\$)	SALDO CONTRATAR R\$	A
Mecanismos de REDD+		R\$ 7.169.645,59	R\$ 4.050.350,69	R\$ 2.884.196,67	R\$ 1.166.154,02	R\$ 3.119.294,90	
Monitoramento de Base Comunitária	IMC	R\$ 537.292,47	R\$ 355.575,93	R\$ 121.658,68	R\$ 233.917,25	R\$ 181.716,54	
Monitoramento da Implementação das Ações do SISA/REM	IMC	R\$ 404.722,00	R\$ 364.622,92	R\$ 257.446,17	R\$ 107.176,75	R\$ 40.099,08	
Formação, Comunicação, Salvaguardas	IMC	R\$ 482.857,33	R\$ 340.257,33	R\$ 252.402,29	R\$ 87.855,04	R\$ 142.600,00	
Estruturação Tecnológica e Operacional do IMC	IMC	R\$ 1.000.993,38	R\$ 562.334,18	R\$ 440.484,52	R\$ 121.849,66	R\$ 438.659,20	
Consultores (Governança, Comunicação e Coordenação)	IMC	R\$ 663.843,57	R\$ 361.671,57	R\$ 306.177,17	R\$ 55.494,40	R\$ 302.172,00	
Estudos, Geração e Gestão do Conhecimento	IMC	R\$ 649.634,47	R\$ 363.750,20	R\$ 343.750,20	R\$ 20.000,00	R\$ 285.884,27	
Pesquisas para setor florestal	SEMA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Revisão e Atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - ZEE/AC, Fase II	SEMA	R\$ 1.210.103,37	R\$ 1.061.496,49	R\$ 912.394,05	R\$ 149.102,44	R\$ 148.606,88	
Estudos Jurídicos do SISA	IMC	R\$ 317.037,75	R\$ 35.870,00	R\$ 15.870,00	R\$ 20.000,00	R\$ 281.167,75	

Fortalecimento e apoio a Comissão Estadual de Avaliação e Acompanhamento – CEVA	IMC	R\$ 493.758,47	R\$ 129.483,42	R\$ 78.003,23	R\$ 51.480,19	R\$ 364.275,05
Fortalecimento e apoio ao Grupo de Trabalho Indígena	IMC	R\$ 489.828,47	R\$ 163.687,55	R\$ 98.841,00	R\$ 64.846,55	R\$ 326.140,92
Fortalecimento e apoio ao Grupo de Trabalho Mulher	IMC	R\$ 489.828,47	R\$ 123.195,48	R\$ 42.985,21	R\$ 80.210,27	R\$ 366.632,99
Ouvidoria do SISA	SEMA	R\$ 280.611,37	R\$ 139.271,15	R\$ 12.102,85	R\$ 127.168,30	R\$ 141.340,22
Fortalecimento e apoio ao Comitê Científico	IMC	R\$ 49.134,47	R\$ 49.134,47	R\$ 2.081,30	R\$ 47.053,17	R\$ -
Fortalecimento da Comunicação do Programa REM II	SECOM	R\$ 100.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 100.000,00
Fortalecimento do SISA		R\$ 8.912.509,18	R\$ 7.223.428,77	R\$ 5.693.830,02	R\$ 1.529.598,75	R\$ 1.689.080,41
Gestão de Ativos, Subprogramas e Finanças para Sustentabilidade	CDSA	R\$ 599.134,47	R\$ 527.698,06	R\$ 507.340,87	R\$ 20.357,19	R\$ 71.436,41
Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimada	CBMAC	R\$ 1.589.500,00	R\$ 1.075.710,73	R\$ 1.075.710,73	R\$ -	R\$ 513.789,27
Fiscalização, Patrulhamento e Combate Aéreo	CIOPAER	R\$ 1.349.500,00	R\$ 1.299.626,23	R\$ 1.258.350,42	R\$ 41.275,81	R\$ 49.873,77
Fiscalização, Prevenção e Patrulhamento Terrestre e Fluvial	BPA	R\$ 1.089.500,00	R\$ 1.087.150,00	R\$ 989.220,30	R\$ 97.929,70	R\$ 2.350,00
Fiscalização, Combate e Controle Ambiental	IMAC	R\$ 2.228.296,48	R\$ 1.753.757,67	R\$ 707.145,75	R\$ 1.046.611,92	R\$ 474.538,81
Promover a gestão e difusão das Unidades de Conservação Estaduais e o funcionamento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas	SEMA	R\$ 555.338,80	R\$ 402.215,30	R\$ 351.488,17	R\$ 50.727,13	R\$ 153.123,50

(SEANP), visando potencializar os esforços de redução de desmatamento e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais						
Regularização Fundiária	ITERACRE	R\$ 1.501.239,43	R\$ 1.077.270,78	R\$ 804.573,78	R\$ 272.697,00	R\$ 423.968,65
Observatório Ambiental	MPAC	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Gestão Operacional (Técnica, Administrativa e Financeira) do Programa		R\$ 5.112.367,23	R\$ 4.473.532,18	R\$ 2.150.859,65	R\$ 2.322.672,53	R\$ 638.835,05
Recursos humanos para UCP/REM	SEPLAG	R\$ 1.918.430,75	R\$ 3.200.355,09	R\$ 1.063.544,36	R\$ 2.136.810,73	-R\$ 1.281.924,34
Monitoramento e gestão do programa	SEPLAG	R\$ 1.338.997,10	R\$ 1.132.647,39	R\$ 1.002.997,47	R\$ 129.649,92	R\$ 206.349,71
Auditorias Externas	SEPLAG	R\$ 1.854.939,38	R\$ 140.529,70	R\$ 84.317,82	R\$ 56.211,88	R\$ 1.714.409,68
Consultoria Internacional		R\$ 3.153.003,97	R\$ 5.879.490,00	R\$ 1.473.294,70	R\$ 4.406.195,30	-R\$ 2.726.486,03
Consultoria Internacional	SEPLAG	R\$ 3.153.003,97	R\$ 5.879.490,00	R\$ 1.473.294,70	R\$ 4.406.195,30	-R\$ 2.726.486,03
TOTAL SUBPROGRAMA		R\$ 24.347.525,97	R\$ 21.626.801,64	R\$ 12.202.181,04	R\$ 9.424.620,60	R\$ 2.720.724,33
TOTAL SUBPROGRAMA EM PERCENTUAL SOBRE O 100%		30%				

Fonte: UCP/REM/SEPLAG

3.3.4.1. Ações desenvolvidas no âmbito dos Mecanismos de REDD+

Em razão das limitações impostas pela pandemia de COVID-19, as atividades presenciais foram suspensas. Como retomada das ações, será realizado o planejamento estratégico para implementação desta atividade.

3.3.4.2. Monitoramento da Implementação das Ações do SISA/REM

No âmbito do IMC no primeiro semestre de 2021, o monitoramento da Implementação das Ações do Programa REM Acre Fase II foi realizado por meio da análise documental dos planos de ação das subexecutoras, visitas técnicas aos Coordenadores do Programa REM e equipe técnica dos órgãos vinculados.

As atividades de verificação *in loco* foram repassadas inicialmente para o segundo semestre de 2021, considerando as informações contidas nos relatórios de atividades e suas respectivas previsões de cronograma. Todavia, esse planejamento inicial, foi realinhado à medida que permaneceram as medidas sanitárias de distanciamento e circulação em âmbito estadual, priorizando tais ações para o primeiro semestre de 2022.

A avaliação dos Planos de Ação consistiu em analisar as atividades de implementação previstas, verificando se estavam compatíveis com os critérios estabelecidos pelo Programa REM Acre Fase II. De forma, metodológica, nos relatórios foram identificados pontos importantes das atividades realizadas, tais como: localização, tipo de atividade, o perfil dos beneficiários, também foi considerada nessa avaliação os possíveis riscos, conforme relatados na matriz do Sistema Gestão de Riscos – SGRSA.

Adicionalmente, foram realizadas visitas técnicas de orientação as subexecutoras com o objetivo de obter informações mais detalhadas sobre as ações implementadas e discutir fatos identificados nos Planos de Ação que não estivessem em conformidade aos objetivos do Programa REM Acre Fase II, Salvaguardas Sócio Ambientais do SISA e Matriz do Sistema de Gestão de Riscos Sócio Ambientais – SGRSA. Essas visitas além de servirem para realizar orientações e recomendações, possibilitou melhorias na implementação e monitoramento pelo IMC.

I. Análise das ações executadas pela as subexecutoras

De forma específica, em relação ao Subprograma Território da Pecuária Diversificada Sustentável, atividades de bovinocultura, pecuária mais eficiente, a SEPA deu início ao processo de implementação das ações, realizando a seleção de 16 produtores das Unidades Demonstrativas em 11 propriedades para apresentar o programa e identificar produtores que estivessem interessados na implantação das atividades em sua propriedade. Essas ações foram monitoradas pelo IMC através de visitas técnicas de campo em 9 (nove) propriedades beneficiárias do projeto nos municípios das regionais do Alto e Baixo Acre, durante o segundo semestre de 2021.

No que se refere as atividades de piscicultura proposta pela SEPA, foi identificado pelo IMC na análise dos planos de ação, que seria de fundamental importância a realização de um diagnóstico mais completo para definir estratégias adicionais de atuação no processo de implementação nas áreas. Além disso, recomendou-se a priorização do fortalecimento das atividades em áreas que alcançaram resultados satisfatórios na Fase I do Programa REM, como no caso das associações e cooperativas localizadas nos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Bujari e em Quixadá no município de Rio Branco. Essas recomendações foram repassadas em reuniões presenciais entre os técnicos do IMC e da SEPA durante o primeiro semestre de 2021.

No subprograma Territórios de Produção Familiar Sustentável, os pagamentos do subsídio da Borracha e Murmurú, referente a 2019 foram regularizados pela Cooperacre e CAET, beneficiando 167 produtores de borracha, e 126 produtores de Murmurú. Destaca-se com isso que, priorizar os processos de pagamentos é de fundamental importância para garantir a credibilidade do Programa e poder viabilizar a produção de acordo com o seu calendário sazonal. Dessa forma, recomenda-se que seja realizada a antecipação financeira para garantir o

capital de giro e com isso permitir que o beneficiário receba o valor integral a fim de viabilizar a sua produção em tempo hábil. Essa recomendação foi feita pelo IMC no relatório parcial do primeiro semestre sendo direcionada a SEPA.

Com relação as capacitações, referente a atividade de turismo comunitária, sobre as melhores práticas no atendimento ao turista, atividades de designer em produtos madeireiros, cadastro dos artesãos, artesanato, participação em feiras, eventos locais e nacionais dos artesãos, viabilizadas pela SEET, foi planejado que o acompanhamento *in loco* de forma integrada com a SEET será realizado em 2022, quando da retomada das atividades.

No que se refere as atividades da subexecutora FUNTAC, realizada no primeiro semestre de 2021, foi identificado a entrega de kits aos extrativistas de borracha da Cooperacre e realização de capacitações em extração de beneficiamento de óleos nos municípios de Jordão. Diante do processo de implementação inicial das ações foi recomendado a realização de georreferenciamento dos locais de implementação das atividades, com o seguinte detalhamento: localização, número de beneficiários, tipo de atividade, critério para escolha dos beneficiários. Ações em conformidade com a matriz lógica do programa REM Acre Fase II.

II. Análise das ações executadas pelo IMC

Com a continuidade da Pandemia no ano de 2021 e mudanças de gestão do IMC foram necessárias ações de realinhamento do planejamento operacional do Instituto da atividade fim de monitoramento para garantir a efetiva implementação e consolidação das ações do programa. Esse processo possibilitou realizar reflexões sobre os diferentes passos a seguir, levando em consideração o levantamento das dificuldades, visualização das metas, objetivos das ações, análise, organização de indicadores e subindicadores do programa, representados pela metodologia no Plano Mel.

Considerando a reestruturação e fortalecimentos do IMC, principalmente na gestão e monitoramento, com objetivo de prover condições favoráveis para o desempenho de suas atribuições no âmbito do SISA e especificamente a gestão estratégica do Programa REM, destacam-se as seguintes ações:

- a) Elaboração da ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO IMC, composta por um portfólio de iniciativas temporais (curto, médio e longo prazo) com vistas ao cumprimento das funções estratégicas de regulação e articulação tanto no âmbito do SISA, quanto especificamente no Programa REM
 - a. Fortalecer a equipe técnica do IMC com contratação de profissionais técnicos especializados, manutenção dos técnicos com memória institucional e estratégias perenes para continuidade das ações.
 - b. Reestruturação dos quadros técnicos de servidores efetivos do Instituto para garantir equipe técnica mínima permanente.
 - c. Reestruturação, validação e aplicação de processos e procedimentos de regulação e monitoramento, tal como a implementação efetiva do Plano MEL.
 - d. Aprimoramento da estrutura física, logística e de equipamentos para subsidiar as ações institucionais do IMC.
 - e. Fortalecimento das estruturas de governança do SISA (Ceva, Câmaras Temáticas e Comitê Científico) com aplicabilidade operacional efetiva para o Programa REM - Fase II.

De forma descritiva é importante ressaltar nesse processo, a revisão, atualização e implementação do documento Plano Mel (Monitoring Evaluation Learning Plan) como instrumento metodológico de monitoramento, avaliação e aprendizado, que objetiva fornecer uma estrutura de planejamento para o Programa REM em relação ao monitoramento, às avaliações periódicas e da gestão de conhecimento, contribuindo com estratégias de atuação do IMC e das subexecutoras na orientação do monitoramento do Programa.

Durante o segundo semestre de 2021, a consultora Marisa Carmargo em parceria com o IMC e subexecutoras trabalharam no aprimoramento na gestão dos processos de monitoramento programa REM, como um fato essencial para garantir os resultados que foram propostos pelos objetivos do Programa.

A integração e parceria entre as subexecutoras e o IMC está sendo de fundamental importância para implementação dessa nova fase de monitoramento do Programa, muito mais metodológica, integrada e funcional.

O primeiro passo, foi o encontro de integração para a implementação do Programa REM Acre Fase II realizado no dia 07/10/2021, que possibilitou conhecer as ações das subexecutoras, os processos de implementação, monitoramento e resultados em curso, definindo uma série de agendas integradas para continuidade e implementação das ações.

Em se tratando de monitoramento, certificação e validação de Projetos Privados e seu trâmite no âmbito do IMC, tem destaque a revisão da Instrução Normativa de nº 001/2015 em parceria com a Procuradoria Geral do Estado – PGE, que regulamenta os procedimentos de projetos privados no âmbito do Isa Carbono. Atualmente encontra-se aguardando apresentação para a CEVA.

3.3.4.3. Formação, Comunicação e salvaguardas

O Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) possui como uma de suas atribuições desenvolver ferramentas que promovam a ampla comunicação das ações dos programas do Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais (SISA) e dos programas deles derivados como o Programa REM. Dentro desse contexto, o Departamento de Comunicação do IMC atua no âmbito da Formação e Difusão da Informação, a fim de contribuir para que todos os envolvidos nas ações do sistema compreendam seu funcionamento e a importância de iniciativas REDD+. Importante destacar ainda que o trabalho de formação inclui capacitação técnica, realização de oficinas dos diversos públicos envolvidos (beneficiários, técnicos e gestores) nas ações previstas.

O IMC possui compromisso com a transparência das informações a respeito dos investimentos, de modo a empenhar esforços para cumprimento do Plano de Comunicação do Programa REM Acre Fase II, em parceria com a Secretaria de Estado de Comunicação (Secom), contribuição da Consultoria Internacional e demais subexecutoras envolvidas. Para tal estão previstos a produção de conteúdos para dar publicidade, transparência e divulgação as ações desenvolvidas comunicando a sociedade com os diversos públicos. São previstos a elaboração de conteúdos para redes sociais, websites, reportagens, vídeos, programas de entrevistas para web e rádio, entre outros.

Portanto, foram desenvolvidas a partir de junho de 2020 a elaboração do Manual de Aplicação das logomarcas internacionais e identidade visual, validados pelo Banco KfW, que tem sido de grande relevância para padronização e estabelecimento da identidade visual do Programa REM Acre Fase II e a correta aplicação das logomarcas internacionais.

Soma-se ainda a vigência do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o IMC e a Secretaria Estadual de Comunicação (Secom) para apoiar a execução do Plano de Comunicação do programa, o qual prevê a produção de inúmeros produtos como a diagramação de relatórios, revistas, cards, banners para atualização das redes sociais e do site do IMC e ainda edição e produção de vídeos com depoimento de beneficiários do Programa REM.

O Departamento de Comunicação do IMC tem desde junho de 2020 realizado um trabalho contínuo para criação de Banco de Imagens, a partir da produção de imagens fotográficas ambientais e das ações desenvolvidas pelas subexecutoras, conciliada com a produção de imagens em vídeos com depoimento e atuação dos gestores na implementação das ações junto às comunidades e seus beneficiários. Todavia estivemos, especialmente ao longo do ano de 2021, impossibilitados de ir à campo devido as restrições impostas pela pandemia.

Destaca-se também o assessoramento contínuo por parte da Comunicação do IMC as subexecutoras para produção de layouts para padronização de veículos e outros equipamentos adquiridos com recursos do Programa REM Acre Fase II, bem como a supervisão de conteúdos jornalísticos que promovam as ações do programa, relatórios, entre outras solicitações de interesse.

A cooperação firmada entre o IMC e Secom tem possibilitado a edição de vídeos para redes sociais mostrando projetos de REDD+ de maneira simples e direta. Embora diante das restrições conseguimos produzir cinco vídeos sobre as iniciativas do Programa REM Acre Fase II.

Todavia a comunicação vislumbra grande prejuízo para execução das atividades e o cumprimento das metas e produtos previstos no Plano de Comunicação e, após alinhamento com a consultoria internacional foi acordado compromissos para 2022, que inclui a urgente revisão do Plano de Comunicação, seus prazos de execução, prioridades de produtos para que estejam alinhados com as metas e indicadores previstos na Nota de Repartição de Benefícios que deverá ser atualizada, entre as prioridades identificou-se urgência na criação de três novos sites: institucional do IMC, do Sisa e do Programa REM.

A ampla publicidade das iniciativas de REDD+ no Acre para os diferentes públicos segue como primordial para alcance tanto a nível local, como nacional e internacional. O alcance através de ferramentas midiáticas (programas de TV e vídeos interativos) para comunicar com o público jovem, a fim de promover maior engajamento das pautas ambientais, do clima, de iniciativas de REDD+ e mudanças climáticas é outro objetivo a ser cumprido, bem como o alcance às comunidades tradicionais mais longínquas, por meio da comunicação radiofônica. Tais prioridades estão sendo orientadas e contam com apoio e supervisão da consultoria internacional.

3.3.4.4. Estruturação Tecnológica e Operacional do IMC

O IMC elaborou um portfólio de iniciativas temporais (curto, médio e longo prazo) para fortalecimento institucional do IMC com vistas ao cumprimento das funções estratégicas de regulação e articulação tanto no âmbito do SISA, quanto especificamente no Programa REM. Essas ações foram expressas em um documento denominado ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO IMC, submetido a SEPLAG e aos consultores da revisão de Meio Termo do Programa REM, no início de fevereiro de 2022.

Dentre as principais ações definidas como prioritárias nesse documento:

- a) Fortalecer a equipe técnica do IMC com contratação de profissionais técnicos especializados, manutenção dos técnicos com memória institucional e estratégias perenes de continuidade das ações.
- b) Reestruturação, validação e aplicação de processos e procedimentos de regulação e monitoramento.
- c) Aprimoramento da estrutura física, logística e de equipamentos para subsidiar as ações institucionais do IMC.
- d) Fortalecimento das estruturas de governança do SISA (Ceva, Câmaras Temáticas e Comitê Científico) com aplicabilidade operacional efetiva para o Programa REM - Fase II.
- e) Revisão do POA para reestruturação das equipes técnicas com disponibilização de recursos para contratação de consultores individuais e equipes de apoio operacional.

3.3.4.5. Consultores (Governança, Comunicação e Coordenação)

De forma geral, o Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA) prioriza incentivar as cadeias produtivas sustentáveis, considerando os diversos segmentos econômicos, ambientais e sociais presentes no Estado do Acre que lhe conferiu o pioneirismo no processo de cumprimento de metas referentes às mudanças do clima com reconhecimento internacional. Dessa forma, o Acre avançou na implementação do SISA por meio do Programa

Global REDD Early Movers (REM), em sua segunda fase de execução, que exige contínuo processo de aprimoramento da comunicação de conteúdos e adequação de linguagens, de modo a ampliar as experiências exitosas em curso no Acre. O resultado é que a execução atual do programa, pode refletir, esse avanço temporal das instituições de governança, comunicação e coordenação,

Nesse contexto, a comunicação torna-se imprescindível para transparência das informações não somente quanto aos recursos investidos mas também no comunicar com o público local, nacional e internacional, seus beneficiários e a sociedade em geral.

Em parceria com a Secretaria de Estado de Comunicação (Secom), O IMC possui atribuição de coordenar o Plano de Comunicação do Programa REM Acre Fase II de modo a desenvolver conexão entre as ações de campo e a sociedade em geral, dar a devida publicidade às ações e respectivos gastos públicos /transparência e engajar a sociedade para novas ações e programas voltados para sustentabilidade.

A Comunicação do Programa tem como de suas prioridades também ampliar a compreensão e fortalecer as iniciativas junto ao corpo técnicos e gestores governamentais para implementação do Programa REM, no âmbito do SISA e ainda desenvolver formas de comunicar, por meio da produção e elaboração de conteúdos para diversos segmentos midiáticos e seus públicos específicos, a fim de despertar a sociedade a refletir sobre temas relacionados, iniciativas pioneiras em REDD+, serviços ambientais e mudanças do clima no meio urbano e rural.

3.3.4.6. Estudos, Geração e Gestão do Conhecimento

Nesse tópico os principais produtos elaborados ao longo do Programa REM foram Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE) e estudos para verificação se há presença ou não de vazamento do desmatamento e queimadas no entorno fronteiro do Estado do Acre por meio da utilização das ferramentas de geoprocessamento e visitas técnicas em campo. Essas ações foram realizadas, fundamentalmente, durante o período de 2012-2017, tendo em vista a parceria com a EMBRAPA, especificamente pela integração das equipes técnicas que pertenciam às duas instituições naquele momento.

Atualmente o IMC não dispõe de equipe técnica para execução dessas ações, e não dispõe de um instrumento jurídico com a EMBRAPA que subsidie tal ação.

Há necessidade da discussão em âmbito governamental sobre a necessidade, viabilidade e perenidade da apresentação desses estudos. O IMC entende que esse material científico é fundamental para a análise e compreensão do impacto das ações executadas no âmbito Programa REM. Todavia, essa compreensão e a aceitação de importância, deve ser discutida em âmbito decisório das esferas de governo, pois, perpassa uma série de decisões estratégicas e de parcerias, inclusive com a alocação de recursos humanos e financeiros.

3.3.4.7. Estudos Jurídicos do SISA

As atividades previstas no bojo das ações de Estudos jurídicos do SISA, são atendidas atualmente Procuradoria Geral do Estado – PGE, que atua sob demanda dos órgãos executores do Programa.

3.3.4.8. Fortalecimento e apoio à Comissão Estadual de Avaliação e Acompanhamento (CEVA)

A retomada do fortalecimento e atuação da Governança do SISA tem como finalidade garantir a transparência da implementação e resultados das ações do SISA e programa REM Acre Fase II, principalmente em relação à interface com os beneficiários.

Com relação a Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento dos Sistemas de Serviços Ambientais – CEVA, foram realizadas atividades e procedimentos necessários para o seu retorno e atuação no âmbito do SISA e Programa REM Acre Fase II.

- 1ª reunião Extraordinária do Coletivo de Conselhos do Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais (Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta – CEMAF e Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável – CDRFS) - reunião preparatória para eleição dos novos membros da CEVA do SISA. (Virtual) (11 de agosto de 2021).
- 2ª reunião Extraordinária do Coletivo do Conselho do SISA (CEMAF e CDRFS) – eleição dos membros da CEVA: Segmento ambiental – Instituto da Terra (EII); Segmento social – Rede Acreana de Mulheres e Homens (RAMH); Segmento extrativista – Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Segmento indígena – Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAIAC); Segmento produtivo – Federação da Agricultura do Estado do Acre (FETACRE). (Virtual) (31 de agosto de 2021).
- 1ª reunião Ordinária da CEVA, ano 2021 – posse dos membros da CEVA para biênio 2021/2023. (Presencial) (14/12/2021).

Após a retomada, posse e homologação dos membros, realizada pelo Decreto Nº 10.279 de 14 de outubro de 2021 será possível viabilizar o planejamento das ações em que serão incorporadas atividades de treinamento dos membros da CEVA, CTI e CTM, para que as Instâncias de governança e participação sejam estruturadas a fim de desempenhar suas funções no acompanhamento e assessoria dos processos de implementação do SISA e do Programa REM. Essa ação é oportuna, tendo em vista, o período de inatividade que passou as instâncias nos últimos anos, bem como a rotatividade entre os membros.

Está em processo o estabelecimento de parceria técnica com a GIZ, no sentido de se buscar fortalecer a atuação da CEVA e das Câmaras Temáticas de Povos Indígenas e de Mulheres, tendo como objetivo suporte, em relação a treinamentos, organização da estrutura operacional, planejamento e elaboração de estratégias, mecanismos de comunicação entre os representantes da CEVA e as Subexecutoras, beneficiários e as Câmaras Temáticas.

3.3.4.9. Fortalecimento e apoio a Câmara Temática Indígena

A retomada das ações na Câmara Temática Indígena ocorreu com a mobilização e articulação com representantes e lideranças locais, através de duas reuniões:

- 1 reunião de retomada da Câmara Temática Indígena - CTI, - Manifestação de interesse para compor a CTI. (Virtual) (29 de setembro/2021).
- 1 reunião de apreciação dos membros que farão parte da Câmara Temática Indígena – CTI. (Virtual) (13 de janeiro de 2022).

Essas reuniões possibilitaram a troca de informações sobre as dificuldades enfrentadas nos últimos anos, além de encaminhamentos e indicação dos representantes que farão parte como membros da respectiva CTI. Atualmente o processo encontra-se aguardando a validação das indicações por parte da CEVA.

3.3.4.10. Fortalecimento e apoio ao Grupo de Trabalho Mulher

Como estratégia de retomada e reativação da Câmara Temática da Mulher, optou-se por realizar no primeiro momento contato com representantes da sociedade civil e de instituições governamentais ligadas ao tema, tais como:

- Gabinete da primeira Dama do Estado do Acre, que acompanha em nível governamental tais ações;

- Conselho Estadual de Mulheres - CEDIM, município de Bujari;
- Rede Acreana de Mulheres e Homens – RAMH, município de Rio Branco;
- Secretária de Estado de Assistência Social dos Direitos Humanos para Mulheres- SEASDHM, município de Rio Branco;
- Conselho Nacional de Seringueiros – CNS, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre – FETACRE, município de Rio Branco;
- Organização de Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – SITOAKORE, município de Rio Branco;
- Sindicato dos Trabalhadores do Município de Brasiléia;
- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre – NEABI/UFAC, município de Rio Branco;
- Representante da Assembleia Legislativa do Acre;
- Coordenação de Políticas Públicas para Mulheres da Prefeitura de Cruzeiro do Sul;
- Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos para Mulheres– SEADHM, município de Cruzeiro do Sul; e
- Articulação Juruense de Mulheres – SJM) de Cruzeiro do Sul.

O contato preliminar com as lideranças de mulheres possibilitou a troca de informação sobre o Programa REM Acre Fase II e a identificação das lideranças existentes com a distribuição geográfica ao longo do território.

3.3.4.11. Ouvidoria do SISA

A retomada das discussões com a ouvidora, tem como finalidade obter uma maior integração da ouvidoria com as ações executadas pelo Programa REM Acre Fase II, subexecutoras e o IMC, na qual sua participação, juntamente com a comunicação do Programa, possibilitará no fortalecimento e transparência das ações que estão sendo executadas pelas subexecutoras.

Atualmente a Ouvidoria do SISA está dentro da estrutura da SEMAPI, e em funcionamento para receber denúncias, irregularidades e sugestões, através dos telefone 68 3223-2760 e e-mail ouvidoria.sisa@ac.gov.br, a propagação também esta disponível no site da SEPLAG, [KfW-REM | Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão \(seplag.ac.gov.br\)](http://KfW-REM | Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (seplag.ac.gov.br)).

3.3.4.12. Fortalecimento e apoio ao Comitê Científico

O Comitê Científico do Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais – SISA possui a finalidade de orientar e propor sugestões sobre os assuntos estratégicos do programa em questões técnicas, jurídicas e metodológicas relativas ao SISA, contribuindo com conhecimentos científicos aprimorados e capazes de gerar sucesso e reconhecimento das atividades de estado no âmbito nacional e internacional.

Dessa forma, o Comitê Científico está ativo desde 2018, conforme o Decreto nº 9.127, de 14 de junho de 2018, tendo na sua composição pesquisadores e cientistas renomados nacional e internacionalmente, como: 1. Carlos Afonso Nobre; 2. Daniel Curtis Nepstad; 3. Eufan Ferreira do Amaral; 4. José Antônio Sena do Nascimento; 5. Luiz Gylvan Meira Filho; 6. Peter Herman May. Neste sentido, processos estão sendo viabilizados no que se refere a atualização dos referidos membros e construção de um regimento interno, a ser viabilizado de forma conjunta com o apoio da PGE.

3.4. Ações desenvolvidas no âmbito do Fortalecimento do SISA

Dentre as ações previstas na Nota Técnica de Repartição de Benefícios os recursos captados pela CDSA incluem:

Título do projeto: FORTALECIMENTO CULTURAL E ECONÔMICO DAS MULHERES INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DO COVID 19 - R\$ 1.700.000,00 (Hum milhão e setecentos mil reais) – tem o objetivo de possibilitar o desenvolvimento, a autonomia econômica e participação ativa das mulheres indígenas na vida produtiva, cultural, espiritual e política das aldeias e dos povos indígenas. Investimentos mais robustos em políticas públicas para dentro e fora das comunidades indígenas para diminuição da pobreza e resposta à pandemia do COVID-19. Realizado em parceria com a SEASDHM e Comitê Regional e Global para parcerias com povos indígenas e populações tradicionais do GFC.

Título do projeto: Plano de Recuperação Verde Ação 1 – Promoção e prospecção de negócios verdes de produtos da Sociobiodiversidade em nível nacional e internacional (Acre/Medidas 1 e 3, Bioeconomia e ampliar Captação); Ação 5 – Fomento ao desenvolvimento de serviços ambientais e cadeias produtivas de baixas emissões da sociobiodiversidade (Acre/Medida 1, Impulsionar a Bioeconomia) – R\$ 100.000.000,00 – se enquadra nos serviços ambientais de cadeias de baixas emissões da sociobiodiversidade/ Prospectar Negócios Verdes em Nível nacional e internacional.

Dentre os projetos que ainda estão em processo de captação:

Título do projeto: premiando a produção em Baixas Emissões através de inovação no SISA, com recurso do Fundo JBS R\$ 9.308.100,00 em parceria com a

Título do projeto: Modernização Institucional, através de uma carta proposta do BID no valor de R\$ 62.870.000,00.

Título do projeto: Participação em 3 negociações para transacionar créditos de carbono jurisdicional do Acre, com um hub de empresas nacionais e internacionais, com proteção contratual e de acordo com memorandos de entendimento firmados. As negociações dependem da regularização e organização da CDSA como empresa de economia mista, com capital público privado, atendendo ao compliance internacional.

3.4.1. Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimada (CBMAC)

O Corpo de Bombeiros Militar do Acre (CBMAC, promoveu ações principalmente vinculadas ao combate às queimadas ilegais e incêndios florestais junto às comunidades Rurais, áreas de Preservação Ambiental, áreas de reserva extrativista dentre outras áreas críticas do Bioma Amazônia no Estado do Acre. Frente a nova realidade oriunda da pandemia foi estabelecido o distanciamento social e com isso houve a alteração na dinâmica de trabalho de todas as instituições, no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre foram mantidas apenas as atividades presenciais essenciais ao serviço administrativo e operacional.

As atividades foram desenvolvidas por meio da ampliação das ações de formação de brigadas mediante a necessidade de melhorar a eficiência nos serviços prestados à sociedade. Estas ações foram complementadas com o uso durante as operações de novas tecnologias de combate aos incêndios. Ademais, constatou-se a receptividade e adesão das comunidades frente às orientações do CBMAC, voltado para a utilização de queimadas controladas.

3.4.2. Fiscalização, Patrulhamento e Combate Aéreo (CIOPAER)

O Centro Integrado de Operações Aéreas – CIOPAER tem como finalidade maximizar o controle, a integração e a otimização dos meios aéreos disponíveis no Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil do Estado do Acre, seja em atividades policiais preventivas, repressivas ou de socorro à população. O grupamento aéreo foi criado através do Decreto Governamental 4.564, de 11 de setembro de 2009. O Centro Integrado de Operações Aéreas – CIOPAER, está dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública – SEJUSP.

Foram realizadas 32 missões, tanto de caráter preventivo quanto fiscalizações para prevenir e também identificar ilícitos ambientais, totalizando 68 hras de voo.

A manutenção das viaturas é realizada com recurso da SEJUSP. Foram realizadas capacitações de 03 (três) Operadores Aerotáicos, porém com recurso de suas unidades de origem.

Com a ajuda de custos para manter o Certificado Médico aeronáutico em dia, deixando o CIOPAER em plenas condições operativas, foi possível ajudar comunidades isoladas em todo território acreano, bem como também oferecer suporte a aldeias indígenas, tais como serviço aeromédico e o transporte de vacinas contra a COVID-19, para essas comunidades, que tanto sofrem com o isolamento.

3.4.3. Fiscalização, Prevenção e Patrulhamento Terrestre e Fluvial (BPA)

Foram realizadas operações de combate e prevenção ao desmatamento ilegal, tanto por meio de planejamento e demandas internas, quanto atendendo diversos órgãos que atuam no combate aos crimes ambientais. No total de 42 operações, 25 foram de forma integradas.

Mapa 7 - Localização espacial das ações do BPA

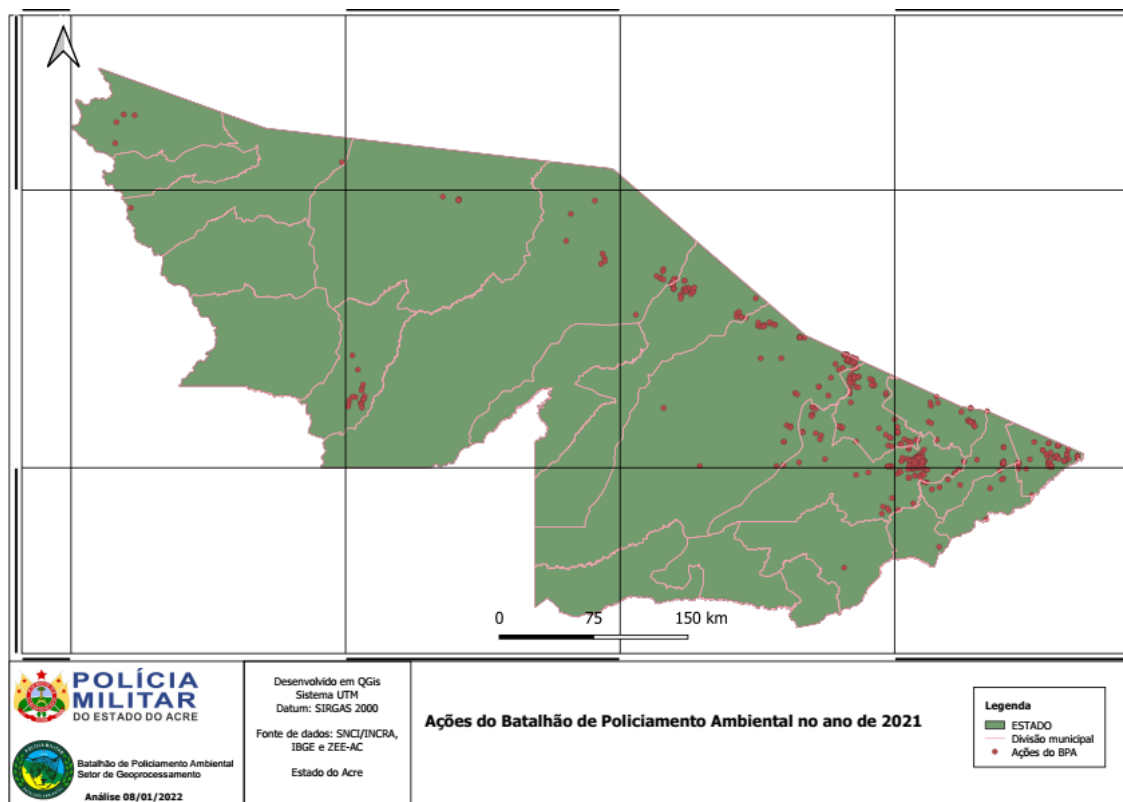
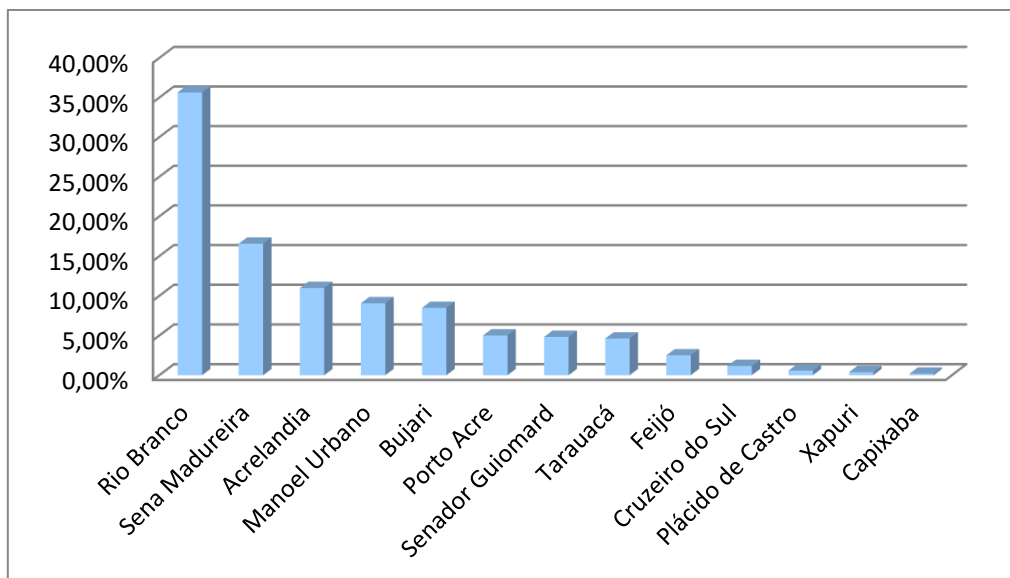


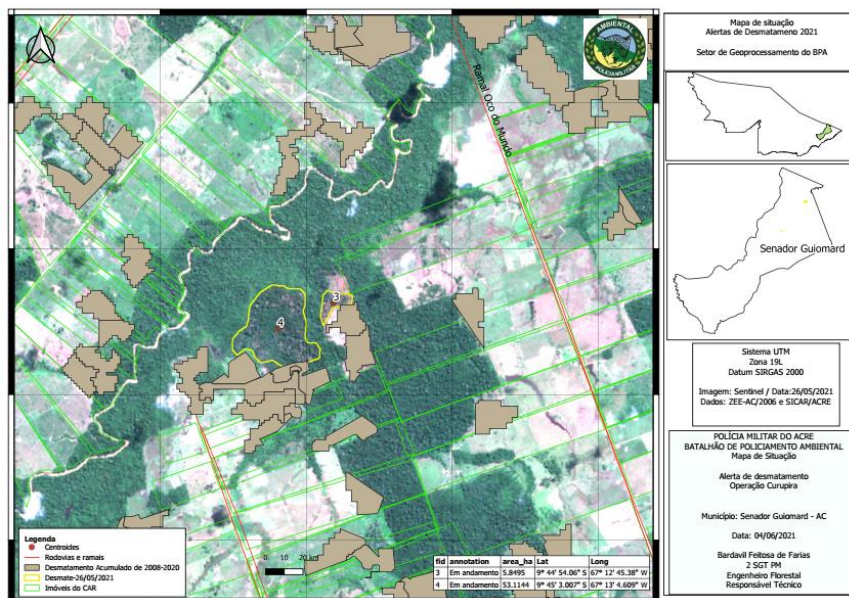
Gráfico 12 - Concentração das operações por município em 2021



O Geomonitoramento realizado pelo BPA, através de imagens de satélite, permite detectar o avanço do desmatamento por meio de nova metodologia que detecta até 0,3ha desmatados, muitas vezes é possível identificar o início, quando ainda estão “brocando”, limpando o sub-bosque da floresta, para depois cortarem as árvores. O que faz com que possamos agir de forma mais rápida e eficaz.

A nova metodologia aumentou a eficiência do serviço realizado pelo BPA, uma vez que determinando quais áreas estão sofrendo com maior pressão de desmatamento, podemos direcionar as missões para estes locais com a certeza do êxito, onde muitas vezes são realizados os flagrantes de desmatamento ilegal. Quando não há o flagrante são confeccionados relatórios que poderão subsidiar os demais órgãos.

Mapa 8 - Exemplo de mapa de desmatamento desenvolvido pelo Setor de Planejamento do BPA



3.4.4. Fiscalização, Combate e Controle Ambiental (IMAC)

O Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC é o órgão responsável pela coordenação das ações de comando e controle no Estado do Acre, em parceria com o Batalhão de Policiamento Ambiental – BPA, IBAMA, Centro Integrado de Operações Especiais - CIOPAER, Corpo de Bombeiro, Defesa Civil, SEMAPI e outros.

No ano de 2021 o IMAC realizou diversas atividades de combate e controle de queima e desmatamento, conforme descrito nos anexos, porém no ano de referência do relatório, não fez uso do recurso disponibilizado pelo REM, no entanto os investimentos são necessários para dar continuidade na realização das atividades do ano de 2022 uma vez que utilizamos recursos próprios pela necessidade de atendimentos rápidos e emergenciais no combate aos ilícitos ambientais em 2021, mais que em alguns momentos não foram de um certo modo suficientes para atender as demandas. Friso a importância do aporte do REM para que possamos permanecer firmes no combate aos ilícitos ambientais e nas operações de desmate e comando e controle.

Foram alcançados resultados satisfatórios em 2021, tanto nas ações de comando e controle e de desmate e queima, sendo que no licenciamento ambiental tivemos resultados relevantes devido o ano ser prejudicado pela pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2.

3.4.5. Promover a gestão e difusão das Unidades de Conservação Estaduais e o funcionamento do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), visando potencializar os esforços de redução de desmatamento e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais (SEMAPI).

Fortalecimento das atividades realizadas pela SEMAPI, uma vez que as Unidades de Gestão Integradas – UGAIs são utilizadas como local estratégico para ações voltadas à regularização fundiária, à realização de ações de prevenção, monitoramento e fiscalização ambiental e implementação, empoderamento e estruturação de políticas ambientais e assistência técnica.

3.4.6. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – ZEE/AC – Fase III

O Zoneamento Ecológico-Econômico- ZEE fase III é o principal instrumento de planejamento e gestão territorial do Estado do Acre, caracterizado pela aplicação de um conjunto de regras que procura regular o uso e a ocupação do território.

A atualização trouxe várias melhorias, com destaque para a Zona 3, que se constitui nas áreas priorizadas para regularização fundiária e ordenamento territorial que foi a zona foco da revisão e atualização do ZEE-AC- Fase III. Para tanto utilizou-se a interface da base de propriedades e imóveis do Cadastro Ambiental Rural - CAR e de outras bases como Incra, Funai, ICMBio, Iteracre, etc, visando identificar novas eventuais unidades fundiárias entre as instituídas ao longo dos dez anos de ZEE-AC – Fase II. Dessa forma chegou-se à redução da área de abrangência dessa zona em 56 % e o conseqüente aumento das demais áreas.

Para acompanhamento do processo de revisão do ZEE/AC criou-se a Comissão de Zoneamento Ecológico-Econômico – CEZEE, presidida pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas – Semapi, que contou com participantes de oito Câmaras Temáticas constituídas por representantes dos governos federal e estadual, trabalhadores, empresarial, indígena, sociedade civil, instituições de pesquisa e de outras esferas governamentais. O documento final foi também submetido ao Conselho de Meio Ambiente e Floresta – Cemaf e contou com a participação de mais de 15 conselheiros representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Procuradoria Geral do Estado (PGE), Secretaria de Produção e Agronegócio (Sepa), Fundação Nacional do Índio (Funai/Alto Purus), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Renováveis (Ibama), Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac), Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) e Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), SOS Amazônia, Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (Cooperfloresta), Earth Innovation Institute (EII), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre (Faeac) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre (Fetacre)

Para o processo de revisão do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas – PPCDQ, foram realizadas quatro oficinas nos municípios de Assis Brasil Epitaciolândia, Xapuri e Capixaba, cuja continuidade permitirá também a revisão dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas dos Municípios – PPCDQm.

3.4.7. Regularização Fundiária (ITERACRE)

O Iteracre se incorpora neste programa como uma das instituições que contribuem diretamente com o funcionamento do Sistema de Incentivos para Serviços Ambientais (SISA) e ações de comando e controle. Assim, o trabalho de identificação e cadastramento das áreas sem identificação fundiária representa um avanço na complementação das bases de georreferenciamento do Estado, para subsidiar as ações de comando e controle do SISA, auxiliando na identificação da dinâmica do desmatamento em relação às classes fundiárias. Durante a execução do programa o Iteracre está buscando e produzindo informações fundiárias dos lotes considerados “vazios fundiário”, nas regionais do Alto e Baixo Acre, por ser esta uma região identificada com uma das maiores emissoras de Gases de Efeito Estufa, pela mudança do Uso do Solo. Estes “vazios fundiários” nada mais são que áreas pendentes de informações, identificadas previamente após o cruzamento das bases de dados disponíveis nos órgãos oficiais como FUNAI, ICMBio, INCRA, IMAC, ZEE-AC, ITERACRE. Os municípios de abrangência da ações são: Acrelândia, Brasiléia, Epitaciolândia, Capixaba, Bujari, Assis Brasil, Plácido de Castro, Rio Branco, Porto Acre, Senador Guiomard e Xapuri, onde incidem uma grande quantidade de focos de desmatamento e queima, num total de 625.612,8 há (Relatório REM/2019/ITERACRE,) sendo áreas de fragilidade para o monitoramento de emissões de GEE.

No ano de 2021, somente o município de Capixaba foi contemplado com atividades de regularização fundiária.

Ao total em 2021 foram 126 propriedades identificadas e georreferenciadas (Tabela 8), no município de Capixaba, contudo ainda se encontra pendente uma triagem das dominialidade de algumas propriedades para definição de propriedade do território, uma vez que nem todos as áreas são passíveis de regularização pelo Iteracre.

Tabela 7 - Número de ramais e lotes visitados no município de Capixaba

RAMAIS	Nº DE LIF'S	AUSENTES
Ramal Sementeira	14	6
Ramal Oliveira	24	1
Ramal Sitônio	2	0
Ramal Moacir Arino	10	2
Ramal do Antônio	1	0
Ramal Brasil/Bolívia	1	0
Ramal do Cemitério	5	0
BR 317	41	19
Total	98	28

3.5. Gestão Operacional (Técnica, Administrativa e Financeira) do Programa REM Acre.

A coordenação operacional do Programa é de responsabilidade da SEPLAG e a coordenação política do IMC. Portanto, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão criou uma Unidade de Coordenação do Programa – UCPREM Acre Fase II específica de execução técnica-administrativa.

Dentre as atividades executadas no período de 2021, encontram-se:

- Contratação de Consultoria Internacional para Apoio e Assessoria na Gestão do Programa REM II
 - Realização de diagnóstico do processo de gestão e implementação do Programa REM Acre – Fase II: Os resultados do Diagnóstico permitem à Consultoria Internacional direcionar melhor as suas estratégias de apoio e assessoria à UCP, ao IMC e às subexecutoras e implementadoras das atividades do Programa.
 - Revisão do Manual Operativo do Programa REM II: Em parceria com a SEPLAG, Consultoria internacional fez a revisão do Manual Operativo do Programa e sugeriu melhorias em relação a estruturas e processos, as quais foram atendidas e posteriormente enviados para aprovação do KFW.
 - Apoio na construção da Plataforma de Monitoramento Integrado do Programa REM II: Em parceria com a SEPLAG e IMC, a Consultoria Internacional deu início às atividades de desenvolvimento e implementação de uma plataforma de monitoramento e verificação do Programa, visando disponibilizar informações sobre o desempenho da sua implementação, os resultados alcançados e seus impactos, para os gestores e tomadores de decisões assim como para formadores de opinião e os doadores do Programa. Os trabalhos de construção da plataforma de monitoramento continuam durante o exercício de 2022.
 - Assessorar no monitoramento e na avaliação das ações dos subprogramas e dos seus resultados e impactos, sistematizando os dados levantados: O assessoramento no monitoramento e na avaliação das ações dos subprogramas foram iniciados em 2021 e serão intensificados após a conclusão da revisão de meio termo, prevista para março de 2022.
 - Apoio à implementação do Plano de Monitoramento, Avaliação e Aprendizado (MEL): Através do contrato firmado com empresa GFA, foi realizada a contratação da especialista Marisa Camargo, com a finalidade de revisar e finalizar o Plano MEL (Monitoring Evaluation and Learning). Para melhorar a atual versão do documento as atividades foram baseadas nas melhores práticas internacionais em MEL. Após a revisão e finalização do novo Plano MEL, a Consultoria Internacional iniciou um treinamento para a implementação do Plano junto ao IMC e a cada Subexecutora. O treinamento situou o monitoramento no ciclo do projeto e identificou os diferentes aspectos que devem ser monitorados no âmbito do Programa REM. Foram revisados os Quadros de Resultados de cada Subprograma com os gestores e técnicos das respectivas Subexecutoras. Atividades, resultados, metas indicadores e subindicadores foram revisados e melhor especificados e redigidos. Os trabalhos de implementação do Plano MEL continuam durante o exercício de 2022.
 - Revisão e Atualização do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre – PPCDQ/AC: Para Revisão e Atualização do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre – PPCDQ/AC foi realizada a contratação do consultor sênior Guilherme Cardoso Abdala, através da Consultoria Internacional.
- Contratação da empresa para apoiar no gerenciamento técnico da Unidade de Coordenação do Programa – UCP/REM Acre Fase II, por meio da disponibilização de equipe de especialistas:
 - Boletim de Informativo do Programa REM II: Elaboração de versão preliminar de boletim informativo sobre os objetivos, ações e resultados do Programa REM II. O material está sendo finalizado pelo IMC, instituição responsável pelo Plano de Comunicação do Programa.
 - Relatórios de Progresso e Relatório de Auditoria Financeira do Programa
 - Desembolso de Recursos
 - Execução administrativa e financeira do Programa
 - Monitoramento e acompanhamento das atividades do Programa

- Revisão de Meio Termo do Programa REM II (contratada pela GFA): No período de setembro a dezembro de 2021 a Avaliação de Meio Termo investigou uma amostra representativa dos elementos que estruturam o Programa REM Fase II, analisando criticamente documentos e registros, conversando com mais de 100 pessoas e visitando mais de 20 projetos/territórios. A partir destas investigações foi possível elaborar um conjunto de hipóteses que pode contribuir com a análise das dificuldades enfrentadas e fundamentar proposições de ajustes e melhoria no desempenho do Programa.

3.6. Descrição dos desafios/gargalos identificados na implementação

Faz-se necessário citar os desafios enfrentados neste semestre de 2021, ainda em grande parte por causa da pandemia que gerou uma série de limitações, mas também por diversos outros aspectos como listado a seguir:

Dificuldades de compreensão do Programa REM tanto no nível conceitual, quanto metodológico por parte das unidades subexecutoras, embora algumas ações de formação e divulgação tenham sido realizadas, revelando-se como ações que requerem perenidade;

Especificamente sobre a Câmara Temática Indígena, identificamos a ausência de ações para mobilização da CT, o que prejudica a participação dos indígenas nas discussões e encaminhamentos estratégicos que os afetam. Esse desafio possui uma ligação direta com a falta de iniciativa da própria CEVA para mobilizar a CT indígena.

No caso da Câmara Temática de Mulheres, ainda persistem as dificuldades de entendimento sobre o SISA. Não são muito claros para o grupo de mulheres quais os passos para acesso aos recursos do Programa REM, ou mesmo como os benefícios chegarão para as mulheres que residem em comunidades mais afastadas. Outro desafio apontado é a ausência de eventos sistemáticos de cursos e capacitações vinculadas à atividades práticas e com resultados que transformem efetivamente a vida das comunidades. Assim como a Câmara Temática Indígena, a Câmara de Mulheres também é atingida pela ausência de ações efetivas de mobilização, ao mesmo tempo em que a CEVA também não estimula os encontros necessários desta Câmara, para que esta inclusive possa estruturar sua própria pauta.

Dificuldades por parte das subexecutoras com relação à elaboração e cumprimento dos prazos de envio do relatório semestral e anual, o que prolonga e dificulta a análise dos resultados alcançados, como também influencia no cumprimento dos prazos de envio dos relatórios ao KfW;

Dificuldades de sistematização dos resultados do Programa sem um sistema informatizado de armazenamento e sistematização de dados;

Desconhecimento por parte da sociedade sobre REDD+ e dos impactos positivos que pode ter para o clima, floresta e comunidades;

Operacionalizar com eficiência uma estratégia de comunicação efetiva, clara e transparente a todos os atores envolvidos em diferentes níveis do programa.

Os desafios estão sendo tratados no âmbito no planejamento da SEPLAG e IMC a partir de algumas estratégias, que envolvem a capacitação de todos os envolvidos no Programa, aprimoramento dos fluxos operacionais e de comunicação, aplicação efetiva do SGRSA e do Plano MEL.

4. AVANÇOS E AVALIAÇÃO DA GESTÃO E GOVERNANÇA DO PROGRAMA

Após a retomada, posse e homologação dos membros, realizada pelo Decreto Nº 10.279 de 14 de outubro de 2021 será possível viabilizar o planejamento das ações em que serão incorporadas atividades de treinamento dos membros da CEVA, CTI e CTM, para que as Instâncias de governança e participação sejam estruturadas a fim de desempenhar suas funções no acompanhamento e assessoria dos processos de implementação do SISA e do Programa REM. Essa ação é oportuna, tendo em vista, o período de inatividade que passou as instâncias nos últimos anos, bem como a rotatividade entre os membros.

Está em processo o estabelecimento de parceria técnica com a GIZ, no sentido de se buscar fortalecer a atuação da CEVA e das Câmaras Temáticas de Povos Indígenas e de Mulheres, tendo como objetivo suporte, em relação a treinamentos, organização da estrutura operacional, planejamento e elaboração de estratégias, mecanismos de comunicação entre os representantes da CEVA e as Subexecutoras, beneficiários e as Câmaras Temáticas.

5. ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS DO PROGRAMA

5.1. Ouvidoria

Com a nomeação do ouvidor e seu substituto, a ouvidoria melhorou seu quadro de pessoal, uma vez que, desde 2018 somente o ouvidor estava nomeado. De forma que atualmente a ouvidoria conta com a seguinte estrutura organizacional:

A equipe está composta pelo Ouvidor Senhor Luiz Fernando da Silva Nogueira, Ouvidor Substituto Edvaldo de Araújo Paiva, e pela Assessora Mavi de Souza Migueis - Técnica de nível superior;

A ouvidoria está instalada na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Políticas Indígenas - SEMAPI, numa sala climatizada equipada com 02 computadores, 02 mesas, 04 cadeiras, 02 armários.

No ano de 2021 foram realizados 2 dois atendimentos os quais foram direcionados aos canais competentes, vez que não se tratava de assuntos de competência desta ouvidoria.

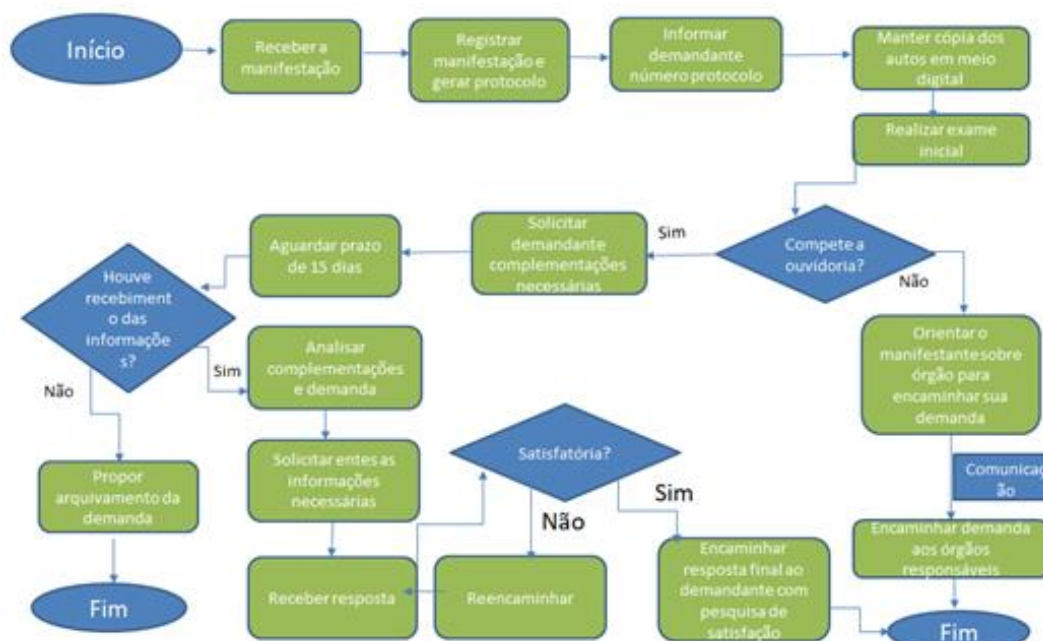
Conforme solicitado nas reuniões junto ao IMC, SEPLAG e Consultoria Internacional, a Ouvidoria do SISA providenciou juntamente com a SEMAPI a criação de um novo canal de acesso através do seguinte e-mail institucional: ouvidoria.rem@ac.gov.br.

Foi realizada alteração do POA para atender aos TDRs de Contratação de serviço de telefonia móvel e aquisição de aparelho celular e Contratação de materiais de informática e eletroeletrônicos.

Como encaminhamento das reuniões realizadas serão realizadas agendas da equipe da ouvidoria junto as coexecutoras do programa REM para disponibilização de materiais de divulgação dos canais de acesso, bem como palestras e capacitações para os gestores e técnicos dos subprogramas do REM/Acre Fase II, participação em planejamento e visitas aos beneficiários com objetivo de fortalecer as ações da ouvidoria do SISA.

Figura 6 - Fluxo de apresentação de manifestações para Ouvidoria

Fluxo - Manifestações



5.2. Gestão de riscos sócio ambientais, ligados à implementação do Programa

5.2.1. Descrição breve do sistema e do funcionamento

O Sistema de Gestão de Risco Socioambiental e Salvaguardas está em fase de implementação no cumprimento da Fase#3 do documento norteador com a Secretaria de Meio Ambiente e das Políticas Indígenas - SEMAPI. Nesse contexto, foram realizadas reuniões com a SEMAPI para implementação da Matriz de Riscos através do preenchimento da Planilha do SGRSA e das informações relevantes para o projeto/atividades, sendo analisados pelo IMC a elaboração dos respectivos planos de mitigação para os riscos identificados.

Para 2022 está prevista a implementação da Fase#4 do SGRSA nas subexecutoras SEMAPI, SEPA e SEET. Diante das circunstâncias atuais de pandemia, o monitoramento das atividades do Programa foi realizado mediante orientações com reuniões de nivelamento entre o IMC e as subexecutoras com o objetivo de verificar a execução das atividades executadas em 2021, obter informações mais detalhadas sobre as ações implementadas e discutir (quando houver) fatos identificados nos Planos de Ação e Relatórios Técnicos que não estejam em conformidade com os objetivos do Programa REM, Salvaguardas Sócio Ambientais do SISA e Matriz do Sistema de Gestão de Riscos Sócio Ambientais – SGRSA.

Essas reuniões também servem para orientações/recomendações do IMC para melhorias na implementação e monitoramento. Ressalta-se que as reuniões só foram realizadas com as subexecutoras que atuam na implementação dos 70% que são destinados aos beneficiários do Programa, seguindo as diretrizes de proteção florestal e apoio às cadeias produtivas sustentáveis por meio da implantação de três subprogramas: i) Subprograma territórios indígenas; ii) Subprograma territórios de produção familiar sustentável; e iii) Subprograma pecuária diversificada sustentável.

5.2.2. Resumo dos riscos e medidas de mitigação implementadas

A validação dos resultados das atividades relatadas acima depende do monitoramento *in loco*, especialmente quanto ao cumprimento dos indicadores de salvaguardas e validação das atividades implementadas em 2020 e 2021, e será executada em 2022.

Cabe ainda salientar que o ciclo do monitoramento é anual e que as análises dos relatórios anuais das subexecutoras serão feitas no primeiro semestre de 2022, após o recebimento dos relatórios que é condicionante para o monitoramento *in loco* e validação das informações.

5.2.3. Desafios encontrados na implementação e na gestão do SGRSA

Os principais desafios identificados foram: a) Necessidade de capacitação das instituições subexecutoras; b) Superar as dificuldades conceituais e de operacionalização da gestão de riscos; c) Inserir o SGRSA na agenda prioritárias instituições subexecutoras, incluindo a previsão da disponibilização de recursos nos projetos para a possível ou eventual mitigação de riscos; d) mudanças de gestão e equipe técnicas envolvidas pelas instituições.

5.2.4. Salvaguardas socioambientais do SISA

Como consequência imposta pela pandemia, as atividades de monitoramento, especialmente quanto à verificação do cumprimento dos indicadores de salvaguardas socioambientais e validação das atividades implementadas em 2020 e 2021, foram planejadas para execução em 2022.

Reiteramos que o ciclo do monitoramento é anual e que as análises dos relatórios anuais das subexecutoras serão feitas no primeiro semestre de 2022 e após o recebimento dos relatórios, que é condicionante para o monitoramento *in loco* e validação das informações.

5.2.5. Monitoramento, avaliação e aprendizagem obtidas (MEL, por sigla em inglês)

Com a continuidade da Pandemia no ano de 2021 houve a necessidade de revisão e atualização do planejamento das ações de monitoramento do programa para garantir sua implementação e consolidação.

Como estratégia essencial foi realizada uma ampla revisão e atualização do Plano Mel tendo como finalidade garantir uma estrutura de planejamento para o Programa REM Acre Fase II consolidada, no que se refere ao monitoramento, avaliações periódicas assim como à gestão de conhecimento.

Após a revisão do Plano Mel e validação, várias etapas estratégicas de implementação e fortalecimento do monitoramento foram iniciadas, tais como: encontros com as subexecutora, UCP/REM/SEPLAG, Consultoria Internacional e IMC para a identificação de metas, atividades e objetivos do programa, revisão dos subindicadores e discussões sobre a melhor abordagem de integração entre as subexecutoras.

Essa atualização e implementação do Plano Mel tem contribuído com direcionamentos estratégicos de atuação das subexecutoras e o direcionamento do monitoramento a ser realizado pelo programa.

Adicionalmente, esse processo, engloba uma série de ações de treinamentos, que possibilita o aprofundamento sobre o programa REM em relação as metas e atividades, fato essencial para garantir os resultados que foram propostos pelos objetivos do Programa.

O fortalecimento de integração entre as subexecutoras e o IMC está sendo de fundamental importância para que a viabilidade do monitoramento seja realizado em forma de parceria e cooperação.

6. ANEXOS

Anexo I – Relatório de desmatamento PRODES 2019, 2020 e 2021

Anexo II – Planilha de controle e contratos parcial 2021

Anexo III - Agenda de licitações parcial 2021

Anexo IV – Relatório financeiro

Anexo V- Registro fotográfico